

**ANTERIORIDADE A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO:
PRETÉRITO (MAIS-QUE-)PERFEITO**

por

MÁRLUCE COAN

Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística

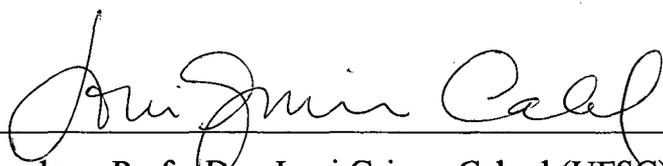
Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Edair Maria Gorski

FLORIANÓPOLIS - 1997

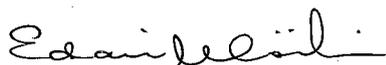
**ANTERIORIDADE A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO:
PRETÉRITO (MAIS-QUE-) PERFEITO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras/Linguística e aprovada em sua fase final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.



Coordenadora: Profa. Dra. Loni Grimm Cabral (UFSC)

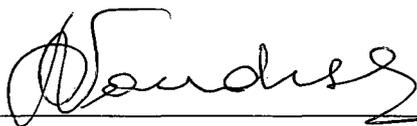
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Edair Maria Gorski (UFSC)
(Orientadora)



Profa. Dra. Vera Lúcia Paredes da Silva (UFRJ)



Prof. Dr. Paulino Vandresen (UFSC)



Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira (UFSC)

À professora *Edair Maria Gorski*, pela orientação crítica e pela motivadora confiança,

ao *CNPq*, pelo suporte financeiro,

aos *colegas do Projeto VARSUL*, em especial, aos professores *Paulino Vandresen* e *Izete L. Coelho*, pelo apoio amigo,

a *Maria Alice Tavares*, pela leitura crítica deste trabalho,

a *minha família*, pela compreensão e segurança,

a *Luciano Marcos Antunes Pinto*, pelo carinho e incentivo constante,

Agradeço.

A

Luciano,

Oswaldo,

Melita,

Maurício,

Marcelo

- *meus "pontos de referência"* -

dedico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O FENÔMENO EM ESTUDO	
1 - <i>COLOCAÇÃO DO PROBLEMA</i>	15
2 - <i>PRINCIPAIS QUESTÕES</i>	20
3 - <i>OBJETIVOS GERAIS</i>	22
CAPÍTULO II - QUADRO TEÓRICO	
1 - <i>TEORIA DA VARIAÇÃO</i>	23
1.1 - Os níveis da variação	25
2 - <i>FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO</i>	30
2.1 - Princípios	30
2.2 - Concepção de Gramática	33
CAPÍTULO III - TEMPO VERBAL, ASPECTO, PONTO DE REFERÊNCIA	
1 - <i>TEMPO VERBAL</i>	36
1.1 - Concepção de tempo verbal	36
1.2 - O pretérito mais-que-perfeito	41
1.2.1 - <i>Formas de pretérito mais-que-perfeito</i>	41
1.2.2 - <i>A noção de tempo relativo-absoluto</i>	43
1.3 - O pretérito perfeito	46
1.3.1 - <i>O pretérito perfeito simples versus o perfeito anterior</i>	46
1.3.2 - <i>O problema da terceira pessoa do plural</i>	49
1.4 - Distanciamento temporal	50
1.5 - Conclusões parciais	54

2 - <i>ASPECTO</i>	56
2.1 - Perfectividade <i>versus</i> imperfectividade	56
2.2 - Perfectividade e duração	58
2.3 - Perfectividade e iteratividade	60
2.4 - Conclusões parciais	62
3 - <i>PONTO DE REFERÊNCIA</i>	63
3.1 - Ponto de referência e referência temporal	63
3.2 - Uma tipologia de pontos de referência	68
3.2.1 - <i>Ponto de referência verbal</i>	69
3.2.1.1 - Uma forma verbal no passado	70
3.2.1.2 - Uma locução verbal	74
3.2.1.3 - Uma forma verbal não flexionada	74
3.2.1.4 - Um verbo implícito	76
3.2.2 - <i>Ponto de referência contextual</i>	77
3.2.2.1 - Ponto de referência inferível	77
3.2.2.2 - Ponto de referência discursivo	80
3.2.3 - <i>Ponto de referência adverbial</i>	81
3.3 - Conclusões parciais	82

CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 - <i>A DELIMITAÇÃO DA VARIÁVEL</i>	83
1.1 - A restrição relacional	84
1.1.1 - <i>Posterioridade a um ponto de referência passado</i>	84
1.1.2 - <i>Anterioridade ao tempo de fala</i>	86
1.1.3 - <i>Habitualidade</i>	87
1.2 - A restrição aspectual	89
1.3 - A restrição da contra-seqüencialidade	90
1.4 - A última restrição: a substituição	92
2 - <i>CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES E DO CORPUS</i>	95
3 - <i>ANÁLISE QUANTITATIVA</i>	97
4 - <i>VARIÁVEL DEPENDENTE E VARIÁVEIS INDEPENDENTES</i>	99

CAPÍTULO V - PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO *VERSUS* PRETÉRITO
PERFEITO: AS MOTIVAÇÕES EM FOCO

<i>1 - VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS</i>	102
1.1 - Domínio semântico	102
1.1.1 - <i>Tipo de verbo da situação</i>	103
1.1.1.1 - Caracterização e hipóteses	103
1.1.1.2 - Resultados e discussão	112
1.1.2 - <i>Tipo de verbo do ponto de referência</i>	114
1.1.2.1 - Caracterização e hipóteses	114
1.1.2.2 - Resultados e discussão	119
1.1.3 - <i>Animacidade do sujeito</i>	120
1.1.3.1 - Caracterização e hipóteses	120
1.1.3.2 - Resultados e discussão	121
1.1.4 - <i>Paralelismo semântico</i>	122
1.1.4.1 - Caracterização e hipóteses	122
1.1.4.2 - Resultados e discussão	122
1.2 - Domínio semântico-estrutural	123
1.2.1 - <i>Advérbio da situação</i>	123
1.2.1.1 - Caracterização e hipóteses	123
1.2.1.2 - Resultados e discussão	127
1.2.2 - <i>Tipo de ponto de referência</i>	128
1.2.2.1 - Caracterização e hipóteses	128
1.2.2.2 - Resultados e discussão	134
1.2.3 - <i>Relação semântico-sintática</i>	135
1.2.3.1 - Caracterização e hipóteses	135
1.2.3.2 - Resultados e discussão	140
1.2.4 - <i>Advérbio do ponto de referência</i>	143
1.2.4.1 - Caracterização e hipóteses	143
1.2.4.2 - Resultados e discussão	145

1.3 - Domínio estrutural	146
1.3.1 - <i>Paralelismo formal</i>	146
1.3.1.1 - Caracterização e hipóteses	146
1.3.1.2 - Resultados e discussão	148
1.3.2 - <i>Saliência morfológica</i>	150
1.3.2.1 - Caracterização e hipóteses	150
1.3.2.2 - Resultados e discussão	151
1.3.3 - <i>Tempo do verbo do ponto de referência</i>	152
1.3.3.1 - Caracterização e hipóteses	152
1.3.3.2 - Resultados e discussão	153
1.4 - Conclusões parciais	154
2 - <i>VARIÁVEIS SOCIAIS</i>	156
2.1 - Idade	156
2.1.1 - Caracterização e hipóteses	156
2.1.2 - Resultados e discussão	158
2.2 - Idade e sexo	160
2.3 - Idade e escolaridade	163
2.4 - Idade e variáveis lingüísticas	166
2.5 - Conclusões parciais	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 01 - Número de informantes por célula

Quadro 02 - Quadro comparativo entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito a partir dos resultados obtidos na análise de grupos de fatores lingüísticos

Quadro 03 - Atuação das variáveis lingüísticas e sociais por idade no uso do pretérito mais-que-perfeito

Quadro 04 - Idade e uso dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito

TABELAS

Tabela 01 - Tipo de verbo da situação do passado anterior e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 02 - Tipo de verbo do ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 03 - Animacidade do sujeito e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 04 - Paralelismo semântico e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 05 - Advérbio da situação e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 06 - Tipo de ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 07 - Relação semântico-sintática e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 08 - Advérbio do ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 09 - Paralelismo formal e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 10 - Saliência morfológica e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 11 - Tempo do verbo do ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 12 - Atuação da idade no uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 13 - Atuação do sexo no uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 14 - Atuação da idade por sexo no uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 15 - Atuação da escolaridade no uso do pretérito mais-que-perfeito

Tabela 16 - Atuação da idade com escolaridade no uso do pretérito mais-que-perfeito

FIGURAS

Figura 01 - Curvas de frequência de uso do pretérito mais-que-perfeito por homens e mulheres diretamente relacionadas com a idade

Figura 02 - Curvas de Frequência de uso do pretérito mais-que-perfeito de acordo com idade e escolaridade

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo tratar da função de anterioridade a um ponto de referência passado, codificada em português pelas formas de pretérito mais-que-perfeito composto e pretérito perfeito anterior, a partir de dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul).

Através da discussão das noções de tempo verbal, aspecto e ponto de referência, são estabelecidas algumas restrições que delimitam o contexto de variação e permitem identificar as formas verbais como variantes que carregam o mesmo significado representacional. Com esta trajetória, a pesquisa insere-se no quadro teórico do Funcionalismo Lingüístico e da Sociolingüística Variacionista.

Os resultados obtidos caracterizam o fenômeno em estudo como um domínio funcional complexo, que sofre influência de motivações de natureza diversa: semânticas (como, por exemplo, dinamicidade e duração da situação temporal); semântico-estruturais (como relação de causalidade e de temporalidade); estruturais (como paralelismo formal). Por outro lado, o fenômeno mostra-se sensível ao fator social idade, apontando para uma possível mudança em progresso.

ABSTRACT

This research aims at dealing with anteriority to a past reference point, codified, in Portuguese, as “pretérito mais-que-perfeito composto” (pluperfect) and “pretérito perfeito anterior” (simple past) verb forms, using data from “Projeto VARSUL” (Variação Lingüística Urbana na Região Sul).

Through the discussion of tense, aspect and reference point, some restrictions are established in order to define the variation context and allow the identification of verb forms as those variants which carry the same representational meaning. In so doing, this research is inserted in Linguistic Functionalism and Sociolinguistic Analysis.

The results have characterized the phenomenon in question as a complex functional domain, influenced by motivations of a different nature: i) semantic ones (such as dynamicity and duration of temporal situation), ii) structural-semantic ones (such as causality and time), and iii) structural ones (such as formal parallelism). On the other hand, the phenomenon shows sensitivity to age, pointing to a possible linguistic change in progress.

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, tratamos da relação temporal de anterioridade estabelecida relativamente a um ponto de referência passado, postulando que esta função é codificada em português por formas alternantes - pretérito mais-que-perfeito *versus* pretérito perfeito - configurando-se um fenômeno de variação lingüística. Um dos muitos encontrados na língua nossa de cada dia.

Partindo de uma função comunicativa/discursiva, nos inserimos no quadro teórico do Funcionalismo Lingüístico; investigando as formas variantes que codificam tal função, nos colocamos na perspectiva da Teoria da Variação. Privilegiamos na análise, então, a direção função → forma para tratar do fenômeno em estudo. A variável em questão é situada no nível morfo-sintático-discursivo, e fatores de naturezas diversas são controlados como possíveis condicionantes da escolha de uma ou de outra forma verbal.

Por se tratar de um fenômeno não claramente percebido, o uso da variante pretérito perfeito em lugar do mais-que-perfeito para codificar a função de anterioridade é bem pouco discriminado e corrigido nas escolas. Normalmente, variações fonológicas e morfológicas (monotongação e ausência de concordância, por exemplo) tendem a ser bastante salientes, e, por isso, monitoradas mais acentuadamente dependendo do estilo de conversação (formal / pouco formal / informal). O nosso objeto de estudo não parece ser tão marcante em termos de “certo” ou “errado”. A todo momento, encontramos indivíduos de todos os níveis de escolaridade e de todas as classes fazendo variação. A possibilidade de itens lingüísticos variarem sem que lhes seja atribuído qualquer estigma pode facilitar uma mudança lingüística. Nossos resultados apontam nesta direção.

A amostra desta pesquisa integra o Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), sendo constituída de dados de trinta e seis informantes nativos de Florianópolis, estratificados de acordo com a idade, o sexo e a escolaridade.

A dissertação apresenta-se organizada conforme o exposto a seguir.

No primeiro capítulo, trazemos para a discussão problemas de definição do pretérito mais-que-perfeito encontrados nas gramáticas tradicionais, levantando algumas questões que tornam instigante a análise do uso do pretérito mais-que-perfeito; descrevemos, também, os objetivos gerais que motivam esta pesquisa.

No segundo capítulo, enquadramos o fenômeno em estudo dentro da Teoria da Variação e do Funcionalismo Lingüístico. Além disso, discutimos a possibilidade de tratar o fenômeno como regra variável.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão de tempo verbal, aspecto e ponto de referência. Essas noções são imprescindíveis para a caracterização da função de anterioridade e das formas que a codificam. Na seção sobre tempo verbal, objetivamos, mais especificamente, definir o tipo de perfeito que varia com o mais-que-perfeito. Em relação ao aspecto, aventamos algumas possibilidades de manifestação do aspecto perfectivo. E na última seção, diferenciamos ponto de referência de referência temporal, e propomos uma tipologia para operacionalizar a noção de ponto de referência.

No quarto capítulo, além de caracterizar o *corpus* e descrever o tratamento estatístico utilizado na análise dos dados, apresentamos algumas restrições utilizadas na delimitação do contexto prototípico ao aparecimento das variantes que compõem a variável em estudo.

E, por último, com o intuito de levantar as motivações que ora propiciam o aparecimento de uma forma, ora de outra, caracterizamos os grupos de fatores, apresentamos as hipóteses e discutimos os resultados. Neste capítulo, analisamos variáveis lingüísticas distribuídas em três domínios (semântico, semântico-estrutural e estrutural) e variáveis sociais.

CAPÍTULO I - O FENÔMENO EM ESTUDO

1 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O tempo verbal é uma categoria que tem sido pouco discutida em se tratando do português falado, especialmente no que diz respeito à variação lingüística, talvez pelo seu caráter de variação pouco estigmatizada (ou não estigmatizada) socialmente. Observem-se, por exemplo, os enunciados:

(1) ... ela falou que FIZERAM a reação com o sangue e DEU positivo (FLP 20, L1206)¹

(2) Ai contou, né? que TINHA se QUEIMADO e tudo (FLP 03, L916)

Difícilmente um falante do português diria que (2) é gramaticalmente melhor do que (1) por trazer a forma verbal de pretérito mais-que-perfeito indicando um tempo passado anterior a outro passado; ou que (1) é gramaticalmente mal construído por apresentar verbos no pretérito perfeito expressando anterioridade a um tempo passado.

Um passeio por nossas gramáticas normativas nos revela que por esse caminho é quase impossível discernir usos e valores desses dois tempos verbais. Said Ali (1964) e Rocha Lima (1986) limitam-se a dizer que existem três modalidades de pretérito que expressam fatos anteriores ao momento em que se fala: perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito, sem contextualizar exemplos, o que acarreta dificuldade em se saber quando e onde utilizá-las.

Melo (1987) registra que “à idéia de tempo físico corresponde, de certo modo, a categoria verbal do tempo. Só que, na gramática (ou na língua), predomina o elemento psicológico, de tal modo que à tripartição fundamental - presente, passado, futuro - se acrescentam modulações interpretativas, afetivas, durativas, que geram subdivisões, variáveis de língua para língua, mas sempre atuantes” (p.81). O autor exemplifica com:

¹ No decorrer desta pesquisa, utilizamos alguns códigos adotados pelo Projeto VARSUL para especificar entrevistas, tais como: cidade (FLP), número da entrevista (20) e número da linha (1206).

(3) Ele me disse que você na véspera COMPRARA esse mesmo livro.

Ora, que tipo de “modulação psicológica” se acrescenta ao pretérito mais-que-perfeito no exemplo acima de modo a distingui-lo de outro tempo no passado?

Almeida (1982) e Cunha & Cintra (1985) afirmam que o pretérito mais-que-perfeito indica uma ação que ocorreu antes de outra ação passada. Embora os autores associem a forma verbal a uma função particular, a definição permanece vaga e traz problemas: o pretérito mais-que-perfeito indica somente ação? Indicar “uma ação que ocorreu antes de outra ação passada” é suficiente para determinar os contextos de uso dessa forma verbal?

Os exemplos apresentados por Cunha & Cintra (*op.cit.*, p. 445) não esclarecem a questão:

(4) O monólogo TORNARA-se tão fastidioso que o Barbaças desinteressou-se. (F. Namora, TJ, 193.)

(5) Quando voltei as casuarinas TINHAM DESAPARECIDO da cidade (Agostinho Neto, SE, 121.)

(6) Samuel aproximou-se para avisar que o táxi TINHA CHEGADO. (C.Drummond de Andrade, CA, 130.)

Temos, nos enunciados (3) a (6), períodos compostos por subordinação, o que nos sugere, num primeiro momento, ser esse o contexto propício ao aparecimento do pretérito mais-que-perfeito. Tal expectativa se desfaz, no entanto, ao observarmos o exemplo contido em Cunha (1971:313):

(7) Casamos daí a uns meses. Eu HESITARA, sempre TIVERA medo de dar padraço aos meus filhos, e além disso FORA tão infeliz no primeiro casamento. (Raquel de Queirós)

Os exemplos trazidos pelas gramáticas normativas, em sua grande maioria, representam contra-seqüencialidade, ou seja, a situação que ocorreu cronologicamente primeiro é codificada depois de outra que lhe é posterior no tempo, porém codificada antes. Isso nos leva a supor que a função do pretérito mais-que-perfeito seria indicar contra-seqüencialidade. Novamente nossa expectativa se desfaz quando nos deparamos com a observação de Bechara (1979) de que em certas orações temporais aparece o pretérito perfeito onde se esperaria o mais-que-perfeito, e ilustra tal fato com uma situação seqüencial:

(8) Logo que se RETIROU o inimigo, mandou D. João Mascarenhas enterrar os mortos. (Epifânio Dias, *Gramática Elementar*, 208)

A observação acima acena com a possibilidade de variação, o que parece ser reforçado por Melo (1987:81), ao mencionar que “o mais-que-perfeito teoricamente expressa uma ação ou fato já passado em relação a outro passado”. O que significa “teoricamente” nessa definição? Que o uso da forma verbal é variável? Ou que esse tempo verbal pode ser usado para outras funções?

O exemplo trazido por Luft (1976:104) contrapõe o uso do pretérito mais-que-perfeito ao perfeito, em orações temporais, indicando uma ação que ocorreu antes de outra:

(9) Agora eu digo que ontem CHEGUEI tarde.

Ontem eu dizia/disse que *chegara* tarde anteontem.

Observe-se que os exemplos apresentados até agora concentram-se em dois tipos de orações subordinadas: adverbiais temporais e substantivas completivas de verbos *dicendi*. Mas, na verdade, quando se diz que o mais-que-perfeito indica uma ação que ocorreu antes de outra ação passada, abre-se um leque de possibilidades para seu uso.

Considerem-se algumas ocorrências:

(10) Eu antes ESTUDEI até o ginásio. Depois de dez anos, aí eu FIZ o segundo grau. (FLP 17, L08)

(11) Então CHEGÁVAMOS em casa, APANHÁVAMOS uma surra do pai... (FLP 18, L1123)

Nos dois casos de seqüencialidade acima exemplificados, as situações expressas por **‘estudei até o ginásio’** e **‘chegávamos em casa’** ocorreram respectivamente antes das situações passadas **‘fiz o segundo grau’** e **‘apanhávamos uma surra’**. Deveriam ou poderiam ser indicadas pelo pretérito mais-que-perfeito?

Similarmente, há casos de codificação contra-seqüencial que mostram situações anteriores a outras passadas:

(12) Então ela ACABOU até SAINDO do serviço, ela TRABALHAVA lá...(FLP 03, L1187)

Em (12), **trabalhava** é anterior a **acabou saindo**, logo o tempo verbal para sua codificação seria o pretérito mais-que-perfeito?

Inúmeros outros exemplos com diferentes formas verbais poderiam ser elencados e discutidos à luz das definições propostas pelos gramáticos para pretérito mais-que-perfeito, reafirmando a inadequação das referidas definições. Por ora, acreditamos que o problema esteja devidamente evidenciado.

Camara Jr. (1985) enfatiza a existência de um outro componente na caracterização do pretérito mais-que-perfeito, ao estabelecer uma oposição entre aspecto inconcluso (imperfeito) e concluso (perfeito) num primeiro pretérito, situando dentro do aspecto concluso um segundo pretérito (mais-que-perfeito) mais remoto, já concluso por ocasião de outro pretérito. Assim, não basta que uma ação seja passada em relação a outra passada, é preciso que o aspecto concluso esteja evidenciado.

O componente ‘conclusão’ associado ao pretérito mais-que-perfeito pode ser observado também na definição deste tempo verbal apresentada por Soares Barbosa² no final do século XVIII (*apud* Ilari, 1997):

“Este pretérito nota uma existência não só passada, como o pretérito imperfeito, e não só passada e acabada indeterminadamente, como o pretérito absoluto, e não só passada e acabada relativamente à época atual, como o presente perfeito; mas passada e acabada relativamente a outra época também passada...” (p.150)

Tal restrição aspectual parece excluir os casos (11) e (12), que trazem formas imperfectivas, mas parece não atingir (10), onde ‘**estudei até o ginásio**’ é mais remoto e já concluso por ocasião de ‘**fiz o segundo grau**’, portanto, passível de ser interpretado como mais-que-perfeito.

A obscuridade conceitual acima apontada obviamente se reflete no uso das formas verbais, que teriam seu uso variável, por princípio, plenamente justificado. Mas muitas questões ainda permanecem, levando-nos a pensar que o fenômeno em análise é instigante, com um campo de manifestação bastante fértil para a análise lingüística. E, sem dúvida, um fenômeno que vale a pena ser explorado.

² BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica* (final do século XVIII).

2 - PRINCIPAIS QUESTÕES

A partir do que foi exposto na seção anterior, emergem algumas questões:

(a) Que elementos devem ainda ser considerados na definição de pretérito mais-que-perfeito para torná-la adequada?

(b) Considerando-se que há variação, qual a natureza da variável a ser analisada e como delimitá-la?

(c) Que contextos discursivos favorecem o uso de uma forma ou de outra forma verbal?

(d) O fenômeno em pauta mostra-se sensível a condicionamentos sociais?

Como respostas provisórias às questões formuladas, propomos as seguintes hipóteses:

Hipótese geral - O fenômeno em estudo caracteriza-se como um domínio funcional complexo, sujeito à influência de forças de natureza diversa: cognitiva, comunicativa/discursiva e estrutural.

Esta hipótese geral tem os seguintes desdobramentos:

(H1) - Uma definição adequada de pretérito mais-que-perfeito deve levar em conta noções de tempo, aspecto e ponto de referência.

(H2) - O objeto em estudo constitui-se numa variável discursiva, para cuja delimitação impõem-se restrições aspectuais e de localização temporal, além de restrições metodológicas.

(H3) - Os contextos discursivos preferidos para a manifestação das variantes em análise caracterizam-se por um conjunto de fatores de ordem semântica (relacionados a noções temporais e aspectuais) e estrutural (relacionados à forma de codificação).

(H4) - A variável em estudo é estratificada, correlacionando-se diretamente com os fatores sociais idade, sexo e escolaridade.

As questões e hipóteses acima delineadas nortearão a presente investigação.

3 - OBJETIVOS GERAIS

Postas as principais questões e hipóteses, delineamos os objetivos gerais desta dissertação:

Descrever um fenômeno de variação, na interface morfo-sintaxe-discurso, a partir de dados de informantes florianopolitanos, pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), contribuindo para a descrição do português falado na Região Sul e possibilitando futuras análises comparativas com resultados obtidos em pesquisas similares em outras regiões do país. Desta maneira, o presente trabalho se alinha a outras dissertações já realizadas com o intuito de descrever fenômenos de variação no falar do Sul, especialmente de Florianópolis, tais como: Dias, 1996; Fernandes, 1996; Loregian, 1996; Naumann, 1996; Brescancini, 1997; e Luise, 1997).

Demonstrar que os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito se comportam como variantes quando a função lingüística em jogo é a anterioridade a um ponto de referência passado, levantando fatores condicionantes da escolha das formas e caracterizando os contextos discursivos preferenciais de uso das variantes.

Verificar se o fenômeno investigado se comporta como variação estável ou se é possível caracterizá-lo como mudança em tempo aparente.

CAPÍTULO II - QUADRO TEÓRICO

Neste capítulo, apresentam-se os pressupostos básicos da Sociolingüística laboviana, com ênfase na questão da variável (sócio)lingüística, evidenciando aspectos que possibilitam o enquadramento do fenômeno em estudo dentro da Teoria da Variação. Apresentam-se também pressupostos e princípios básicos do Funcionalismo Lingüístico, especialmente de base givoniana, que, associados aos postulados variacionistas, constituem o quadro teórico em que se insere esta pesquisa.

1 - TEORIA DA VARIAÇÃO

A Teoria da Variação e Mudança Lingüística (também chamada Sociolingüística Quantitativa) tem como objeto de estudo a estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Interessa-se pela função social e comunicativa da língua e a vê (a língua) como fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade. Surge como reação ao mito da homogeneidade lingüística preconizado por Saussure e Chomsky; à explicação dos fatos lingüísticos através de outros fatos lingüísticos e à visão de sincronia como realidade verdadeira e única na lingüística, sem lugar para as mudanças, como quer Saussure; às concepções de comunidade de fala abstrata com falante-ouvinte ideal e à eleição das intuições do lingüista como dados de análise, como propõe Chomsky (Labov, 1972b).

A língua passa a ser vista pelos sociolingüistas como dotada de “heterogeneidade sistemática”. O domínio de estruturas heterogêneas não é questão de mera performance, mas parte da competência lingüística dos indivíduos. Nesse sentido, a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional. (Weinreich, Labov & Herzog, 1968).

O alargamento da concepção de sistema para abrigar a variação e a mudança lingüística traz consigo a noção de regra variável (em oposição à idéia vigente de variação livre). Regras variáveis são concebidas como inerentes ao sistema, como padrões sistemáticos previsíveis que emergem a partir da língua em uso. É somente através de um estudo criterioso da língua em uso que se poderá demonstrar a existência da capacidade do ser humano de operar com regras variáveis. Como propriedades de uma variável lingüística, Labov elenca as seguintes: ter ocorrência freqüente; ser estruturalmente integrada num sistema de unidades em funcionamento; ser a distribuição do traço altamente estratificada (1972b:08). Para o autor, “variação social e estilística pressupõe a opção de dizer “a mesma coisa” de várias maneiras diferentes: isto é, as variantes são idênticas em valor referencial ou valor de verdade, mas opostas em sua significação social e/ou estilística”³ (p.271).

A variação pode ser sistematizada observando-se os seguintes aspectos: levantamento exaustivo de dados do vernáculo; descrição detalhada do envelope da variação (variável e variantes); análise dos possíveis fatores condicionantes; encaixamento da variável no sistema lingüístico e social da comunidade; e projeção histórica da variável no sistema sociolingüístico da comunidade (Tarallo, 1986).

Assumindo a perspectiva de que é impossível entender o desenvolvimento de uma mudança lingüística fora da vida social da comunidade, já que pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem, Labov se propõe, em seus trabalhos pioneiros⁴, a correlacionar os padrões lingüísticos variáveis a diferenças paralelas na estrutura social em que os falantes estão inseridos. De fato, investigando variáveis fonológicas, o autor constata uma forte correlação entre a estratificação social dos falantes e seus usos lingüísticos diferenciados.

³ As traduções das citações apresentadas no decorrer deste trabalho são de minha responsabilidade.

⁴ “The social motivation of a sound change” (1963) e “The social stratification of (r) in New York city department stores” (1966) publicados em *Sociolinguistic Patterns* (1972b).

Ampliando o escopo da regra variável para além dos limites da fonologia, Weiner & Labov (1977) estudam construções ativas e passivas no inglês, testando fatores externos (estilo, sexo, classe, etnia, idade) e fatores internos (status informacional, paralelismo estrutural), concluindo que os dois tipos de condicionamento são independentes, uma vez que todos os grupos tratam a alternância ativa/passiva da mesma maneira, não sendo a escolha por uma variante ou outra determinada socialmente. Tais resultados implicam uma reformulação de pressupostos teóricos: a crença de que há uma correlação sistemática entre usos lingüísticos variáveis e estrutura social e de que a variação pode ser explicada em termos sociais cede lugar a considerações de ordem interna relativas ao funcionamento da gramática.

O trabalho de Weiner & Labov (*op.cit.*) suscitou a clássica polêmica Lavandera/Labov, centrada basicamente na noção de variável sociolingüística e seu grau de abrangência. Essa discussão nos motiva a tratar dos níveis da variação.

1.1 - Os níveis da variação

As pesquisas labovianas podem ser caracterizadas em duas grandes fases: a primeira, em que o autor considera que diferenças na forma (que não alteram o sentido) trazem consigo significado social ou estilístico; a segunda, em que admite que o uso de formas diferentes é condicionado por fatores lingüísticos estruturais (mecânicos), e as formas não apresentam significado social ou estilístico. Essas fases mostram a ampliação dos níveis de análise, da fonologia para a sintaxe/discurso, na medida em que tratam de variáveis fonológicas e sintáticas e de condicionamentos fonológicos, morfológicos, sintáticos e discursivos (status informacional, por exemplo). Esse alargamento se constitui, no entanto, em ponto de controvérsia. Vejamos como alguns autores tratam essa questão.

Garcia⁵ (1985, *apud* Bentivoglio, 1987) afirma que não há variação em sintaxe. Ela analisa os trabalhos de Sankoff e Thibault⁶ (1977) sobre a alternância entre os auxiliares **avoir** e **être** no francês de Montreal, outro de Sankoff⁷ (1973) sobre a partícula **bai** no Pidgin Tok Pisin da Nova Guiné e o trabalho de Weiner & Labov⁸ (1983) sobre o uso de **get** e **be** na passiva do inglês e conclui que não se tratam de casos de variação mas sim de “diferentes maneiras de dizer coisas diferentes”.

Em nosso ponto de vista, afirmar que duas formas dizem “a mesma coisa” é problemático quando no campo da sintaxe, pois existem, provavelmente, razões de naturezas diferentes para a ocorrência de uma ou outra forma. Entretanto, pensamos que os fenômenos discutidos por Garcia podem não corresponder a “diferentes maneiras de dizer coisas diferentes” mas a diferentes maneiras de dizer coisas semelhantes, o que não significa dizer “a mesma coisa”.

Lavandera e Labov travam uma interessante discussão sobre o fato de se considerar variáveis não fonológicas. Lavandera (1978) diz que unidades para além do nível fonológico têm cada uma um significado, e questiona: se cada construção sintática tem um significado, como podemos ter variação se por variação entendemos duas maneiras de dizer a mesma coisa? A autora propõe alargar a condição de mesmo significado para “comparabilidade funcional” (p.181). Assim, enunciados como **Está frio!** / **Feche a janela, por favor!**, se tiverem a mesma intenção comunicativa, podem ser variantes de uma mesma variável. O problema seria especificar quando é que **Feche a janela, por favor!** representa o mesmo que **Está frio!**

⁵ GARCIA, E. “Shifting variation”. *Lingua* 67, 1985.

⁶ SANKOFF, G. y THIBAUT, P. “L’alternance entre les auxiliaires avoir et être en français parlé a Montréal.” *Langue Française* 34, 1977.

⁷ SANKOFF, G. “Above y beyond phonology in variable rules.” En Ch. -J. N. Bailey y R. W. Shuy (eds.), *New ways of analyzing variation in English*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1973.

⁸ WEINER, E. J. y LABOV, W. “Constraints on the agentless passive”. *Journal of Linguistics* 19, 1983.

Labov (1978) responde à questão proposta por Lavandera lançando mão da noção de “significado representacional” (ou referencial), noção esta que engloba também a existência de informações expressivas e afetivas. Labov utiliza a expressão “estado de coisas” para indicar esse significado representacional e postula que “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo significado representacional ou o mesmo valor de verdade” (p. 02).

Se adotada a perspectiva de Lavandera, existiriam dois caminhos polarizados: por um lado, as possibilidades de variação seriam bastante ampliadas (caminho da “comparabilidade funcional”); por outro, só haveria variação no nível fonológico (caminho do dizer “a mesma coisa”). Com base em Labov (1978), porém, postulamos que existe variação além da fonologia e optamos pelo caminho do “mesmo significado representacional/referencial”. Assim, consideramos que duas formas são variantes de uma mesma variável se, alternadas num mesmo contexto, mantiverem o mesmo significado representacional.

Se podemos considerar a variação em termos lingüísticos, poderíamos fazê-lo também em termos sociais? Esse é um outro ponto conflitante entre Labov e Lavandera. Além de questionar o estudo da variação em termos de representação lingüística, Lavandera discute a atuação dos fatores sociais. Para ela, a alternância ativa/passiva, por exemplo, não se caracteriza como variação “sociolingüística” e sim “lingüística”, pois não carrega significação social e/ou estilística. A autora pondera que análises não fonológicas não levam em conta o propósito básico da teoria sociolingüística que seria descobrir a motivação social de mudanças de sons particulares e demonstrar a correlação das escolhas lingüísticas com o espectro social. Labov, porém, argumenta que isso não compromete o estudo sociolingüístico, pois mais do que medir o peso de fatores sociais, o objetivo da teoria sociolingüística é obter as restrições da estrutura gramatical da língua.

O cumprimento das funções de acomodação e identificação, segundo Labov (*op.cit.*), é um problema a ser investigado posteriormente. O autor coloca essas funções como opostas ao uso representacional dizendo que sabemos que alguém fala como um caipira porque existem formas rurais e urbanas com o mesmo significado; sabemos que alguém falou educadamente porque escolheu um dentre vários modos de dizer a “mesma coisa” (p. 02). Ao mencionar que existe uma função representacional que se distingue de outras, Labov está mostrando que a análise linguística deve se concentrar primeiramente no significado representacional e, a seguir, partir para as funções de identificação e acomodação.

O trinômio da abordagem laboviana clássica: fenômeno morfo-fonológico - variáveis sociais - perspectivas da mudança linguística vai se desfazendo à medida que as pesquisas se concentram em outros níveis de análise, ou porque os fenômenos não se mostram sensíveis a condicionamentos sociais, ou porque se lança mão de variáveis não estratificadas. Assumimos aqui a indagação de Paredes (1993): “Ainda assim, a abordagem é laboviana?” E igualmente assumimos sua resposta: “Parece que sim. Examinamos a língua em uso, constituindo nossos *corpora* na tentativa de superar o paradoxo do observador. Continuamos a buscar a sistematicidade da variação, a quantificá-la de acordo com variáveis sociais e estruturais, a procurar vislumbrar os percursos da evolução da língua.” (p.885)

Bentivoglio (1987), ao tratar das variáveis sociais nos estudos sintáticos, coloca que é possível que tais variáveis não exerçam nenhum tipo de pressão, acrescentando, no entanto, que para fazer esse tipo de afirmação é preciso provar. Segundo a autora,

“...renunciar de antemão a possibilidade de comprovar não parece uma posição cientificamente desejável. Se os *corpora* que analisamos foram recolhidos de acordo com parâmetros aptos a estudos de tipo sociolinguístico, que mal pode haver em analisá-los? Se são amostras legítimas da fala de uma comunidade linguística, por que não poderiam utilizar-se? Caso os fatores extralinguísticos se mostrem irrelevantes, faça-se constar isso, e passe-se à discussão dos fatores linguísticos.” (p. 19)

A expansão do escopo da Teoria da Variação propicia uma mudança de perspectiva: em vez de se partir de um fenômeno bem delimitado gramaticalmente e com variação inequívoca (como pretônica aberta *versus* fechada, por exemplo), pode-se investigar diferentes formas para indicar uma mesma função (indeterminação, modalização, etc.) (Callou *et al.*, 1991), desde que alguns critérios delimitem a variável em questão para que o mesmo significado representacional não seja contestado.

Assim, a extensão do modelo variacionista para tratar fenômenos sintático-discursivos “abriu as portas à incorporação de hipóteses funcionalistas, no sentido de atribuir a motivações fora da estrutura da língua, decorrentes de necessidades comunicativo-funcionais, a origem da variação” (Paredes, 1993:885). É neste contexto teórico-metodológico que se inscreve a presente pesquisa. Nosso ponto de partida, na análise, é uma função: anterioridade a um tempo de referência passado⁹. Nossa hipótese é que tal função seja codificada por uma regra variável, cujas variantes correspondem aos tempos verbais pretérito mais-que-perfeito e pretérito perfeito do modo indicativo. Partir da função para as formas de codificação parece ser um importante passo dado. Se duas ou mais formas codificam uma mesma função, então, devem expressar o mesmo significado representacional.

⁹ Na análise, partimos de uma função linguística para chegar às variantes que a codificam mas, num primeiro momento, a variação foi percebida porque diferentes formas estavam em alternância.

2 - FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

Analisando a língua em seu funcionamento numa comunidade de fala específica, estamos privilegiando a função comunicativa da linguagem. E, para entender o fenômeno lingüístico enquanto comunicação, é necessário que se estabeleçam correlações entre os mecanismos gramaticais e os contextos discursivos em que se manifestam; em outras palavras, é preciso verificar a gramática-no-texto (Givón, 1990; 1993; 1995).

Sob essa ótica, apresentamos, a seguir, os princípios básicos norteadores do presente estudo e a concepção funcionalista de gramática.

2.1 - Princípios

De acordo com Givón (1991), a gramática é construída a partir de um pequeno número de princípios icônicos cognitivamente transparentes. O autor admite, no entanto, não haver uma relação categórica de um-para-um entre função e forma, uma vez que as línguas, a par de apresentarem situações de polissemia e homonímia, estão sujeitas a pressões diacrônicas que provocam tanto desgastes fonéticos nas formas ocasionando neutralizações, como expansões de sentido originando alterações de mensagem. Assim, o autor assume que as estratégias lingüísticas comunicativamente motivadas em sua origem podem tornar-se comunicativamente opacas, fossilizadas, devido ao efeito cumulativo de mudança histórica, ou a empréstimo de outras estratégias usadas em domínios funcionalmente relacionados (*op.cit.* 1993).

Os princípios gerais que orientam a teoria funcionalista givoniana são os da iconicidade e da marcação. Os princípios icônicos são três: a) o princípio da quantidade - que prevê a correlação entre quantidade de informação e quantidade de codificação; b) o princípio da proximidade - que correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de unidades no plano da codificação; e c) princípio da ordem seqüencial - que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente (*op.cit.* 1990; 1991). Vamos detalhar um pouco mais os dois últimos, que são de interesse imediato neste trabalho.

O princípio da proximidade é assim formulado:

(a) “Entidades que estão funcional, conceptual ou cognitivamente mais próximas serão colocadas mais próximas no nível da codificação.”

(b) “Operadores funcionais serão colocados mais próximos, temporal ou espacialmente, no nível da codificação, à unidade conceptual para a qual forem mais relevantes.” (*op.cit.* 1991:89)

O princípio da ordem seqüencial desdobra-se em dois: princípio semântico da ordem linear e princípio pragmático da ordem linear, dos quais nos interessa o primeiro.

Princípio semântico da ordem linear:

“A ordenação das orações no discurso coerente tenderá a corresponder à ordem temporal de ocorrência dos eventos descritos.” (*op.cit.* p.92)

A justificativa cognitiva desses princípios baseia-se na ativação em cadeia de conceitos relacionados a partir da ativação de um conceito determinado. Segue-se daí que a codificação de conceitos com contigüidade temporal deve ocasionar um processamento mais rápido por conta da ação da memória associativa. É mais fácil associar entidades mentais que devem ser estreitamente associadas, se elas forem codificadas com estreita proximidade temporal. (*op.cit.*)

Givón formula também o princípio meta-icônico da marcação, ressaltando, porém, que tal formulação é idealizada:

“Categorias que são cognitivamente marcadas (i.é., complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente.” (1991:106)

O autor apresenta três critérios para se avaliar a marcação (1990:947):

(a) Complexidade estrutural - “a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a não-marcada.”

(b) Distribuição de frequência - “a categoria marcada tende a ser menos freqüente do que a não marcada.”

(c) Complexidade cognitiva - “a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não marcada.”

Esses vários aspectos da marcação devem ser examinados independentemente e depois correlacionados, a partir de resultados empíricos, para se evitar circularidade (Givón, 1995:59). Segundo Givón, uma correlação função-forma somente é válida se for testada em dados reais, e mostrada através de quantificação estatística (*op.cit.* p. 20).

Por fim, há que se destacar, de acordo com Givón (1995:09), que premissas funcionalistas tais como: a) a linguagem é uma atividade sócio-cultural; b) a estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa; c) a estrutura é icônica; d) a mudança e a variação estão sempre presentes; e) as categorias não são discretas; e) a estrutura é maleável; f) as gramáticas são emergentes; - devem ser circunscritas por princípios em competição que interagem e restringem sua aplicabilidade. “O sistema de processamento biológico é tipicamente uma arena interativa, onde subsistemas em competição encontram seu equilíbrio dinâmico num compromisso freqüentemente eclético” (*op.cit.*). Sem o reconhecimento dessa complexidade interativa, as premissas funcionalistas degeneram-se em slogans ideológicos ou “artigos de fé” (*op.cit.*).

Para Givón, as funções semântico-proposicionais e pragmático-discursivas são “muito mais universais do que as estruturas gramaticais variantes que as codificam” (*op.cit.* p.18). O autor chama atenção, porém, para a necessidade de uma abordagem não reducionista, no sentido de se considerar a universalidade da função como uma questão de *grau*, e apresenta os seguintes argumentos: primeiro, porque diferentes línguas podem combinar de diferentes modos os mesmos traços universais, como acontece, por exemplo, com tempo-aspecto-modalidade; segundo, porque alguns traços semânticos, funções pragmáticas ou combinação de ambos podem ser atestados apenas em algumas línguas, ou mesmo em uma apenas; terceiro, o autor acredita que as funções codificadas pela gramática (semântica proposicional e pragmática discursiva) exibem maior universalidade do que a semântica lexical, que representa diversidade especificamente cultural. Givón ressalta, entretanto, que somente uma abordagem empírica poderá fornecer evidências para a diversidade estrutural e funcional (*op.cit.*).

2.2 - Concepção de Gramática

Numa perspectiva funcionalista, a gramática é concebida como dinâmica e emergente, como um “sistema adaptativo” que nunca se estabiliza, parcialmente autônomo e parcialmente motivado por pressões externas (Du Bois, 1987). Nesse sistema adaptativo, tem lugar o fenômeno da gramaticalização, visto como evolução de construções relativamente livres no discurso, motivadas por necessidades comunicativas, para construções relativamente fixas na gramática (Du Bois, *op.cit.*). Em outras palavras, construções originariamente motivadas pela situação comunicativa evoluem para formas que vão se padronizando até se cristalizarem em estruturas gramaticais arbitrárias. Uma vez regularizadas, essas formas atuam como forças internas ao sistema que competem com forças externas, provocando “motivações em competição” (*op.cit.*). Nesse sentido, rejeita-se tanto o “estruturalismo autônomo” com seu reducionismo formal, quanto o “funcionalismo transparente” com seu reducionismo comunicativo.

Segundo Givón, a gramática deve ser interpretada como “instruções de processamento mental” (1991:07), portanto, como parte do “complexo mapeamento entre pensamento e fala” (1995:305). Ou ainda como “um conjunto de estratégias empregadas para se produzir uma comunicação coerente” (1993:01). Nesse caso, tanto a função comunicativa quanto a coerência podem ser definidas em duas direções: metodológica/heuristicamente, como um artefato observável no texto; ou cognitivamente, como um processo na mente de quem produz e compreende textos (1995:343).

Em seu nível mais concreto, a gramática pode ser vista como um instrumento de codificação lingüística. O nível da codificação relaciona-se aos domínios cognitivo-funcionais básicos da comunicação humana, conforme esquematizado (*op.cit.*, p.405):

<i>função cognitivo-comunicativa</i>	<i>codificação</i>
significação lexical	sistema sensorio-motor
semântica proposicional	sistema gramatical
pragmática discursiva	sistema gramatical

Num primeiro nível, palavras codificam conceitos através de sons. Num segundo nível, a gramática codifica articuladamente dois domínios funcionais: a informação proposicional em oração e a coerência textual das orações em seu contexto discursivo. Assim, a gramática abarca não só construções sentenciais, mas também o discurso multi-proposicional. Nesse alargamento do escopo gramatical, novamente se prevê a existência de motivações em competição, na medida em que alguns elementos gramaticais podem atender mais a exigências do domínio funcional relativo à informação proposicional enquanto outros podem servir mais à função discursiva.

Existem quatro mecanismos básicos de codificação da estrutura sintática: morfologia, entonação, ritmo e ordem seqüencial, que se integram num conjunto complexo (*op.cit.*, p. 401). Na morfologia, Givón destaca o subsistema TAM (*tense, aspect and modality*) como um dos mais complexos a serem estudados. Esse subsistema consiste em um conjunto de categorias que são obrigatórias no nível oracional ao mesmo tempo em que atuam na codificação da coerência multi-proposicional no nível discursivo.

O autor admite a existência de uma gradação funcional que vai das propriedades semântico-lexicais do item verbal às propriedades pragmático-discursivas da coerência textual, podendo uma mesma unidade morfêmica codificar um feixe de funções: lexical, proposicional e discursiva (1993:148). Uma discussão detalhada das categorias verbais será realizada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - TEMPO VERBAL, ASPECTO E PONTO DE REFERÊNCIA

Neste capítulo, são apresentadas e discutidas as noções verbais que compõem a definição do fenômeno em estudo, a saber: o tempo verbal, categoria gramatical que expressa o tempo passado anterior; o aspecto, mais especificamente o aspecto perfectivo, que define o tipo de passado anterior; e o ponto de referência, que é, via de regra, o outro tempo passado com o qual o passado anterior perfectivo mantém um vínculo temporal.

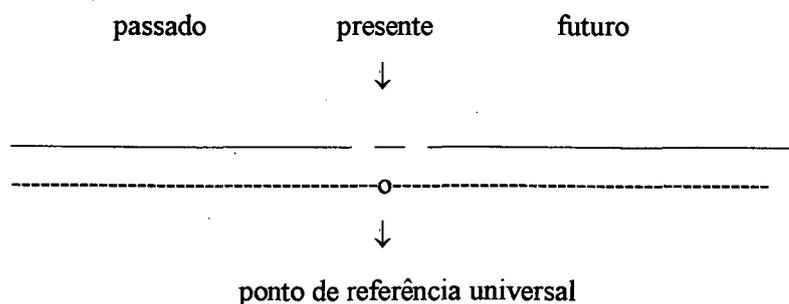
1 - TEMPO VERBAL

A proposta desta subseção é definir tempo verbal como uma categoria discursiva e, sob esta ótica, tratar dos tempos pretérito mais-que-perfeito e pretérito perfeito, evidenciando a possibilidade de alternância no uso de uma e de outra forma para referir o passado anterior.

1.1 - Concepção de tempo verbal

Dentro do sistema lingüístico, o tempo verbal expressa nossa experiência de tempo, codificando situações (estados, processos e ações) nas referências temporais. Existem três referências temporais - presente, passado e futuro - vistas na linha do tempo a partir do tempo de fala, que é considerado o ponto de referência universal (Givón, 1993). A partir do tempo de fala (referência temporal presente), podemos localizar situações à esquerda ou à direita, respectivamente, em referência temporal passada ou futura, conforme diagramado a seguir.

(1) Referências temporais:



Se uma língua tem uma categoria gramatical para expressar referência temporal, esta língua tem tempo verbal (Comrie, 1981). Há línguas que não têm referência temporal gramaticalizada, mas lexicalizada (geralmente por marcas adverbiais ou pelo contexto lingüístico). De acordo com Givón (1984:273), “o *tense* é um modo de construção do tempo como uma sucessão de pontos, cada um ocupando uma posição fixa na ordem linear”. Estes pontos estabelecem uma relação entre si, de modo que o tempo de fala serve como ponto de referência universal para o tempo do evento¹⁰.

No plano lingüístico, temos a seguinte representação do diagrama temporal com os tempos verbais distribuídos em correspondência com as respectivas referências temporais:

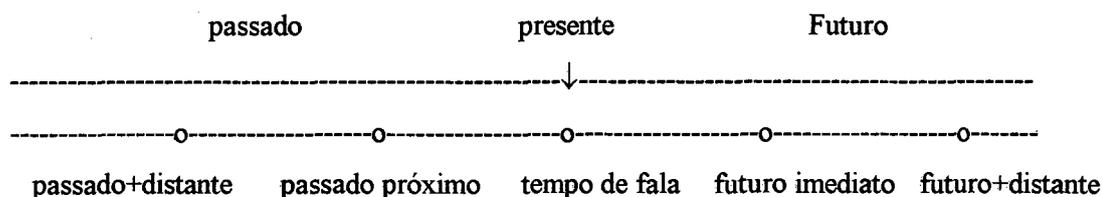
(2) Tempos verbais¹¹:



É possível construir ainda outras dimensões temporais, como a de passado próximo, passado remoto, futuro imediato, futuro mais distante, com base na proximidade relativa ao tempo de fala. Veja-se:

¹⁰ Ao que Givón (1984) chama de evento, chamamos situação. O termo situação engloba ações e estados (conforme Comrie, 1990).

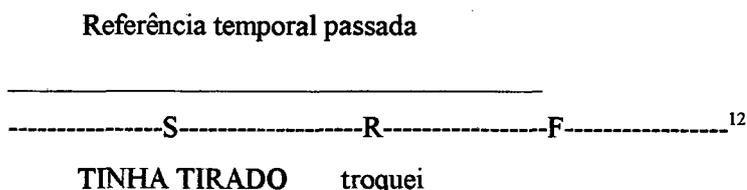
¹¹ Além de codificar a referência temporal de uma situação através dos tempos verbais, é possível especificar em que ponto do passado, por exemplo, uma determinada situação ocorreu. Essa especificação temporal, conforme Comrie (1990), pode ser feita com expressões compostas lexicalmente (*cinco minutos atrás, antes de ontem*) e itens lexicais (*hoje, ontem, agora*).

(3) Distanciamento temporal no *continuum* do tempo:

Mateus *et al.* (1983:104) dizem que,

“no Português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um estado de coisas a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento de enunciação mas, para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros.”

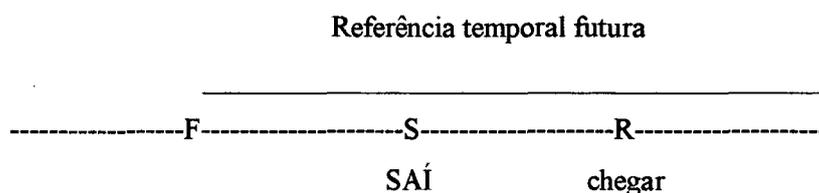
Isso significa que nem todos os tempos verbais são relativos unicamente ao tempo de fala, podendo haver outras relativizações no interior do enunciado, o que possibilita um número maior de representações temporais. Em português, por exemplo, os tempos verbais pretérito mais-que-perfeito e pretérito perfeito têm referência temporal passada porque se situam à esquerda do tempo de fala, e podem ser ordenados um em relação ao outro, conforme se observa no diagrama abaixo:

(4) Não, é que eu troquei de carro, então **TINHA TIRADO** antes. (FLP 10, L1233)

¹² As letras apresentadas no diagrama temporal indicam, respectivamente, situação codificada por um dado variável (S), ponto de referência (R) e tempo de fala (F). Nos exemplos, o dado variável está em caixa alta e o ponto de referência em negrito.

Os pretéritos mais-que-perfeito (**tinha tirado**) e perfeito (**troquei**) têm referência temporal passada, distribuindo-se cronologicamente nesta ordem, um relativamente ao outro, embora codificados contra-seqüencialmente. Mas nem sempre uma forma de pretérito perfeito estará indicando referência passada, como se vê abaixo:

(5) “Quando você **chegar**, eu já **SAÍ**” (Comrie, 1990:31).



Note-se que, apesar de o verbo **sair** estar na forma de pretérito perfeito, localiza-se à direita do tempo de fala e tem referência temporal futura. De acordo com Comrie (*op.cit.*), a possibilidade de uso do pretérito perfeito, no caso do exemplo acima, justifica-se pelo fato de que aquilo que está à esquerda de um ponto de referência futuro na linha temporal é necessariamente passado em relação a esse ponto, o que não significa que esteja na referência temporal passada. Para a forma **saí**, no enunciado acima, a única possibilidade é ter referência temporal futura. Diferentemente do que ocorre no exemplo (4), a ordenação temporal entre **sair** e **chegar** ocorre à direita do tempo de fala.

Quanto à natureza lingüística do tempo verbal, Lyons (1977) considera que a doutrina tradicional tende a tratar o tempo verbal, assim como a pessoa, como uma categoria flexional que se realiza nas variações morfológicas do verbo. O autor argumenta, porém, que semanticamente o tempo é uma categoria da sentença, exemplificando com línguas como o chinês e o malaio, que, mesmo sem apresentar tempo verbal gramaticalizado, podem ser traduzidas para o inglês devido às informações dadas no contexto. Apesar da carência de tempo verbal em algumas línguas, todas dispõem de advérbios ou partículas dêiticas que podem precisar o tempo ao qual um determinado enunciado se refere.

Com base nessas colocações, especialmente no que se refere à possibilidade de pistas contextuais permitirem a tradução de línguas sem tempo verbal gramaticalizado para línguas que o gramaticalizam, à constatação da relatividade temporal, no sentido de que o ponto de referência temporal pode ser outro tempo verbal expresso no enunciado, além do ponto dêitico de fala, consideramos que o tempo verbal não deve ser tratado como uma categoria puramente morfológica mas, também, como uma categoria discursiva.

Em português, apesar de haver gramaticalização de tempo verbal, essa categoria não pode ser considerada somente em termos morfológicos. Quando uma forma verbal como o pretérito perfeito assume uma outra função na língua, ganha um significado adicional naquele contexto no qual está inserida. A utilização do pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito, por exemplo, não indica que ocorreu uma perda da significação gramatical básica. O pretérito perfeito por si só é gramaticalizado como um tempo anterior ao tempo de fala, mas a conjugação dele com um ponto de referência passado possibilita a sua interpretação como um passado anterior a outro passado. Apesar da flexão modo-temporal, o pretérito perfeito pode assumir uma outra função em determinados contextos lingüísticos, o que evidencia que a caracterização de tempo verbal vai além da caracterização essencialmente estrutural. Considerem-se os seguintes exemplos:

(6) O carro QUEBROU.

-----S-----R/F-----
 QUEBROU tempo de fala

(7) Uma vez eu vim de ônibus, o carro QUEBROU...(FLP 10, L899)

-----S-----R-----F-----
 QUEBROU vim tempo de fala

A utilização do pretérito perfeito em (6) apenas indica que a situação expressa por **quebrou** ocorreu antes do tempo de fala. Em (7), além de acontecer antes do tempo de fala, ocorreu antes da situação expressa por **vir**. A interpretação de **quebrou** como anterior no passado só é possível por causa da inserção de um outro ponto passado (**vim**).

Os exemplos acima atestam que nem sempre a flexão vai indicar o tempo verbal pretendido. Frequentemente, essa indicação é decorrente do contexto lingüístico.

A partir dessas considerações, e coerentes com a posição teórica assumida neste trabalho no que tange à concepção de gramática, propomos caracterizar o tempo verbal como uma categoria discursiva. Apesar de a flexão modo-temporal estar presente em um enunciado, a interpretação de tal enunciado não é baseada puramente no elemento morfológico. Às vezes, o contexto discursivo favorece uma interpretação diferente daquela que seria feita se o elemento gramatical fosse analisado isoladamente. Em português, há muitas variações que podem comprovar essa afirmação: o pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito (fiz/tinha feito), o pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito (fazia/faria) e o pretérito mais-que-perfeito pelo futuro do pretérito composto (tinha feito/teria feito). Esses são alguns dos exemplos que demonstram que a função, no contexto lingüístico, se sobrepõe à forma. O pressuposto é que o contexto discursivo deve ser significativo para a interpretação do tempo verbal também nos casos de não variação, mediante traços inerentes ao item lexical, presença de expressões adverbiais e o próprio conhecimento de mundo.

1.2 - O pretérito mais-que-perfeito

1.2.1 Formas de pretérito mais-que-perfeito

O interesse desta pesquisa volta-se para o valor temporal do pretérito mais-que-perfeito, ou seja, para sua utilização referindo uma situação transcorrida antes de uma outra em tempo passado. Estamos, igualmente, interessados no pretérito perfeito que pode ocupar o lugar do mais-que-perfeito em contextos comunicativos como o mencionado.

O valor temporal do pretérito mais-que-perfeito em português é similar ao do *past perfect* em inglês. Givón (1993;1995), a partir de enunciados do inglês, descreve esse tempo verbal como um tempo utilizado para codificar um evento que ocorreu antes de um ponto de referência temporal passado. O *past perfect*, segundo o autor, representa uma quebra temática no discurso. Assim, se a ordem dos eventos no mundo real é A, B, C, D, na codificação, ao entrar o *past perfect*, a seqüência organizacional muda: A, C, B, D. Por essa razão, o *past perfect* representa, conforme Givón (*op.cit.*), uma quebra da norma não-marcada de eventos narrados na mesma ordem em que ocorreram. Essas características apontadas por Givón parecem especificar também o valor do pretérito mais-que-perfeito em português.

Dissemos que o nosso interesse está voltado para o valor temporal do pretérito mais-que-perfeito, mas quais são os outros valores e por que não entram em jogo?

Cunha (1971) e Cunha e Cintra (1985) registram que o pretérito mais-que-perfeito pode, também, denotar um fato vagamente situado no passado “**Até que afinal conseguiu o meu carneiro para montar**”; um fato passado em relação ao momento presente quando se deseja atenuar uma afirmação ou um pedido “**Tinha vindo para pedir-lhe uma explicação**”; e ser utilizado em lugar do futuro do pretérito “**Um pouco mais de sol - e fora brasa**” e do pretérito imperfeito do subjuntivo “**... botou-se para Itaoca como se nada houvera acontecido**”, na linguagem literária. E, ainda, ser usado em frases exclamativas “**Tomara eu ser-lhe útil**”.

Note-se que, nos exemplos acima, o pretérito mais-que-perfeito adquire diferentes valores. Quando o mais-que-perfeito denota um fato vago no passado ou uma atenuação, evidencia-se seu valor modal. Quando substitui o futuro do pretérito e o imperfeito do subjuntivo, preenche as funções lingüísticas que tais formas codificam, adquirindo um outro valor temporal. Em casos de frases exclamativas, expressa uma projeção futura. Em nenhum dos casos delineados acima, o mais-que-perfeito evidencia o seu valor temporal prototípico.

Ainda, em relação ao pretérito mais-que-perfeito simples, podemos dizer que essa era a forma de codificação padrão para apresentar um passado anterior a outro. Mas tal forma parece estar em vias de extinção, pelo menos no que se refere ao seu valor temporal prototípico. Um estudo a partir de entrevistas orais (NURC e Projeto Censo de Variação Lingüística - RJ) mostrou que não há nenhuma ocorrência da forma simples do pretérito mais-que-perfeito na língua falada para indicar um tempo passado (Gonçalves, 1993). Em contrapartida, na língua escrita, foram encontradas 86% de ocorrências em livros (textos de livros de História), 51% em revistas (*Veja, Isto é*) e 31% em jornais (seções de economia, política, esportes) (*op.cit.*).

O pretérito mais-que-perfeito simples¹³ não será tratado neste trabalho, uma vez que o *corpus* aqui examinado é de fala e essa forma foi encontrada apenas em enunciados exclamativos que mencionam uma expectativa futura, portanto destituída de seu valor temporal básico (conforme exemplo (8)). Essas constatações nos autorizam a afirmar que, em se tratando de fala, o pretérito mais-que-perfeito simples com função de passado anterior é nada mais do que um mito gramatical.

(8) TOMARA que eu esteja enganado! (FLP 21, L666)

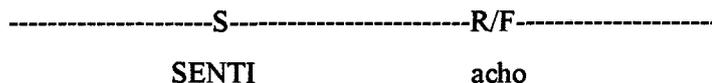
1.2.2 - A noção de tempo verbal relativo-absoluto

Considerando as relações temporais estabelecidas entre as formas verbais dentro do enunciado, os tempos verbais podem ser classificados de três modos: em tempo absoluto, relativo e relativo-absoluto. Vamos discutir essa questão, centrando-nos nas ocorrências de tempos verbais na referência temporal passada.

O tempo verbal absoluto, conforme Comrie (1990), tem o momento presente como ponto de referência, o que já é parte de seu significado. No exemplo abaixo, o pretérito perfeito **senti** é um tempo absoluto porque tem o presente **acho** como ponto de referência:

¹³ Segundo Mateus *et al.* (1989:77), “o pretérito mais-que-perfeito simples só ocorre no discurso planejado, em registros muitos formais ou de sabor arcaizante.”

(9) E acho até que eu senti mais. (FLP 17, L638)

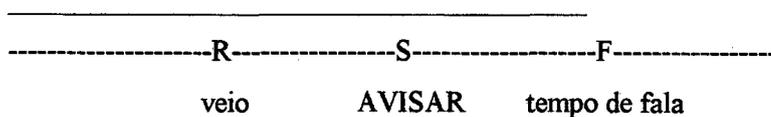


O tempo verbal relativo tem um ponto de referência dado pelo contexto lingüístico. Comrie (1990:58) diz que “tudo que é requerido para tempos verbais relativos é a identificação de um ponto de referência compatível com o contexto dado.” Tempos relativos podem ser representados por formas verbais não finitas e finitas. Uma forma não finita indicará um tempo relativo puro; já a forma finita indicará um tempo relativo-absoluto.

Os tempos relativos puros, conforme Comrie (*op.cit.*), têm como ponto de referência a forma finita mais próxima e podem receber a referência temporal desse ponto. Assim, se o ponto de referência de uma forma não finita for passado, esta receberá referência temporal passada.

(10) ...num domingo, ele veio de Biguaçu avisar pra mim, aqui no Aeroporto, que eu morava no Aeroporto, que o motorista TINHA BATIDO na caminhonete. (FLP 04, L870)

Referência temporal passada



Avisar é um tempo relativo porque tem o passado **veio** como ponto de referência e capta a referência temporal desse ponto.

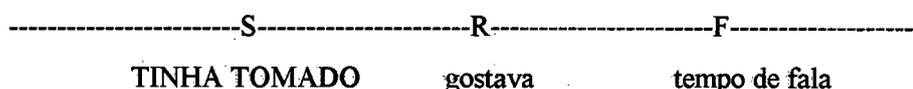
O tempo verbal relativo-absoluto pode ser ilustrado pelo *pluperfect* do inglês. Conforme Comrie (*op.cit.* p.67), “O *pluperfect* marca um ponto no tempo antes de algum outro ponto no tempo no passado, então, a situação referida pelo *pluperfect* está ela mesma localizada no passado.” No português, o pretérito mais-que-perfeito é a forma verbal gramaticalizada para expressar um passado anterior a outro e é, nos termos de Comrie, um tempo verbal relativo-absoluto. Corôa (1985:50) coloca que

“... no mais-que-perfeito o momento de referência se torna mais “concreto” por se identificar com o momento de um outro evento. O que caracteriza o mais-que-perfeito é que nele o momento de referência é indiscutível e freqüentemente se “materializa” na própria oração...”

A classificação do pretérito mais-que-perfeito como um tempo relativo-absoluto resulta, então, de sua conjugação com um outro tempo passado vinculado ao tempo de fala.

Considere-se o exemplo (11):

(11) ...todo mundo **gostava** muito daquela iniciativa que a gente **TINHA TOMADO**. (FLP 23, L1057)



A representação acima mostra que **gostava** é um tempo absoluto por ter como ponto de referência o tempo de fala. O pretérito mais-que-perfeito, por outro lado, é um tempo relativo-absoluto por tomar como ponto de referência um tempo diferente do tempo de fala, neste caso situado num ponto intermediário.

Mas, de acordo com Comrie (1990), as línguas nem sempre dispõem de formas verbais para indicar que um tempo é anterior a outro. O russo pode ser arrolado como um exemplo de língua cujos tempos verbais são predominantemente absolutos (os relativos são restritos a um conjunto de participios não finitos), sendo que um outro elemento inserido no contexto discursivo (no caso, o advérbio **já**) é que possibilita a interpretação de uma situação como anterior a outra, mesmo tendo sido codificada depois daquela (*op.cit.*). Observe-se o exemplo:

(12) *Kolja priexal; Maša ŭze uexala.* (*op.cit.* p.68)

Kolja chegou; Maša já saiu.

Uma outra possibilidade de ocorrência de um tempo verbal relativo-absoluto, conforme Comrie (1990), é funcionar ele próprio como ponto de referência para um outro tempo verbal relativo-absoluto. Observe-se:

(13) Quando as meninas também foram no jogo, eu só senti falta quando elas chegaram, que eu perguntei pra eles, que eu **NOTEI** que alguma coisa **TINHA ACONTECIDO**. (FLP 17, L684)

-----S-----R/S-----R-----F-----
 TINHA ACONTECIDO ← NOTEI ← perguntei

O pretérito perfeito anterior (**notei**) é um tempo verbal relativo-absoluto porque está cronologicamente localizado antes do pretérito perfeito simples (**perguntei**) e toma este tempo absoluto como seu ponto de referência. O pretérito mais-que-perfeito (**tinha acontecido**) é também um tempo relativo-absoluto e está vinculado a um ponto de referência (**notei**) que, por sua vez, é um tempo relativo-absoluto. Portanto, o sistema lingüístico do português permite que tempos verbais relativo-absolutos funcionem como ponto de referência para tempos também relativo-absolutos.

1.3 - O pretérito perfeito

1.3.1 - O pretérito perfeito simples versus o pretérito perfeito anterior

O pretérito perfeito, no português, codifica via de regra um tempo passado vinculado ao tempo de fala, sendo portanto um tempo absoluto. Situações seqüenciais normalmente são codificadas por esse tempo, o qual chamamos de *pretérito perfeito simples*.

Temos observado, entretanto, que o pretérito perfeito pode ser utilizado também para codificar um tempo passado anterior a outro tempo passado, aparecendo em lugar do pretérito mais-que-perfeito. Esse tempo será chamado de *pretérito perfeito anterior*. Tal tipo de variação é raramente abordado nos estudos gramaticais de cunho normativo.

Mas Camara Jr. (1972), falando sobre o pretérito mais-que-perfeito simples, menciona o rendimento mínimo desse tempo verbal na língua falada, “mesmo de registro formalizado de dialeto social culto” (p.90). Utiliza-se, no lugar do pretérito mais-que-perfeito, conforme o autor, o pretérito perfeito, “que não está formalmente marcado” (p.90), ou uma locução de participio com o verbo auxiliar **ter** no imperfeito (*op.cit.*). Note-se que o autor já prevê a variação entre o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito composto e, além disso, o rendimento mínimo do pretérito mais-que-perfeito simples na língua oral.

Essas considerações de Camara Jr., agregadas aos nossos dados de análise, levam-nos à seguinte formulação: no português falado do Brasil, ocorre um fenômeno de variação entre o pretérito mais-que-perfeito composto e o pretérito perfeito quando o objetivo do falante é codificar um tempo passado perfectivo anterior a outro tempo já passado. Observem-se dois exemplos desse tipo de variação:

Pretérito mais-que-perfeito composto:

(14) ...ela foi lá falar com a Telma que TINHA DADO positivo. Que TINHA FICADO bem azulzinho... (FLP 20, L1204)

-----S-----	-----R-----	-----F-----
TINHA DADO	falar	
TINHA FICADO		

Pretérito perfeito:

(15) ...ela falou que FIZERAM a reação com o sangue e DEU positivo.(FLP 20, L1206)

-----S-----	-----S-----	-----R-----	-----F-----
FIZERAM	DEU	falou	

A possibilidade de um pretérito perfeito funcionar como um passado anterior (exemplo 15) se deve à existência de um ponto de referência passado intermediário (**falou**) entre as situações (**fizeram/deu**) e o tempo de fala. Esses exemplos mostram contra-seqüencialidade na codificação do dado variável em relação ao seu ponto de referência, ou seja, o ponto de referência, embora temporalmente posterior, é codificado antes das situações representadas pelo pretérito perfeito anterior.

Se a variação é possível quando temos contra-seqüencialidade, conforme atestam os exemplos anteriores, essa possibilidade torna-se problemática nos casos de seqüencialidade. Discutiremos essa questão com base no seguinte exemplo:

(16) Eu antes estudei até o ginásio. Depois de dez anos, aí eu fiz o segundo grau. (FLP 17, L08)

Não podemos afirmar que **estudei** está codificando um tempo passado anterior a um ponto de referência também passado. Givón (1993), quando contrasta o *past perfect* com o *simple past*, afirma que o *past perfect* sinaliza que o evento está fora de seqüência, e por isso, contrasta com o *simple past* seqüencial, que codifica eventos recontados em seqüência temporal. No exemplo (16), a única interpretação possível é de **estudei** precedendo **fiz**, ambos relativos ao presente e não de **estudei** relativo a outro tempo passado. Mesmo com a presença do advérbio **antes** não temos condições de dizer que estamos diante de uma variação do pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito. Talvez, possa se tratar de uma variação do pretérito mais-que-perfeito pelo perfeito, mas, neste caso, a função seria outra, não a de anterioridade a um ponto de referência passado mas anterioridade ao tempo de fala.

O pretérito mais-que-perfeito codifica uma situação em um tempo passado anterior, assim o pretérito perfeito em lugar do mais-que-perfeito está ocupando a função deste tempo verbal, podendo ser chamado de perfeito anterior. Por outro lado, o pretérito perfeito classifica-se, em termos gramaticais, como anterior ao tempo de fala. Se o pretérito mais-que-perfeito assume a função de anterioridade ao tempo de fala, sem qualquer ponto de referência passado intermediário, está em lugar do pretérito perfeito. Interessamo-nos, entretanto, pela função de anterioridade a um ponto de referência passado cujas formas variantes podem ser os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito anterior.

1.3.2 - O problema da terceira pessoa do plural

Exemplos como o que segue mostram-se, em princípio, problemáticos quanto à interpretação do tempo verbal associado à terceira pessoa do plural:

(17) ...muito sábado e muito domingo a família saiu pra passear e eu ficava em casa estudando, pra não decepcionar nem a mim mesmo, nem aqueles que me CONVIDARAM e os que me ELEGERAM. (FLP 21, L249)

Os verbos **convidaram** e **elegeram** poderiam ser classificados, indistintamente, como pretérito mais-que-perfeito simples ou pretérito perfeito, já que as formas são homônimas na terceira pessoa do plural e os tempos são intercambiáveis. Optar por uma ou outra classificação parece, em princípio, ser indiferente, mas não é. Não foi encontrado, com relação às demais pessoas do discurso, nenhum caso de pretérito mais-que-perfeito simples na codificação de um tempo passado anterior a outro, no entanto, muitas ocorrências de pretérito perfeito. Isso nos autoriza a considerar que as formas utilizadas no exemplo (17) são de terceira pessoa do pretérito perfeito e estão em variação com o pretérito mais-que-perfeito na codificação da função de anterioridade a um ponto de referência passado.

1.4 - Distanciamento Temporal

A possibilidade de utilização de mais de uma forma verbal para uma mesma referência temporal permite que possamos estabelecer graus de distanciamento no tempo. O pretérito mais-que-perfeito, por exemplo, é comumente interpretado como uma situação mais distante no passado do que uma situação codificada pelo pretérito perfeito simples. Entretanto, isso é meramente uma implicação derivada do significado do mais-que-perfeito, que não pretende dar a impressão de um passado mais distante, apenas requer que a situação por ele codificada seja localizada antes de um ponto de referência no passado (Comrie, 1990).

O pretérito mais-que-perfeito, segundo Comrie (*op.cit.*), pode ser diferenciado do passado remoto de dois modos: primeiro, porque a localização temporal do pretérito mais-que-perfeito não é necessariamente remota, uma vez que os intervalos de tempo envolvidos podem ser muito pequenos; em segundo lugar, o mais-que-perfeito requer um ponto de referência passado intervindo entre a situação em foco e o tempo de fala, o mesmo não ocorrendo com o passado remoto, que simplesmente indica que uma situação está distante do momento presente, sem precisar expressar o que preencheu o intervalo de tempo.

Podemos dizer, então, que o pretérito mais-que-perfeito é mais distante temporalmente do que o tempo passado que funciona como seu ponto de referência. Mas ambos podem estar muito próximos do tempo de fala. Observe-se o exemplo (18):

(18) Apareceu na segunda-feira, aí eu já TINHA VINDO do serviço, estava passando uma vassoura na casa... (FLP 03, L713)

O enunciado acima expressa que **tinha vindo** e **apareceu** ocorreram na **segunda-feira**; isso indica que entre o ponto de referência (**apareceu**) e o passado anterior (**tinha vindo**) não há muito distanciamento temporal. Se antes de ontem fosse segunda-feira e esse enunciado tivesse sido produzido hoje, seria perfeitamente aceitável porque tudo que o passado anterior requer é um ponto de referência entre ele e o tempo de fala e não um grande distanciamento temporal como requer o passado remoto.

O passado remoto pode ser indicado pelo pretérito perfeito, normalmente ocorrendo com algum tipo de especificação temporal ou com base em nosso conhecimento de mundo. Note-se que não estamos invalidando o pretérito mais-que-perfeito de expressar um passado remoto, apenas queremos enfatizar que este tempo verbal necessita de um ponto de referência intermediário; havendo tal ponto, podemos representar com essa forma verbal uma situação temporalmente próxima ou remota. Veja-se o exemplo:

(19) No ano de 1505, um navegador francês de nome Binot Paulmier de Gonneville fez, perante o Almirantado da Normândia, uma declaração de que, dois anos antes, HAVIA ESTADO no Brasil... (Cabral, 1968:18)¹⁴

No enunciado acima, tanto o pretérito mais-que-perfeito quanto o pretérito perfeito são temporalmente remotos. O que possibilita caracterizar o passado simples como mais distante no tempo é a especificação temporal (**no ano de 1505**), mas tal forma verbal mantém como ponto de referência o tempo de fala. O pretérito mais-que-perfeito aparece, também, como um tempo remoto, porém há entre ele e o tempo de fala um ponto passado intermediário (**fez**), sem o qual, possivelmente, o pretérito mais-que-perfeito não seria utilizado.

¹⁴ CABRAL, C. F. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.

Notamos que os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, independentemente da distância temporal que possam representar em relação ao tempo de fala, são duas subdivisões possíveis em termos de localização de uma situação no tempo, entretanto não é possível precisar o tempo de uma situação apenas pelo significado dessas categorias verbais. Necessitamos de marcação adverbial e de conhecimento por parte do interlocutor daquilo que expressamos para que uma situação tenha uma localização temporal mais específica. Se o interlocutor conhece o assunto, as marcas adverbiais podem ser dispensadas, caso contrário, elas são extremamente necessárias. Observe-se:

(20) Isso foi em janeiro, depois de dezembro, que eu já TINHA DADO aquela chance dele vir pra casa. (FLP 03, L969)

No momento da entrevista, o interlocutor poderia estabelecer uma relação temporal entre **dezembro, janeiro** e o mês em curso. Mas nem sempre é possível saber a exata localização de uma situação, conforme a ocorrência abaixo:

(21) Cheguei lá em Curitiba já fui atendido porque eu MARQUEI hora. (FLP 23, L1365)

Sabemos que **marquei** ocorreu antes de **fui atendido** e essa interpretação decorre da relação semântica de causalidade, mas não podemos precisar a localização temporal dessas situações, apenas sabemos que são passadas. Para uma especificação temporal seria necessário inserir marcas adverbiais.

Não só os pretéritos perfeito simples e mais-que-perfeito/perfeito anterior expressam distanciamento temporal em relação ao tempo de fala, existem também outras formas de pretérito (imperfeito do indicativo, imperfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo) que se encaixam em pontos desse *continuum* temporal. Essas, entretanto, denotam apenas outras facetas aspectuais e não diferentes distanciamentos em relação ao tempo de fala. Privilegiamos aqui as duas formas perfectivas que compõem nosso objeto de estudo.

O tempo passado anterior pode ser representado por várias formas verbais num enunciado, de modo que várias subdivisões podem ser feitas na linha temporal tanto com o pretérito mais-que-perfeito quanto com o pretérito perfeito. Vejam-se:

(22) Aí eu passei a me dedicar a minha filha, pro meu trabalho, **voltei a fazer** o segundo grau, eu já **TINHA TERMINADO** o ginásio, **TINHA TENTADO** o científico, mas aí com essa história de namorar, a gente esquece um pouco de estudar. (FLP 20, L82)

-----S-----S-----R-----F-----
TINHA TERMINADO TINHA TENTADO voltei a fazer

(23) Vocês **souberam** da moça que se **QUEIMOU** ali num panelão que **ESTOUROU** a tampa. (FLP 07, L113)

-----S-----S-----R-----F-----
ESTOUROU QUEIMOU souberam

Distância é então, conforme Comrie (1990), uma noção relevante somente para os parâmetros de **antes e depois**, assim, distinções mais prolíficas são encontradas no passado, já que a tendência geral das línguas é ter um melhor desenvolvimento do sistema de passado do que de futuro. O ponto de referência para a maioria das línguas com graus de distanciamento parece ser o momento presente; existem, entretanto, casos que necessitam de algum outro centro dêitico. Essas distinções feitas com respeito à distância temporal podem ser consideradas parâmetros entre as línguas.

No português, a distância temporal é assinalada por mecanismos como uso de advérbios e organização contra-sequencial, que podem indicar dois ou mais momentos diferentes no tempo. É possível, também, usar um verbo auxiliar como **acabar em acabo de chegar** para indicar proximidade temporal ao presente.

Esta subseção foi utilizada para demonstrar que, embora o português não tenha um sistema verbal para distanciamento tão produtivo quanto outras línguas¹⁵, é possível estabelecer subdivisões temporais devido à organização do enunciado, à presença de termos adverbiais e ao nosso conhecimento de mundo. Nem sempre, porém, são feitas muitas subdivisões em um mesmo enunciado, tendo em vista possivelmente que isso acarretaria maior dificuldade para relacionar situações por parte do falante, e maior dificuldade de processamento por parte do interlocutor. De acordo com Givón (1991b: 106),

“categorias que são cognitivamente marcadas - i.é, complexas - tendem a ser também estruturalmente marcadas. A categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não marcada.”

A complexidade cognitiva é o que impede, muitas vezes, mais de duas ou três relativizações em uma mesma referência temporal.

1.5 - Conclusões parciais

A partir do que foi exposto sobre *Tempo Verbal*, podemos dizer que no português do Brasil: a) é possível utilizar o pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito quando desejamos codificar um tempo passado perfectivo anterior a um ponto de referência passado; b) a forma simples do pretérito-mais-que perfeito (em suas escassas ocorrências) assumiu um significado de projeção futura, pelo menos na língua falada, perdendo inteiramente o valor temporal passado.

¹⁵ Existem sistemas temporais que apresentam mais de duas formas para fazer referência a subdivisões no passado: Kamba, Mabuiag, Bamileke-Dschang, Bamileke-Ngyemboom, Kiksht entre outros (Comrie, 1990).

Propusemos a abordagem do tempo verbal como uma categoria discursiva, com base principalmente no comportamento do pretérito perfeito, passível de ser entendido como um passado anterior em virtude da identificação de um ponto de referência passado fornecido pelo contexto. Se fosse levado em conta apenas o significado morfológico, o pretérito perfeito seria apenas interpretado como um tempo absoluto, vinculado ao momento de fala.

Evidenciamos, por fim, duas possibilidades de ocorrência do pretérito perfeito: o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito anterior. Este último corresponde à forma verbal que pode variar com o pretérito mais-que-perfeito.

2 - ASPECTO

Ao caracterizarmos nosso objeto de estudo como um tempo passado perfectivo anterior a um outro tempo passado, especificamos através do termo “perfectivo” o tipo aspectual dos tempos verbais analisados neste trabalho (pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito). Nesta seção, discutimos a categoria aspecto e seus componentes de perfectividade e imperfectividade.

Utilizamos, no âmbito deste trabalho, a definição de aspecto dada por Comrie (1981:03): “Aspectos são diferentes modos de ver a constituição temporal interna de uma situação.” Esses diferentes modos são representados pelos aspectos perfectivo e imperfectivo que apresentamos a seguir.

2.1 - Perfectividade *versus* imperfectividade

Segundo Comrie, a “perfectividade indica a visão de uma situação como um todo único, sem distinção das fases que a constituem”; enquanto que o “imperfectivo presta especial atenção à estrutura temporal interna da situação” (*op.cit.*, p.16). Observem-se os exemplos:

(24) Aí eu peguei, telefonei pra Macarronada e descobri que ACONTECEU um acidente.
(FLP 03, L867)

(25) Então ela acabou até saindo do serviço, ela TRABALHAVA lá... (FLP 03, L1187)

No exemplo (24), a situação codificada por **aconteceu** é vista como um todo único, sem distinção de fases. Já a situação apresentada por **trabalhava**, em (25), pode ser separada em fases e vista em toda a sua complexidade interna.

Na literatura lingüística sobre aspecto, encontra-se freqüentemente uma correlação entre aspecto perfectivo e situação de curta duração, por um lado, e entre aspecto imperfectivo e situação de longa duração, por outro, conforme se percebe nos exemplos acima. Para Comrie (1981), porém, é possível utilizar ambos os tipos aspectuais para fazer referência a uma extensão temporal, o que vale dizer que uma situação perfectiva pode ser vista em fases, ou seja, pode apresentar estrutura interna desde que isso não afete a sua visão como um todo único. Já o imperfectivo sofre restrições que o impedem de ser utilizado para indicar um situação vista em sua globalidade. O exemplo abaixo mostra uma situação perfectiva com referência à sua constituição temporal interna.

(26) Ah, também tem a comida no barco que nós **fazíamos**. (Porque eu falei, né?) que o meu avô TINHA FEITO um barco, né? Ele CONSTRUIU um barquinho. (FLP 01, L788)

As situações codificadas por **tinha feito** e **construiu** são perfectivas, mas apresentam certa duratividade em sua constituição temporal interna. De acordo com Comrie (*op.cit.*), é possível que formas perfectivas sejam usadas para codificar situações que são internamente complexas, ou seja, situações que se prolongam no tempo ou incluem um número de fases, desde que a situação seja tomada como um todo único. A alusão feita à constituição temporal interna de formas perfectivas ocorre normalmente pelo significado lexical do verbo em questão, por expressões adverbiais ou por facetas do próprio contexto. Assim, conforme o autor, perfectividade não é uma noção incompatível com expressões que indicam duração de uma situação.

Discutimos, a seguir, dois tipos de combinação de perfectividade com outro traço aspectual, evidenciando as diferentes facetas do aspecto perfectivo que se manifesta nas formas verbais dos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. Trataremos de perfectividade e duração, e de perfectividade e iteratividade.

2.2 - Perfectividade e duração

Nesta subsecção, abordamos as formas verbais com aspecto perfectivo menos durativo, e perfectivo mais durativo. As primeiras ocorrem em uma determinada extensão do tempo; as últimas ocupam todo o tempo passado anterior a outro passado. Começamos pelas situações menos durativas.

O enunciado abaixo apresenta uma situação (**tinha dado**) que ocorreu em um determinado ponto do tempo. Essa situação apresenta o aspecto perfectivo menos durativo, pois é uma situação momentânea vista como um todo único.

(27) ...ela foi lá falar com a Telma que TINHA DADO positivo. (FLP 20, L1204)

Em (27), o falante se refere a um exame que somente pode ter dado positivo em um ponto específico do tempo, logo será codificado por uma forma verbal passada que expressa o aspecto perfectivo. Note-se também que, se substituirmos o pretérito mais-que-perfeito (**tinha dado**) pelo perfeito (**deu**), não haverá mudança do significado temporal de pouca duração. Mas se utilizássemos uma forma como o imperfeito, por exemplo, haveria mudança aspectual. Considerem-se os seguintes enunciados:

(28) ...ela foi lá falar com a Telma que DEU positivo.

(29)*...ela foi lá falar com a Telma que DAVA positivo.

Tanto o enunciado (28) com o pretérito perfeito (**deu**) como aquele apresentado em (27) com o pretérito mais-que-perfeito (**tinha dado**) implicam pouca duração temporal e visão da situação como um todo único, por isso a substituição é possível. Já o enunciado (29), apresentando o pretérito imperfeito (**dava**), implica alteração do significado aspectual. Esse enunciado somente seria possível se o objetivo fosse falar de mais de um exame, o que não é o caso, uma vez que a informante, no contexto discursivo, se refere a um único exame.

No entanto, não é só com formas não estendidas no tempo que o aspecto perfectivo menos durativo se apresenta. É possível expressar situações um pouco mais estendidas também com esse valor aspectual. Veja-se:

(30) Já **começou a falar** que o meu pai já **ESTEVE INTERNADO**, né? (FLP 01, L946)

A situação **esteve internado** é mais prolongada no tempo do que a apresentação de um resultado de gravidez (referido em (27)-(28)), mas, independentemente da extensão, ambas são vistas como um todo único, sem distinção de fases componentes da situação.

Durante o levantamento dos dados, encontramos exemplos de formas perfectivas com advérbios de tempo indeterminado (**sempre, nunca**), e então nos perguntamos se esses advérbios não poderiam alterar a característica perfectiva de uma forma, a visão da situação como um todo único no passado. Veja-se, por exemplo:

(31) Aí eu **fui ajudar a trocar** ela. Ai meu Deus, eu **nunca TINHA VISTO** assim uma coisa-
nunca TINHA ENTRADO naquela coisa ali. (FLP 03, L1309)

As combinações de verbo perfectivo mais advérbio de tempo indeterminado expressam a duração de uma situação no passado, por isso podem ser confundidas com o aspecto imperfectivo. Mateus *et al.* (1983), por exemplo, consideram o advérbio, em português, como um dos processos de expressão da categoria aspecto. Se admitirmos a idéia de que existe uma forma inicial que pode ser alterada quando conjugada com outras categorias no enunciado, então teremos de falar em aspecto básico e aspecto decorrente do contexto. Preferimos, no entanto, considerar a existência de um aspecto básico e traços aspectuais decorrentes do contexto. Isso porque se é possível que uma forma perfectiva carregue traços como pontualidade ou iteratividade, também deve ser possível que carregue o traço continuidade. Propomos, portanto, que há um significado básico que pode ser mantido no contexto e um significado adicional decorrente da combinação da forma verbal com outras formas gramaticais.

Reforçando a idéia defendida acima, Comrie (1990) chama atenção para o fato de que o estudo de uma categoria gramatical no discurso não deveria ser confundido com a análise do significado da categoria. Ao invés disso, deveria ser investigada a função discursiva da categoria em termos da interação entre significado e contexto. Assim, podemos dizer que se uma forma é perfectiva, continuará sendo perfectiva, mas sua conjugação com outras categorias pode implicar a existência adicional de um desses traços: continuidade ou iteratividade ou pontualidade.

Em relação ao exemplo (31), queremos argumentar que a combinação das formas verbais **tinha visto** e **tinha entrado** com o advérbio **nunca** faz resultar o componente continuidade, um dos traços possíveis da perfectividade. A continuidade indica duratividade, ou não, de ocorrência de uma situação por um período considerável de tempo. Como estamos tratando do tempo passado, falamos em continuidade da situação em todo o período de tempo passado e não em continuidade presente de uma situação passada. Esse último ponto precisa estar bem claro para que possamos perceber a característica básica da perfectividade: o todo único.

2.3 - Perfectividade e iteratividade

Embora apresentadas como um todo único, algumas situações perfectivas incluem um número de fases (Comrie, 1981). São as chamadas perfectivas iterativas. Considere-se:

(32) Então ela acabou até saindo do serviço, ela trabalhava lá, que ela PERDEU muito serviço... (FLP 03, L1187)

A situação expressa por **perdeu** é vista como um todo único, entretanto, há, no enunciado, referência à constituição temporal interna da situação, através do argumento **muito serviço**, que nos permite perceber várias fases de **perder**. Não obstante, a idéia de perfectividade permanece. Comrie (*op.cit.*) argumenta que não é a perfectividade, por si só, que explicita a constituição temporal interna de uma situação, mas são outros elementos contextuais que fazem essa referência; no caso do exemplo (32), é o argumento **muito serviço**.

Uma outra questão que merece ser apontada é a possibilidade de substituição da forma de pretérito perfeito **perdeu** pela de pretérito-mais-que perfeito **tinha perdido**, em (33). Note-se que a utilização do pretérito mais-que-perfeito não altera o valor iterativo associado ao aspecto perfectivo:

(33) Então ela **acabou até saindo** do serviço, ela trabalhava lá, que ela **TINHA PERDIDO** muito serviço...

No exemplo anterior é também possível a substituição pelo pretérito imperfeito:

(34) Então ela **acabou até saindo** do serviço, ela trabalhava lá, que ela **PERDIA** muito serviço...

O enunciado acima mostra que é possível substituir uma forma perfectiva mais durativa por uma forma imperfectiva. Essa substituição, entretanto, altera o modo de ver a situação. Quando usamos formas imperfectivas como **perdia**, focalizamos as várias etapas em que alguém perdeu alguma coisa; quando utilizamos **perdeu/tinha perdido**, enfatizamos o todo único, embora haja referência à constituição temporal interna, essa referência é dada pelo argumento **muito serviço**.

2.4 - Conclusões parciais

Nesta seção, tratamos da noção de aspecto bipartida em perfectividade e imperfectividade e classificamos as formas de pretérito perfeito e mais-que-perfeito como perfectivas. Além disso, estabelecemos três possibilidades de ocorrência de uma forma perfectiva: menos durativa, mais durativa e iterativa. Destacamos que o traço de duratividade associado ao aspecto perfectivo deve-se à própria significação do item lexical verbal, ou à presença de expressões indicativas de duração. A presença desse traço, entretanto, não altera a característica de todo único própria das formas perfectivas.

3 - PUNTO DE REFERÊNCIA

Optamos por apresentar uma seção sobre ponto de referência por três motivos: primeiro porque essa noção é de extrema importância na delimitação da variável morfo-sintático-discursiva que é objeto desta dissertação e não podemos chegar a essa delimitação sem que a noção de ponto de referência seja discutida e diferenciada da noção de referência temporal. Também, porque estamos propondo uma tipologia de pontos de referência com base nos dados coletados para esta pesquisa, com vistas a operacionalizar esta noção. O terceiro motivo é a utilização da tipologia aqui proposta como um grupo de fatores para a análise estatística dos casos de variação entre os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. Iniciamos nossa discussão expondo a conceituação de ponto de referência.

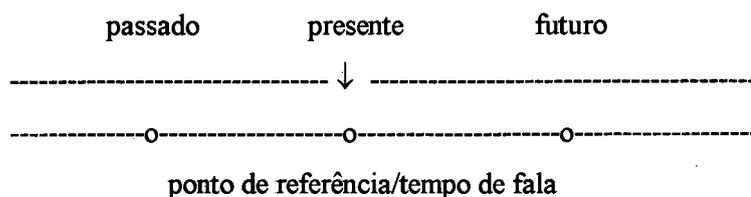
3.1 - Ponto de referência e referência temporal

Na seção sobre tempo verbal foi discutida a noção de referência temporal, caracterizada como nossa concepção temporal a partir do tempo de fala. Foi visto que existem três referências temporais: o passado, que está representado temporalmente à esquerda do tempo de fala; o futuro, que está à direita; e o presente, que é a referência temporal do tempo de fala. Nesta seção, pretendemos discutir a noção de ponto de referência e diferenciá-la de referência temporal.

Há duas maneiras de localizar uma situação no tempo: especificar a referência temporal e estabelecer um ponto de referência. Por ponto de referência, entendemos um segmento da linha temporal ao qual uma determinada situação está vinculada. O ponto de referência pode encontrar-se na mesma referência temporal da situação em questão, mas pode também estar em outra referência temporal, conforme será visto a seguir.

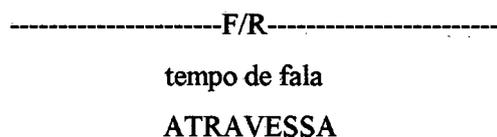
De acordo com Givón (1993), o ponto de referência mais comum nas línguas é o tempo de fala, ancorado ao tempo da performance do ato de fala e admitido como um tempo não marcado.

(35) Ponto de referência não marcado:



O diagrama acima mostra as três referências temporais e os três pontos que representam os tempos verbais. O tempo de fala serve como ponto de referência universal para o tempo da situação em foco, esteja esta no presente, no passado ou no futuro. Assim, se uma situação se localiza num momento diferente do tempo de fala, pode ter o tempo de fala como ponto de referência; se a situação estiver no mesmo ponto da linha temporal onde está o tempo de fala, esse tempo é o ponto de referência e a situação codificada deve ser um tipo de reportagem imediata, ou seja, deve ocorrer exatamente no momento do ato da fala:

(36) Pedro, agora, ATRAVESSA a linha de chegada.



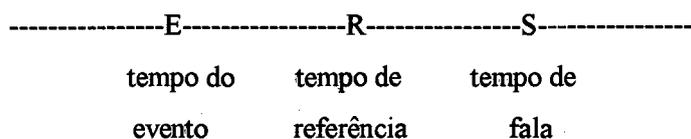
Situações no passado, no presente e no futuro, vinculadas ao tempo de fala, tomam esse tempo como ponto de referência. Mas, é possível que uma situação que tenha como ponto de referência o tempo de fala possa constituir-se ela mesma em ponto de referência para outra situação que lhe é anterior.

Para caracterizar situações na linha temporal, estamos utilizando a estrutura de três pontos apresentada por Reichenbach (1947)¹⁶: o ponto de fala, o ponto de referência e o ponto do evento¹⁷. No caso do pretérito mais-que-perfeito, Reichenbach afirma que o ponto do evento é o tempo de ocorrência desse evento e o ponto de referência é o tempo entre o evento e o ponto de fala.

¹⁶ O esquema de três pontos apresentado por Reichenbach (1947) foi originariamente proposto por Jespersen. In: JESPERSEN, J. O. H. *The Philosophy of Grammar*, H. Holt, New York, 1924.

¹⁷ Consideramos o 'E' (evento) do diagrama de Reichenbach como 'S' (situação), o 'R' também representamos por 'R' (ponto de referência) e o tempo de fala 'S' representamos por 'F'.

(37) Diagrama temporal para o *past perfect*, conforme Reichenbach: (*op.cit.*)

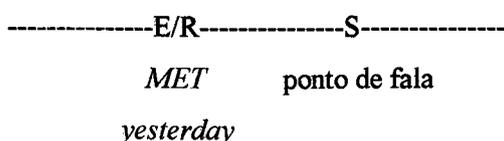


Ikeda (1992), interpretando Reichenbach, considera que o ponto de fala é o tempo em que uma dada sentença é enunciada; o ponto de referência é o tempo indicado pela sentença, não precisando coincidir com o tempo de fala; e o tempo do evento refere-se ao momento de ocorrência do evento ou do estado, não precisando coincidir com o ponto de referência.

Nossa proposta diverge parcialmente da exposta acima, na medida em que nos parece que o conceito de ponto de referência defendido por Ikeda corresponde ao que estamos propondo para referência temporal. Na verdade, o tempo indicado pelo enunciado é a referência temporal na qual a situação se insere, o que permite que tanto a situação quanto o ponto de referência possam estar na mesma referência temporal. O ponto de referência, por sua vez, é um segmento que está vinculado ou mantém um elo temporal com uma outra situação codificada no enunciado.

Como estamos tratando com o passado anterior, adotamos basicamente o esquema proposto por Reichenbach (*op.cit.*) para o *past perfect*, que apresenta um ponto de referência intermediário entre o tempo de fala e o tempo do evento (situação). Contudo, discordamos de Reichenbach em alguns aspectos. Considerem-se dois enunciados apresentados pelo autor (p.294), com seus respectivos diagramas temporais:

(38) *I MET him yesterday.*



(39) *I HAD MET him yesterday.*

-----E-----R-----S-----
HAD MET yesterday ponto de fala

Para o autor, quando dizemos “*I met him yesterday*”, **yesterday** se refere ao evento (situação) e, então, há coincidência entre ponto de referência e ponto do evento. Mas quando dizemos “*I had met him yesterday*”, *yesterday* é o ponto de referência e o encontro pode ter ocorrido antes de ontem.

Adotamos, em nossa análise, uma perspectiva diferente da proposta por Reichenbach para ponto de referência. Para o exemplo (38), consideramos o tempo de fala como ponto de referência e não o advérbio; justificamos essa posição da seguinte maneira: como o pretérito perfeito pode ocorrer sem marcas adverbiais, seríamos levados a considerar dois tipos de ponto de referência para um mesmo tempo verbal, ora o advérbio situado no passado, ora o tempo presente. A saída foi adotar o tempo de fala como ponto de referência para situações no pretérito perfeito simples e considerar as marcas adverbiais, quando aparecem, apenas como especificadoras do tempo passado em que a situação em questão ocorreu.

No exemplo (39), parece-nos que a expressão adverbial também especifica o tempo do encontro, contudo isso implica a existência de um ponto de referência passado, que o enunciado não deixa claro onde está.

Por conseguinte, consideramos a expressão adverbial **yesterday** em (38) e (39) como especificação da referência temporal passada. Nossas considerações, neste caso, são baseadas em Comrie (1990), que apresenta um ponto de vista conflitante em relação ao que foi proposto por Reichenbach (*op.cit.*) acerca da utilização de advérbios como ponto de referência. Analisando o *pluperfect* do inglês, Comrie (1990:66) afirma que

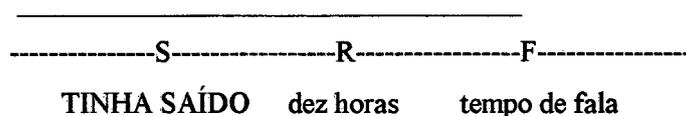
“embora advérbios temporais frequentemente estabelecem um ponto de referência para o *pluperfect*, deveria ser enfatizado que advérbios temporais co-ocorrendo com o *pluperfect* não necessariamente estabelecem um ponto de referência, mas podem também encobrir o tempo no qual a situação está localizada.”

Comrie (*op.cit.*) apresenta um exemplo com duas interpretações possíveis:

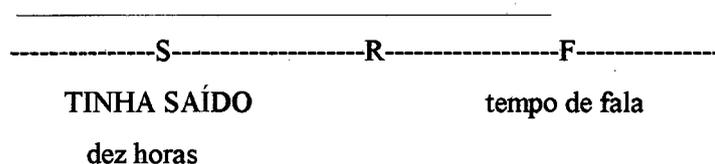
(40) *John HAD already LEFT at ten o'clock.*

João já TINHA SAÍDO às dez horas.

a) Referência temporal passada



b) Referência temporal passada



A expressão adverbial **às dez horas** pode ser o ponto de referência se a partida de *John* for anterior às **dez horas** (diagrama a). Em português, essa seria a interpretação pretendida por causa da inserção do advérbio **já** (*already*). Entretanto, a expressão adverbial **às dez horas** também pode expressar o momento da partida de *John* (diagrama b). Comrie (*op.cit.*) diz que, nesse último caso, o ponto de referência deve ser buscado em algum lugar no contexto. Se o contexto lingüístico precedente explicita o ponto de referência, a expressão adverbial **às dez horas** provavelmente será interpretada como o tempo da partida de *John*. Observe-se o exemplo (41), também fornecido por Comrie (*op. cit.*):

(41) *The clock struck twelve; John HAD already DEPARTED at ten o'clock.*

Em (41), a interpretação pretendida é aquela em que **dez horas** co-ocorre com a situação (**tinha partido**) e o ponto de referência está no enunciado anterior (**bateu onze horas**).

É importante salientar, então, que, normalmente, os advérbios especificam a referência temporal de situações codificadas por formas verbais, podendo, em alguns casos, ser considerados como ponto de referência. Utilizamos o termo ‘especificação’ porque um tempo verbal passado como o pretérito perfeito simples apenas indica que uma situação está localizada antes do tempo de fala, sem precisar o tempo passado. Essa precisão é dada por advérbios temporais.

A definição de ponto de referência como um segmento da linha temporal diferente do segmento da situação é um tanto complexa, todavia não temos como caracterizar esse ponto por si só porque a sua realização está atrelada à existência de outras situações: um ponto de referência só pode ser considerado como tal quando servir a uma outra situação. Dependemos da sua realização e é por isso que propomos uma tipologia de pontos de referência para os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. A partir dessa tipologia será possível concretizar a noção de ponto de referência e talvez aplicá-la a outros tempos verbais.

3.2 - Uma Tipologia de Pontos de Referência

Propomos uma tipologia de pontos de referência com base nos dados variáveis selecionados para esta pesquisa. A existência de um ponto de referência no enunciado se deve à necessidade de especificar um segmento da linha temporal ao qual a situação em foco está vinculada. Seguindo, pois, o módulo tripartido (tempo de fala, ponto de referência e tempo da situação), o falante estabelece vínculos temporais e contribui de forma decisiva para a compreensão daquilo que é enunciado.

Criamos três categorias básicas para a classificação de ponto de referência: verbal, contextual e adverbial¹⁸. Essas categorias apresentam algumas subdivisões que serão especificadas a seguir.

3.2.1 - Ponto de Referência Verbal

Geralmente, o ponto de referência é uma forma verbal, mas nem sempre é uma tarefa fácil identificá-lo quando nos deparamos com mais de um verbo como possível candidato a essa função.

Utilizamos basicamente dois critérios para a identificação do ponto de referência: a relevância semântico-sintática e o princípio da proximidade. Através do primeiro, observamos o grau de conexão entre a oração que apresenta o dado variável e outra oração que contém o possível ponto de referência. Givón (1984) destaca o papel da relevância ao tratar de eventos contra-sequenciais. Para o autor, se algum evento é mencionado no discurso fora da seqüência discursiva, isso se deve ao fato de o evento ser relevante para o último ponto apresentado no discurso precedente. Assim, como as situações que analisamos são contra-sequenciais, podemos dizer que estas são relevantes sintática e/ou semanticamente para aquilo que foi mencionado antes de sua ocorrência.

Também o princípio da proximidade proposto por Givón (1991b:89) é pertinente para nossa análise:

“Entidades que estão mais próximas funcional, conceptual ou cognitivamente serão colocadas mais próximas no nível da codificação, i.é, temporal ou espacialmente.”

“Operadores serão colocados mais próximos, temporal ou espacialmente no nível da codificação, da unidade conceptual para a qual forem mais relevantes.”

¹⁸ Estamos cientes que outros caminhos poderiam ter sido percorridos para a organização de uma tipologia de pontos de referência (verbo explícito *versus* verbo implícito, por exemplo). Optamos, no entanto, pela classificação apresentada por julgarmos mais pertinente para o fenômeno ora investigado.

Nosso critério determinante para identificar o ponto de referência é a relevância semântico-sintática e, adicionalmente, o princípio da proximidade, porém este nem sempre estará atuando, como será visto em seguida.

Os tipos de ponto de referência verbal encontrados nos dados são: uma forma verbal flexionada, uma locução verbal, uma forma verbal não flexionada e um verbo implícito. Esses tipos são descritos e exemplificados a seguir:

3.2.1.1 - *Uma forma verbal no passado*

Nem sempre a forma verbal que funciona como ponto de referência aparece sozinha antes do dado variável na codificação. Entretanto, em apenas uma delas recai o ponto de referência. O exemplo abaixo não deixa dúvidas quanto à identificação do ponto de referência, já que há apenas uma forma verbal disponível:

(42) Não, é que eu **troquei** de carro, então TINHA TIRADO antes. (FLP 10, L1233)

-----S-----R-----F-----
 TINHA TIRADO troquei

No enunciado (42), o ponto de referência para a situação **tinha tirado** é **troquei**. É esta interpretação que permite considerarmos **tinha tirado** como um tempo anterior no passado. A relevância semântico-sintática de **tinha tirado** é relativa a **troquei** havendo uma nítida relação de contra-seqüencialidade temporal apoiada em **antes**. Neste caso, o princípio da proximidade também está atuando.

Os exemplos elencados a seguir mostram mais de uma forma verbal com a qual a situação em análise poderia estar vinculada. No enunciado (43), as formas concorrentes são imperfectivas; em (44), estão em jogo formas perfectivas; e em (45), perfectivas e imperfectivas se alternam:

(43) ...eu **dizia** que **ia contar** pro meu pai que eles TINHAM me BATIDO, e abria o berreiro. (FLP 01, L320)

(44) ... num domingo, eu **chamei** ele na sala, **fechei** a porta, **conversei** com ele. Por que que ele FEZ isso, se o pai não queria. (FLP 04, L1119)

(45) **Passou-se** um tempo, **estava** ele lá na frente, aí ele **veio** me **dar** de dedo, assim, que **tinha** tudo pra me botar pra rua, que **OFENDI** a esposa dele. (FLP 14, L104)

Observa-se que em (43), aplicando o critério da relevância semântico-sintática, a oração “...**que eles tinham me batido...**” é objetiva direta, mantendo uma relação de complementação com a oração imediatamente anterior “...**ia contar pro meu pai...**”. Com base na relevância semântico-sintática e também no princípio da proximidade, consideramos **ia contar** como ponto de referência.

Em (44), o ponto de referência é a forma imediatamente anterior ao dado variável (**conversei**), ponto este semanticamente depreendido pela relação entre o ato de conversar e o assunto da conversa, e corroborado pelo princípio da proximidade.

Já em (45), temos um número maior de formas potencialmente candidatas a ponto de referência para **ofendi**. Todavia, a relação de causalidade estabelecida entre a situação analisada e a imediatamente precedente autoriza a identificação de **tinha** como ponto de referência.

Nos quatro exemplos descritos nesta subseção, vemos a atuação conjunta da relevância semântico-sintática e do princípio da proximidade. No entanto, isso nem sempre ocorre:

(46) Aí ele **disse** pra mim, quando a gente **chegou** aqui, que FEZ super bem... (FLP 20, L334)

O conector **quando**, no exemplo (46), estabelece cotemporalidade entre as situações candidatas a ponto de referência (**disse/chegou**), mas aqui, diferentemente dos enunciados anteriores, se a forma mais próxima for considerada, não será atendido o critério da relevância semântico-sintática. O que define o ponto de referência nesse dado é o critério da relevância sintático-semântica e não o princípio da proximidade. Considere-se ainda o enunciado (47):

(47) ... e ele **falou** que ela estava morando pra cá. **TINHA VENDIDO**, parece, uma casa lá no Rio e **VEIO MORAR** pra cá. (FLP 03, L337)

Nesse exemplo, as variantes **tinha vendido** e **veio morar** são sintática e semanticamente relevantes para **falou**. Contudo, o princípio da proximidade também não atuou. Conseqüentemente, a preferência será dada ao critério da relevância semântico-sintática.

Durante a análise foram encontradas, ainda, algumas ocorrências que merecem um comentário especial. Tratam-se de formas verbais repetidas, resumitivas e de construções em que o ponto de referência também funciona como dado variável. Começamos pelos casos de forma verbal repetida, intercalando o dado em estudo, conforme exemplo abaixo:

(48) Então ela **acabou** até **saindo** do serviço, ela trabalhava lá, que ela **PERDEU** muito serviço, depois **acabou** até **pedindo** as contas. (FLP 03, L1187)

Em princípio, poderíamos descartar esses casos levando em conta que a forma verbal que estamos chamando de variável seria seqüencial à repetição daquilo que deveria ser o ponto de referência. Teríamos, então, duas possibilidades de interpretação: contra-seqüencialidade à primeira menção e seqüencialidade à segunda.

Em repetições como a que ocorre no exemplo (48), resolvemos considerar a primeira menção como ponto de referência, pressupondo que a repetição complementa uma informação anteriormente dada. No exemplo acima, quando o informante diz que **acabou saindo**, ele pode ter saído por demissão ou porque quis, mas quando diz que **acabou pedindo**, sabemos que não houve demissão. Isso, em princípio, poderia justificar a repetição; o fato de mencionar duas vezes “a mesma coisa” se deve à necessidade de esclarecer aquilo que poderia gerar uma interpretação não pretendida.

Quando um determinado número de formas verbais decorre de outra que as resume, consideramos a resumitiva como ponto de referência verbal e as partes como especificações da primeira. Considere-se o enunciado (49):

(49) ...tudo que fosse assim: brigasse, me xingasse, me chamasse de qualquer palavra feia, ele PROIBIU. (FLP 20, L1107)

Nesse enunciado, é possível perceber que a relevância semântico-sintática também atua porque o ponto de referência (fosse) está em uma oração subordinada àquela na qual aparece o dado variável.

Existe, por fim, um tipo de ponto de referência verbal que também funciona como variante a ser analisada:

(50) ...eu perguntei pra eles, que eu NOTEI que alguma coisa TINHA ACONTECIDO. (FLP 17, L684)

-----S-----R/S-----R-----F-----
 TINHA ACONTECIDO NOTEI PERGUNTEI

Notei, em (50), funciona como dado variável em relação a **perguntei** mas é também ponto de referência para **tinha acontecido**. A partir desse exemplo é possível perceber que duas situações apresentadas contra-seqüencialmente no passado têm diferentes pontos de referência. Seqüencialidade, por outro lado, implica a existência de um mesmo ponto para ambas as situações, conforme se verifica abaixo.

(51) ...ela falou que FIZERAM a reação com o sangue e DEU positivo. (FLP 20, L1206)

-----S-----S-----R-----F-----
 FIZERAM DEU ← falou tempo de fala

Em (51) **falou** é o ponto de referência tanto para **deu** quanto para **fizeram**. A possibilidade de ocorrência de um mesmo ponto de referência para duas ou mais situações passadas se justifica pela sequencialidade entre essas situações relativamente ao ponto de referência especificado anteriormente.

Note-se que os exemplos (50) e (51) atendem à relevância semântico-sintática. Entretanto, o princípio da proximidade não é atendido pela situação codificada por **deu** no exemplo (51).

3.2.1.2 - *Uma locução verbal*

Na subseção anterior, tratamos de duas ou mais formas verbais flexionadas e optamos, como ponto de referência, por aquela que está sintática e semanticamente ligada ao dado variável. Nesta subseção, contemplamos casos de locução¹⁹:

(52) ...eu **ia dizer** pra todo mundo que eles **TINHAM** me **BATIDO**. (FLP 01, L325)

-----S-----R-----F-----
 TINHAM BATIDO ia dizer tempo de fala

Aplicamos aos casos de locução também o critério da relevância semântico-sintática e observamos que não é possível afirmar que **tinham batido** é relevante para apenas uma das formas: **ia** ou **dizer**. A relevância é dada à locução. Neste caso, o princípio da proximidade também está atuando.

3.2.1.3 - *Uma forma verbal não flexionada*

Classificamos, também, uma forma verbal não flexionada como ponto de referência possível para um dado variável no pretérito perfeito ou mais-que-perfeito, uma vez que tal forma representa tempo relativo. Formas verbais relativas, de acordo com Comrie (1990), têm um ponto de referência dado pelo contexto discursivo e captam a referência temporal desse ponto.

¹⁹ Tanto verbos auxiliares (ser, estar, ir) como modais (querer, dever, ter que...) e aspectuais (começar a, terminar de...) acompanhados de forma nominal no infinitivo e gerúndio foram classificados como locução.

Assumindo a posição de Comrie (*op.cit.*), consideramos a referência temporal das formas não finitas como idênticas a das formas finitas das orações às quais são relevantes. A seguir, apresentamos dois exemplos nos quais os pontos de referência são formas não flexionadas:

(53) Eu sei que a gritaria era tanta que um dia mandaram chamar a polícia, pensando que TINHA ACONTECIDO alguma coisa conosco. (FLP 01, L537)

(54) Comprei alguns livros, na época, pra ler e procurar entender o que que era administração hospitalar pra procurar, pelo menos, não surpreender negativamente aqueles que HAVIAM me CONVIDADO pro cargo. Até porque não PEDI pra ser. (FLP 21, L238)

No exemplo (53), consideramos **pensando** como ponto de referência e em (54) o infinitivo **surpreender**. Aplicando o critério da relevância semântico-sintática, notamos que os dados variáveis (**tinha acontecido/haviam convidado/pedi**) são relevantes para as formas não flexionadas (**pensando/surpreender**), e, além disso, estão mais próximos de tais formas.

Decidimos, nos casos de ponto de referência não flexionado, tratar a relevância como hierarquia estrutural e semântica. Representaremos, a seguir, os exemplos (53) e (54):

(55) Representação estrutural do exemplo (53):

```

mandaram
  |
  |   chamar
  |   |
  |   |   pensando
  |   |   |
  |   |   |   TINHA ACONTECIDO
  
```


(58) Eram gêmeas, uma, assim, bem pequena, que TINHA NASCIDO, com vários problemas...
(FLP 14, L467)

Consideramos, neste enunciado, a situação implícita **era em “uma, assim, (era) bem pequena”** como ponto de referência. Uma característica interessante, com relação aos exemplos (57) e (58), é a manutenção do mesmo sujeito para dado variável e ponto de referência implícito, o que pode ser também um critério favorecedor para a consideração do verbo implícito como ponto de referência.

Nos enunciados (57) e (58), a organização estrutural e semântica possibilita a interpretação de uma situação implícita como ponto de referência. Todavia, nem sempre isso ocorre. Quando o enunciado não atinge um grau de significância ideal, reportamo-nos, então, ao contexto discursivo ou pragmático, conforme discutido a seguir.

3.2.2 - *Ponto de referência contextual*

Nesta categoria estão incluídos os seguintes subtipos de ponto de referência: inferível e discursivo.

3.2.2.1 - *Ponto de referência inferível*²⁰

²⁰ No âmbito deste trabalho, consideramos o ponto de referência inferível com base nos dados coletados para a análise variacionista. Sabemos, entretanto, que podem existir outras possibilidades de inferência, como as apresentadas a seguir. Não pretendemos, porém, discuti-las.

a) Inferência pela fala do interlocutor (a pergunta já é conhecida): **Onde está o Nado Mendonça?**

Você já TINHA me FEITO esta pergunta ontem na boate. (Novela - O Fim do Mundo)

b) Inferência pela intenção prévia do falante recuperada por algum elemento do enunciado:

Você **tem** roupas para dar? Eu já TINHA até SEPARADO.

c) Inferência pelo questionamento: Você já TINHA OUVIDO esta música? Você já TINHA PROVADO esta comida?

Em muitos casos de passado anterior, há uma pressuposição envolvida que dá condições para a interpretação de um esquema de três pontos: ponto de fala, referência e situação. É pela constituição do dado variável que pressupomos qual ponto foi levado em consideração como ponto de referência. Seleccionamos dois tipos de ponto de referência inferível:

a) Inferência pela negação no passado:

Uma situação negada no pretérito mais-que-perfeito ou no pretérito perfeito, sem menção de outra situação passada, pode possibilitar uma inferência como ponto de referência. Vejamos essa possibilidade em alguns casos:

(59) E²¹. Ah, então conta pra mim como é que é.

F. Eu nunca TINHA SAÍDO em carnaval, que eu sempre gostei, né? mas na época que era criada, era daquela de pai, né? eu sou filha única e não saía... (FLP 17, L237)

O exemplo (59) mostra que a inserção do pretérito mais-que-perfeito juntamente com uma expressão adverbial de negação possibilita a interpretação dessa mesma situação como tendo ocorrido em um passado posterior. O passado posterior inferível (saí) é o que consideramos como ponto de referência para **nunca tinha saído**. Veja-se ainda:

(60) Ah, tem um monte assim, porque assim, tem samba, um samba. Eu nunca VI aquela brincadeira. Nunca VI, eu acho que era... (FLP, Andreza/08)

No exemplo (60), é possível variar o pretérito perfeito **vi** por **tinha visto** e, além disso, é possível inferir que há um ponto de referência passado que é a própria afirmação daquilo que é negado: se nunca viu aquela brincadeira, mas acha que era, então, deve ter visto. Esse ‘**ver**’, posterior no passado, pode ser o ponto de referência.

²¹ Nas entrevistas do Projeto VARSUL, ‘E’ representa o entrevistador e ‘F’ o falante (informante).

Nos casos de pretérito perfeito, a inferência não depende unicamente da forma verbal como ocorre com o pretérito mais-que-perfeito, é necessário também um apoio contextual. O pretérito perfeito somente será interpretado como um tempo passado anterior se o contexto favorecer tal interpretação. Considere-se, ainda, o seguinte enunciado:

(61) E - Mas tu nunca pensaste em te profissionalizar com isso, ganhar dinheiro com isso?

F - Nunca PENSEI. (FLP 19, L69)

Neste enunciado, a situação codificada pelo pretérito perfeito (**pensei**) é negada em todo o tempo passado anterior ao tempo de fala e o contexto não consegue mudar essa interpretação inicialmente pretendida. Se a forma de pretérito perfeito fosse alterada para pretérito mais-que-perfeito, mudaria a perspectiva temporal, ou seja, ao invés de negar todo o tempo passado, negaria uma parte, ficando a outra para a pressuposição: uma possível afirmação daquilo que foi negado. Exemplos como (61) não podem ser considerados como passado anterior, portanto não fazem parte da análise.

b) Inferência pela referência temporal passada:²²

Este tipo de inferência caracteriza-se pela presença de uma expressão adverbial que especifica a referência temporal da situação codificada por uma forma verbal variável. Por causa desta expressão adverbial, inferimos qual situação no passado está sendo o ponto de referência.

(62) Porque naquele tempo, antes de eu nascer, pelo menos aqui, FORAM AGLOMERADOS muitos escravos. (FLP 12, L872)

²² Devido ao fato de termos encontrado apenas dois dados e ambos no pretérito perfeito, esse tipo de ponto de referência, na análise quantitativa, foi amalgamado com forma não flexionada e locução verbal sob o nome de 'presença de forma não flexionada'.

O exemplo (62) demonstra que alguém nasceu e que antes do seu nascimento **foram aglomerados muitos escravos**. Quando a expressão **antes de eu nascer** aparece, há uma implicação: a de que alguém nasceu. Inferimos que o nascimento existiu no passado e por isso estabelecemos essa situação (**nascer**) como ponto de referência para o dado variável **foram aglomerados**. No enunciado acima, não há mais nenhum tempo verbal envolvido além de **foram aglomerados** e do infinitivo **nascer**, que faz parte da referência temporal. Há, entretanto, casos em que um tempo presente é mencionado juntamente com o dado variável. Observe:

(63) E eu me lembro bem que ainda em mil novecentos setenta e oito, antes do Esperidião sair da prefeitura, primeiro mandato dele de prefeito, eu FIZ um ofício ao prefeito pedindo a abertura daquilo ali... (FLP 21, L839)

A forma verbal **fiz** não tem o presente **lembro** como ponto de referência porque sabemos que há um tempo passado em que o Esperidião saiu da prefeitura que pode ser inferido pela referência temporal “**antes do Esperidião sair da prefeitura**”. A menos que não existisse essa especificação temporal, o presente poderia ser tomado como ponto de referência. Às vezes, desconsiderar algum constituinte do enunciado pode alterar a significação básica proposta.

3.2.2.2 - Ponto de referência discursivo

O ponto de referência discursivo pode ser percebido no contexto lingüístico anterior (no tópico discursivo ou além deste). A situação vinculada a este tipo de ponto de referência é caracterizada como uma retomada. Observe-se o exemplo a seguir:

(64) Correr, eu correr, Deus me livre!... Então, sempre me escondia lá. Sempre me escondia nessas horas de correr, de fazer ginástica. (FLP 01, L332)

Correr, como já FALEI, não corria, não corria. (L368)

Percebemos que a forma verbal **falei** na retomada acima pode ser substituída por uma forma de pretérito mais-que-perfeito. Em qualquer dos casos (perfeito ou mais-que-perfeito), o que está em jogo é a retomada, que tem sua primeira menção recuperável no contexto discursivo precedente. Parece-nos, entretanto, que o ponto de referência não está no contexto subsequente em que a situação é mencionada pela segunda vez no discurso, mas no contexto da sua primeira menção, caso contrário não haveria um porquê para a possibilidade de variação. Utilizamos o pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito porque voltamos a referir uma situação já mencionada. Como estão em jogo as duas ocorrências de uma mesma situação, a primeira menção funciona como ponto de referência para a segunda, que é retomada pelo verbo *dicendi*.

3.2.3 - Ponto de referência adverbial²³

Parece ter ficado claro, na caracterização de ponto de referência feita no início desta seção, que os advérbios ora especificam a referência temporal do dado variável, ora funcionam como ponto de referência. Considere-se:

(65) Apareceu na segunda-feira, aí eu já TINHA VINDO do serviço, estava passando uma vassoura na casa... (FLP 03, L713)

Notamos, nesse exemplo, que a expressão adverbial (**segunda-feira**) cobre tanto a situação codificada como ponto de referência (**apareceu**) quanto o dado variável (**tinha vindo**). A possibilidade de uma expressão adverbial cobrir ambos, dado e ponto de referência, justifica a idéia de que os advérbios freqüentemente especificam as referências temporais. Neste caso, há uma especificação do tempo passado em que ocorreram as situações **apareceu** e **tinha vindo**. Há, também, casos em que uma expressão adverbial é nitidamente ponto de referência:

²³ A não inserção dos advérbios no ponto de referência contextual, mais especificamente na inferência pela referência temporal, justifica-se pelo fato de não serem cotemporais ao dado variável. Na inferência pela referência temporal, a especificação adverbial cobre o dado variável e faz com que uma outra situação seja inferida como ponto de referência. No ponto de referência adverbial, o próprio advérbio é apresentado como ponto de referência e não se sobrepõe ao dado variável.

(66) Bem, voltei lá pro hospital e durante um, dois, três, **no quarto dia**, a menina já TINHA VOLTADO a barriga, ao normal, já estava evacuando normalmente, e foi indo, foi indo, até que ela saiu do hospital. (FLP 23, L1288)

Neste exemplo, o ponto de referência é a expressão adverbial **no quarto dia**. Percebemos, pela organização estrutural e semântica do enunciado, que **tinha voltado** ocorreu antes do **quarto dia**. Por essa razão, o exemplo (66) pode ser categorizado como tendo ponto de referência adverbial. No caso, a expressão adverbial não se sobrepõe ao dado variável.

3.3 - Conclusões parciais

Nesta seção, discutimos a noção de ponto de referência, diferenciando-a de referência temporal entendida esta última como a caracterização do tempo a partir do momento de fala (existindo três referências temporais: o passado, o presente e o futuro). Já o ponto de referência é um segmento representado por um verbo, pelo contexto ou mais raramente por um advérbio com o qual uma situação (no nosso caso, codificada pelos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito) está vinculada.

Categorizamos nossos dados de modo a organizar uma tipologia para pontos de referência. Naturalmente, não se trata de uma tipologia geral, antes, constitui-se numa proposta inicial baseada nos dados analisados. Tal categorização se mostra útil em nosso estudo em pelo menos dois aspectos: quanto a um melhor entendimento da noção de ponto de referência, e quanto à possível influência dos diferentes tipos de ponto de referência na escolha das variantes para codificar um tempo passado que é anterior a outro tempo também passado.

CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, detalham-se as etapas percorridas na delimitação da variável em estudo, apresenta-se a caracterização dos informantes e do *corpus* analisado, descrevem-se sucintamente os passos da análise quantitativa realizada e os grupos de fatores controlados.

Inicialmente, para demonstrar que as formas verbais de pretérito mais-que-perfeito e perfeito compõem um “envelope de variação”, traçamos o percurso metodológico que nos permitiu, por um lado, delimitar criteriosamente as variantes em estudo caracterizando seu contexto de uso, e, por outro, descartar possíveis formas concorrentes à variação.

1 - A DELIMITAÇÃO DA VARIÁVEL

Muitas dúvidas surgiram durante o período de levantamento de dados para a análise. Cada ocorrência passível de candidatar-se como variante era exaustivamente observada e freqüentemente nos deparávamos com casos problemáticos e duvidosos. Grande parte das incertezas decorria da natureza do fenômeno investigado.

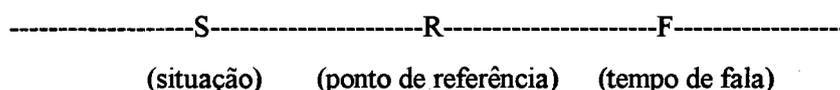
Embora a observação empírica inicial da variação tenha se dado a partir de formas concretas de codificação gramatical, a saber, o uso alternado do pretérito mais-que-perfeito e do pretérito perfeito, o reconhecimento da função discursiva foi determinante para a delimitação da variável. Na análise, seguimos, então, a direção Função → Forma. Partimos de uma função geral: ‘anterioridade a um ponto de referência passado’, e não de formas concretas de codificação gramatical. Essa opção teórico-metodológica nos deixaria, entretanto, muito à mercê de nossas intuições, caso não dispuséssemos de critérios os mais objetivos possíveis para a operacionalização do fenômeno em estudo. Daí a decisão de estabelecermos algumas restrições que permitissem filtrar com uma margem razoável de segurança os dados para a análise.

Como trabalhamos com uma função complexa, fomos restringindo passo-a-passo os eventuais candidatos ao envelope da variação. Nesta seção, apresentamos quatro restrições que foram observadas para a delimitação da variável em estudo: a restrição relacional, aspectual, da contra-seqüencialidade e da substituição.

1.1 - A restrição relacional

Os dados foram, primeiramente, selecionados a partir de um diagrama temporal, em que se estabelece uma relação, um vínculo de anterioridade entre a situação que representa o fenômeno em estudo e um outro tempo passado - que se constitui em ponto de referência para a primeira, conforme representação abaixo:

(1)

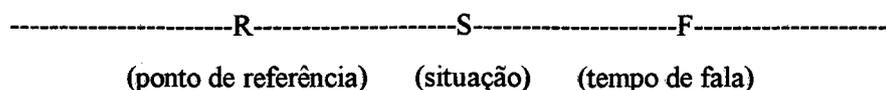


Imposta essa restrição, foram excluídos da análise: casos de passado que representam posterioridade a um ponto de referência passado, anterioridade relativamente ao tempo de fala e habitualidade. Esses casos são ilustrados a seguir.

1.1.1 - Posterioridade a um tempo de referência passado

Nesta classe, encaixam-se as situações que se localizam à direita do ponto de referência. Embora os dois pontos temporais sejam passados em relação ao tempo de fala, o tempo da situação analisada é posterior ao ponto de referência, conforme se observa no diagrama:

(2)



Note-se que há uma inversão de posições no eixo temporal se compararmos os diagramas (1) e (2). Já que privilegiamos como dado de análise a ocorrência de uma situação antes do ponto de referência, os casos que se comportam como (2) não fizeram parte do *corpus* analisado. Assim, nesta etapa, foram excluídos da análise o futuro do pretérito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo, respectivamente, exemplificados abaixo.

(3) Ele **falou** que não MEXERIA na poupança. (FLP 07, L592)

-----R-----S-----F-----
falou MEXERIA

(4) Aí, o médico **disse** que talvez TIVESSE solução o problema dele... (FLP, Fabiana)

-----R-----S-----F-----
disse TIVESSE

Cada um dos exemplos acima representa duas situações passadas anteriores ao tempo de fala, em que a segunda (**mexeria/tivesse**) se caracteriza como acontecimento hipotético e posterior à primeira (**falou/disse**). As formas de futuro do pretérito e imperfeito do subjuntivo que codificam, respectivamente, as situações posteriores nos exemplos, não podem ser incluídas em uma análise que pressupõe uma relação de anterioridade de um tempo passado com um ponto de referência também passado.

Esta restrição relacional exclui também casos de pretérito mais-que-perfeito aparente, como no exemplo:

(5) Se o problema que eu tive, estivesse no INPS, eu já TINHA MORRIDO, ó, muito tempo. (FLP 16, L477)

-----R-----S-----F-----
estivesse TINHA MORRIDO

A situação **tinha morrido** é posterior ao ponto de referência **estivesse**, como indicado no diagrama. Isso ocorre porque se trata aqui do imperfeito do auxiliar (**tinha**) que, em português, pode substituir o futuro do pretérito (**teria**). Embora a forma verbal **tinha + participio** remeta imediatamente ao pretérito mais-que-perfeito composto, ela pode ser usada também como variante de outro tempo verbal, como acontece em (5). O exemplo mostra claramente o perigo de se realizar uma análise variacionista partindo-se exclusivamente da forma das variantes.

1.1.2 - Anterioridade ao tempo de fala

O fenômeno investigado caracteriza-se como um caso de anterioridade temporal. Há, entretanto, dois tipos de anterioridade para situações passadas: anterioridade ao tempo de fala e anterioridade a um outro ponto já passado. É claro que, quando tratamos de situações anteriores a um ponto de referência passado, tanto a situação quanto o ponto de referência exprimem anterioridade ao tempo de fala. Diferenciamos os dois tipos de acordo com o especificado a seguir.

Quando falamos em ‘anterioridade a um tempo de referência passado’, concebemos a existência de um ponto intermediário entre situação e tempo de fala. Por outro lado, quando dizemos ‘anterioridade ao tempo de fala’, necessariamente, nos referimos a uma situação que está antes do tempo de fala sem a interveniência de um outro ponto. Essas situações que estão apenas antes do tempo de fala foram descartadas pela restrição relacional. São codificadas pelos seguintes tempos verbais: pretérito perfeito e imperfeito do indicativo e pretérito perfeito do subjuntivo, conforme exemplificado abaixo:

(6) Em mil novecentos e trinta e nove pra quarenta eu FUI pra Marinha de Guerra. (FLP 06, L08)

-----S-----R/F-----
 FUI (tempo de fala)

(7) Ah, também tem a comida no barco que nós FAZÍAMOS- (FLP 01, L788)

-----S-----R/F-----
 FAZÍAMOS tem

(8) ... muito carinho, muito querer bem, embora já TENHA BRIGADO muito, sempre brigava muito, né? (FLP 01, L1405)

-----S-----F/R-----
 TENHA BRIGADO querer

1.1.3 - *Habitualidade*

Situações codificadas pelo pretérito perfeito composto, em português, denotam habitualidade. Devido à falta de relação com um outro tempo passado, foram descartadas.

(9) A gente quase não TEM SAÍDO. (FLP, Fabiana)

 -----S/R/F-----
 TEM SAÍDO

* * *

Foram aprovadas pela restrição relacional, de acordo com o diagrama (1) que prevê uma situação anterior a um ponto de referência passado, ocorrências codificadas pelos tempos verbais: pretéritos mais-que-perfeito, perfeito e imperfeito do indicativo e pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, exemplificadas a seguir.

a) *Pretérito mais-que-perfeito do indicativo:*

(10) Ai contou, né? que TINHA se QUEIMADO e tudo. (FLP 03, L916)

-----S-----R-----F-----
 TINHA QUEIMADO contou

b) *Pretérito perfeito do indicativo:*

(11) Consegui na espera, em sexto lugar, porque DESISTIRAM dezessete crianças... (FLP 09, L619)

-----S-----R-----F-----
 DESISTIRAM consegui

c) *Pretérito imperfeito do indicativo:*

(12) Então ela acabou até saindo do serviço, ela TRABALHAVA lá... (FLP 03, L1187)

-----S-----R-----F-----
 TRABALHAVA acabou saindo

d) *Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo:*

(13) ...eu podia estar bem se eu não TIVESSE me INFLUENCIADO por isso. (FLP, Everton)

-----S-----R-----F-----
 TIVESSE INFLUENCIADO podia estar

Nos exemplos acima, as situações em análise são todas anteriores a um tempo de referência passado. Observe-se que formas verbais no pretérito perfeito e no imperfeito do indicativo aparecem tanto restringidas (ex. (6) e (7)), quanto filtradas

(ex.: (11) e (12)) pela restrição relacional. Mais uma evidência de que a forma não pode ser determinante na seleção de nossos dados de análise, e sim a função.

A aplicação da restrição relacional, pertinente à referência temporal, embora essencial, não é suficiente para a delimitação da variável que pretendemos investigar. É preciso controlar também outra categoria verbal, a saber, o aspecto.

1.2 - A restrição aspectual

Conforme mencionado no capítulo III na seção 2, o aspecto, de acordo com Comrie (1990), é o modo de ver a constituição temporal interna de uma situação. Existem dois tipos aspectuais: perfectivo e imperfectivo. Como Comrie, admitimos que o aspecto perfectivo indica a visão de uma situação como um todo único, ao passo que o aspecto imperfectivo faz referência explícita à constituição temporal interna de uma situação. Considerem-se os seguintes exemplos:

(14) ...num domingo, ele veio de Biguaçu avisar pra mim, aqui no Aeroporto, que eu morava no Aeroporto, que o motorista **TINHA BATIDO** na caminhonete. (FLP 04, L870)

(15) ...num domingo, ele veio de Biguaçu avisar pra mim, aqui no Aeroporto, que eu morava no Aeroporto, que o motorista **BATEU** na caminhonete.

(16) ...num domingo, ele veio de Biguaçu avisar pra mim, aqui no Aeroporto, que eu morava no Aeroporto, que o motorista **BATIA** (n)a caminhonete.

Note-se que a substituição de **tinha batido** por **bateu** não altera a visão da situação como um todo único, enquanto a substituição de **tinha batido** por **batia** altera. Quando dizemos **batia**, temos a impressão de que a mesma situação ocorreu várias vezes e não se sabe, também, se no momento da enunciação a situação continuava ocorrendo. Isso demonstra que, em termos aspectuais, as formas de pretérito perfeito e mais-que-perfeito são semelhantes e intercambiáveis, mas diferem do imperfecto.

Também o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo não passa por este filtro, porque a situação por ele codificada não pode ser vista como um todo único, já que há referência a sua constituição temporal interna:

(17) ...eu podia estar bem se eu não TIVESSE me INFLUENCIADO por isso. (FLP, Everton)

A restrição aspectual atua, então, filtrando as formas de aspecto perfectivo e restringindo as imperfectivas. A função a ser investigada recebe uma especificação: anterioridade *perfectiva* a um ponto de referência passado. Assim, permanecem como dados potenciais de análise formas no pretérito perfeito e no mais-que-perfeito.

Já vimos que o pretérito perfeito pode desempenhar duas funções, ora indicando anterioridade ao tempo de fala (ex. (6)), ora indicando anterioridade a um tempo de referência passado (ex. (11)), sendo que apenas o último se inclui no fenômeno que pretendemos investigar. E quanto aos casos de pretérito mais-que-perfeito? Será que todos eles se constituem em variantes a serem analisadas? É o que discutiremos na subseção seguinte.

1.3 - A restrição da contra-seqüencialidade

Quando temos situações perfectivas seqüenciais codificadas iconicamente, de acordo com a ordem de sucessão cronológica, o tempo verbal por excelência que as representa é o pretérito perfeito do indicativo. Nesse caso, todas as situações, embora mostrando relação de anterioridade/posterioridade já que seqüenciais, se situam em relação ao tempo de fala, que se constitui em ponto de referência para cada uma delas. É o que se verifica no exemplo (18):

(18) Eu antes *estudei* até o ginásio. Depois de dez anos, aí eu *fiz* o segundo grau. (FLP 17, L08)

No trecho acima, o tempo verbal esperado é o pretérito perfeito do indicativo, pois sua função é a de codificar uma situação perfectiva passada em relação ao tempo de fala, exatamente como ocorre em (18). O contexto esperado para o pretérito mais-que-perfeito seria o da contra-seqüencialidade, ou seja, quando já apareceu codificado um tempo passado funcionando como ponto de referência para a situação perfectiva a ser codificada, como no exemplo seguinte:

(19) ...eu disse que eu TINHA IDO pra trazer ele pra cá, pra ele tentar se curar. (FLP 03, L930)

Às vezes, entretanto, encontramos o pretérito mais-que-perfeito seqüencial, conforme apresentado a seguir:

(20) A Rafaela eu tenho certeza do dia que eu TINHA ENGRAVIDADO. Marinheiro de primeira vez eu sabia. E a Camila eu não sabia... (FLP 20, L721)

(21) O dinheiro das economias que a gente tinha, a gente TINHA ACABADO a casa. (FLP 20, L634)

Para as ocorrências (20) e (21), poderíamos levantar duas hipóteses: Em princípio, é possível dizer que estamos diante de um caso de variação em que o pretérito mais-que-perfeito assume o lugar do pretérito perfeito. A anterioridade é, então, relativa ao tempo de fala e não a um ponto de referência passado intermediário. Outra possibilidade seria dizer que há um possível ponto de referência mencionado no enunciado. Assim, a relação imediata com o tempo de fala é aparente. Independentemente da organização estrutural, o vínculo temporal pode ter sido estabelecido entre dois tempos passados codificados em seqüência.

Note-se, entretanto, que, em casos de seqüencialidade, a vinculação temporal com um ponto de referência “posterior” pode ser assim interpretada devido ao aparecimento do pretérito mais-que-perfeito. Se o pretérito perfeito fosse utilizado, a interpretação seria aquela em que o tempo de fala é o ponto de referência.

A restrição da contra-seqüencialidade exclui os casos de seqüencialidade. O pretérito perfeito seqüencial foi descartado por estar ancorado no tempo de fala. Desconsiderando o pretérito perfeito seqüencial, fomos obrigados a excluir, também, o pretérito mais-que-perfeito seqüencial. No caso da seqüencialidade, teríamos apenas uma variante a ser considerada, a saber, a forma de pretérito mais-que-perfeito; portanto, não teríamos variação. Dessa maneira, só trataremos de casos de contra-seqüencialidade, ou seja, de ocorrências perfectivas cujo ponto de referência passado esteja codificado anteriormente ao dado variável.

Casos duvidosos como o seguinte não foram considerados na análise:

(22) ...havia os concertos da sinfônica, mas eram concertos muito bons, lindos os concertos. **Tocava** o doutor Juca, um senhor que **foi** prefeito aqui. (FLP 24, L860)

No exemplo acima, não sabemos qual foi a relação estabelecida entre **foi** e **tocava**, se **foi** ocorreu antes, durante ou depois de **tocava**. Preferimos interpretar o exemplo (22) como seqüencial já que esta é a ordem preferencial da narrativa, em que as situações costumam ser codificadas na mesma ordem em que ocorreram no mundo real.

1.4 - A última restrição: a substituição

Pretendemos verificar se as duas formas filtradas - pretérito mais-que-perfeito e perfeito do indicativo - são realmente substituíveis para serem consideradas variantes de uma mesma variável. Considere-se o seguinte exemplo:

(23) ... o avião saía às dez horas da manhã, nós **TIVEMOS** que **SAIR** de casa na Tenente Silveira, às sete horas da manhã... (FLP 24, L1353)

Nesse caso, a situação perfectiva anterior a um ponto de referência passado **tivemos que sair**, apesar de contra-seqüencial, não parece ter sua forma de codificação intercambiável com o pretérito mais-que-perfeito **tínhamos tido que sair**. Isso se deve ao fato de que o possível ponto de referência é uma situação pré-determinada: um horário válido para um período de tempo. Em todos os dias **o avião saía às dez horas**, isso significa que mesmo depois da ocorrência de **tivemos que sair**, a regra ainda era válida, logo, a situação expressa por **saía** é mais estendida no tempo e ocorre independentemente da situação expressa por **tivemos que sair**. A impossibilidade de alternância do pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito decorre da falta de relação entre uma situação passada e outra anterior.

Às vezes, conforme demonstrado no exemplo (24) abaixo, o pretérito mais-que-perfeito aparece para propiciar uma interpretação de contra-seqüencialidade, impossível na presença do pretérito perfeito nos casos em que as duas orações em jogo estão interligadas pelo conectivo **quando**.

(24) Quando nós **chegamos** às dez horas no ônibus, nosso ônibus **TINHA SIDO** assaltado.
(FLP 09, L762)

Outras vezes, a possibilidade de substituição depende de um contexto mais amplo. Retomamos, nesta etapa, o exemplo (59) apresentado na página 78 a fim de demonstrar a relevância do contexto na determinação das variáveis.

(25) E. Ah, então conta pra mim como é que é.

F. Eu nunca **TINHA SAÍDO** em carnaval, que eu sempre gostei, né? mas na época que era criada, era daquela de pai, né? eu sou filha única e não saía... (FLP 17, L237)

A substituição, neste caso, é possível porque o contexto discursivo informa que o entrevistado saiu no carnaval, e é em função de tal conhecimento que o entrevistador pede mais informações. Se o entrevistado dissesse **nunca saí**, a informação de que ele saiu não seria alterada e **nunca saí** seria interpretado como anterior a um passado dado contextualmente. Por outro lado, a falta de apoio contextual indicaria que a negação da saída, se expressa pelo pretérito perfeito, seria durativa até o tempo de fala.

A seguir, apresentamos dois exemplos, que foram utilizados pelo mesmo informante, nos quais o verbo **contrair**, em um dos casos, aparece no pretérito mais-que-perfeito e em outro, no pretérito perfeito e podem ser intercambiáveis sem alteração de valor referencial.

(26) Qual a minha surpresa, que nesse ínterim, começou a aparecer várias dívidas que o Osni TINHA CONTRAÍDO...(FLP 23, L205)

(27) Mas voltando um pouquinho no tempo do empório, que eu tinha um armazém, eu CONTRAÍ uma dívida, entende, bancária pra poder assumir aquele empório...(FLP 23, L239)

Consideramos os exemplos (26) e (27) como casos de variação porque é incontestável que possuam o mesmo significado representacional. A ocorrência de **tinha contraído** e **contraí** pelo mesmo informante e a possibilidade de intercambiar essas formas demonstram que os casos acima representam variação.

* * *

Uma vez selecionados os dados mediante controle dos diferentes tipos de restrição, pretendemos descobrir contextos favorecedores de uma ou outra forma de codificação. Esperamos ter mostrado, nesta seção, que é possível operacionalizar, no nível morfo-sintático-discursivo, a noção de regra variável, através da utilização de critérios objetivos.

2 - CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES E DO CORPUS

Nesta pesquisa, foram utilizadas trinta e seis entrevistas, cada uma com cerca de uma hora de duração. As gravações fazem parte do *corpus* do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul). Este Projeto, envolvendo quatro Universidades do Sul do país (UFSC/UFPR/UFRGS e PUC-RS), organizou um Banco de Dados Lingüísticos com o objetivo de descrever fenômenos de variação e mudança nas comunidades do Sul.

Para esta pesquisa, utilizamos as entrevistas realizadas em Florianópolis. Os informantes são descendentes de açorianos e vivem na área urbana. Os fatores sociais sexo, idade e escolaridade estão devidamente controlados, para que possam receber tratamento estatístico. Os informantes estão assim distribuídos:

Quadro 01 - Número de informantes por célula

Escolaridade	Sexo	15 a 24 anos	25 a 49 anos	+ de 50 anos
Primário	M	2	2	2
	F	2	2	2
Ginasial	M	2	2	2
	F	2	2	2
Colegial	M	2	2	2
	F	2	2	2

Encontramos, nas trinta e seis transcrições, quinhentos e setenta e seis (576) dados. Esse número, em princípio, parece pequeno para tantas horas de gravação, o que, no entanto, não é nenhuma surpresa devido ao tipo de fenômeno investigado e às restrições impostas.

As entrevistas que utilizamos, com a ressalva do “paradoxo do observador”, aproximam-se do vernáculo. Os dados foram coletados sob orientação metodológica laboviana. Esse tipo de entrevista procura deixar o informante mais à vontade e sugere muitos tópicos que provocam uma descarga emocional. Assim, há um maior envolvimento do informante com o assunto da conversa do que com a situação da entrevista, o que normalmente propicia o vernáculo.

3 - ANÁLISE QUANTITATIVA

Os dados coletados para esta pesquisa foram analisados quantitativamente no programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1988). Os programas da série VARBRUL produzem resultados numéricos associados ao peso relativo de cada fator no fenômeno variável sob análise. Assim, é possível saber se os grupos arrolados são estatisticamente significativos.

O programa VARBRUL é um modelo logístico de análise de dados que foi introduzido por Rousseau e Sankoff em 1978 em substituição ao “modelo multiplicativo de aplicação” (que havia sido adaptado por Cedergren & Sankoff (1974)) possibilitando que o fenômeno da variação - correlação usos lingüísticos/ estrutura social - seja abordado estatisticamente.

O modelo multiplicativo substitui cálculos de frequências por probabilidades. Já no modelo logístico, conforme Naro (1992:24),

“os pesos calculados (...) são interpretados como favoráveis à aplicação da regra, se forem superiores a 0,5; como inibidores, se forem inferiores a 0,5; e como neutros, se forem iguais a 0,5 (...) Entretanto, em princípio, os valores absolutos dos pesos relativos calculados não têm significância analítica; o que importa é a sua ordenação, sendo justamente por isso que se deve preferir o uso do termo RELATIVO.”

De acordo com Scherre (1996), o modelo que trabalha com pesos relativos é mais adequado do que aqueles que usam somente percentagens. O VARBRUL quantifica a influência relativa de cada fator em relação à variável dependente e, além disso, apresenta a seleção dos grupos de fatores. Inicialmente, a seleção ocorre “em função de um valor estatístico denominado nível de significância, previamente estabelecido” (*op. cit.*, p.47). A seguir, é medido o grau de adequação entre os pesos relativos e as frequências, observando-se, assim, o grau de adequação do modelo aos dados.

A importância de quantificar dados em análises lingüísticas é corroborada por Givón (1984:11):

“...o estudo sistemático e quantificado da sintaxe no discurso serve como uma transição necessária e natural para relacionar a língua e a comunicação com os processos cognitivos.”

4 - VARIÁVEL DEPENDENTE E VARIÁVEIS INDEPENDENTES

A variável dependente foi constituída por duas formas de pretérito: pretérito mais-que-perfeito composto²⁴ e pretérito perfeito anterior. O pretérito mais-que-perfeito composto foi considerado a aplicação da regra. O pretérito mais-que-perfeito simples não foi utilizado como variante porque apenas duas formas foram encontradas e com valor de projeção futura (TOMARA que eu esteja enganado! - FLP 21, L666). Doravante, vamos nos referir às variantes como pretérito mais-que-perfeito e pretérito perfeito, tendo em vista, porém, que se trata no primeiro caso da forma composta e no segundo caso da forma anterior.

Em relação à variável dependente, foram analisadas variáveis lingüísticas e sociais. Foram testados os seguintes grupos de fatores lingüísticos: tipo de ponto de referência, tipo e tempo do verbo do ponto de referência, advérbio do ponto de referência, tipo de verbo da situação, advérbio da situação, paralelismo formal e semântico, relação semântico-sintática, animacidade do sujeito e saliência morfológica. São três os fatores sociais arrolados: sexo, idade e escolaridade. Esses grupos de fatores serão detalhados, em termos de tipologia e exemplos, no capítulo seguinte, no qual também serão apresentadas as hipóteses e a discussão dos resultados.

²⁴ Consideramos, igualmente, os casos de pretérito mais-que-perfeito com o auxiliar **tinha** e aqueles com **havia**. A grande maioria das ocorrências do *corpus* aparece com o auxiliar **tinha**.

CAPÍTULO V - PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO *VERSUS* PRETÉRITO PERFEITO: AS MOTIVAÇÕES EM FOCO

Retomando rapidamente os pressupostos teóricos básicos que norteiam esta pesquisa, podemos dizer que a função comunicativa da linguagem pode ser abordada em duas direções: heurísticamente, como algo observável no texto, e/ou cognitivamente, como um fenômeno situado na mente de quem produz e compreende o texto. Ou seja, pode ser definida metodologicamente com base no texto, ou cognitivamente com base no processo (Givón, 1995:343). A linguagem se estabelece, assim, num ponto intermediário do pareamento entre cognição e discurso, envolvendo o processamento da informação tanto em termos de elaboração mental como de codificação verbal.

Um estudo que se proponha de orientação funcionalista - como é o caso desta pesquisa - não pode se furtar de situar seu objeto de investigação em um domínio complexo, resultante da interação de motivações de natureza diversa. Dessa forma, nos propomos a controlar variáveis lingüísticas em diferentes níveis que vão desde um nível que podemos denominar de semântico-cognitivo, já que baseado na percepção de acontecimentos do mundo real (designado como 'domínio semântico'), passando por um nível que podemos denominar de semântico-estrutural, mais facilmente captado na codificação lingüística, seja por relações de significação estabelecidas via conectores sintáticos, seja por traços de significação inerentes aos itens lexicais ou a morfemas gramaticais, até chegar a um nível que diríamos estrutural, essencialmente associado à codificação morfo-sintática, centrado na forma propriamente dita.

A organização das variáveis por domínios se justifica na medida em que se pretende evidenciar motivações em competição. Tais domínios, entretanto, não podem ser concebidos como estanques pois a delimitação de um ou outro nível não parece ser muita clara já que todos os três domínios se manifestam no plano discursivo. As variáveis em análise se encaixam predominantemente em um ou outro domínio, mas é possível que haja algum tipo de imbricamento.

Por outro lado, como este é um estudo que se propõe também variacionista, é imprescindível que se controlem variáveis de natureza social ou extralingüística. Com isso, amplia-se a gama de motivações, que cercam o fenômeno em estudo, a serem controladas.

Isto posto, passamos a delinear a organização do presente capítulo. Dedicado à análise do uso variável dos tempos verbais pretérito mais-que-perfeito e perfeito, o capítulo está constituído em duas grandes seções, sendo uma destinada a variáveis lingüísticas, subdividida em três domínios: semântico, semântico-estrutural e estrutural (captados no discurso); e outra reservada a variáveis sociais. Com tal controle pretendemos avaliar qual domínio motivacional exerce maior influência sobre a escolha das variantes e qual grupo de fatores é mais forte dentro de cada domínio.

No caso específico do fenômeno ora investigado, nossa expectativa é de que motivações semânticas, estruturais e sociais estão continuamente interagindo umas com as outras, bem como diferentes fatores estão interagindo dentro de cada domínio. Especificando: temos, de um lado, fatores de natureza semântica que apontam tanto para a realidade exterior (quando associados às noções de tempo, aspecto e ponto de referência, por exemplo) como para as conexões inter-oracionais estabelecidas no nível discursivo (relações de contraste e causalidade, por exemplo); nesse último caso constituindo-se em grupo de fatores semântico-estruturais. De um ponto de vista gramatical, temos fatores diretamente ligados à codificação morfo-sintático-discursiva (relativos à classe gramatical, à flexão, a itens lexicais específicos). Por outro lado, motivações sociais são controladas através das variáveis sexo, idade e escolaridade.

Em resumo, motivações de natureza social correspondem a forças externas à língua. No lado oposto, motivações de ordem gramatical constituem-se em forças internas, operando em dois níveis - num nível estrutural correspondente à sintaxe da frase, e num nível discursivo correspondente à organização das seqüências de enunciados. Por fim, motivações semânticas situam-se num terceiro plano, de base perceptual, portanto cognitiva, que se projeta nos níveis estrutural e discursivo da língua. Estas considerações de natureza lingüística nos remetem ao esquema apresentado no *Quadro Teórico*, aqui parcialmente reproduzido e ampliado:

função comunicativa

semântica proposicional

pragmática discursiva

codificação

sistema gramatical (sintaxe da frase)

sistema gramatical (sintaxe do discurso)

Nas seções a seguir, as variáveis pertinentes a cada domínio serão apresentadas de acordo com os seguintes procedimentos: caracterização do grupo de fatores, formulação de hipóteses e discussão dos resultados. Em cada domínio, as variáveis independentes controladas serão apresentadas por ordem de seleção estatística.

1 - VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS

As variáveis lingüísticas estão arranjadas, a seguir, nos respectivos domínios semântico, semântico-estrutural e estrutural.

1.1 - Domínio semântico

O solo semântico é bastante fértil, por isso mesmo perigoso. O estudo de fenômenos variáveis, outrora, deixava de lado a semântica, no entanto, esta tem se mostrado tão necessária que deixá-la à deriva é desconsiderar características essenciais do fenômeno lingüístico. Na Sociolingüística Variacionista, como bem afirma Naro (1996): “ a semântica entrou em cena com pesquisas sobre o uso variável das vozes ativa e passiva, dos modos subjuntivo e indicativo, de diversas maneiras de expressar tempos verbais como o passado ou o futuro, etc.” (p. 01)

Como a definição da variável em estudo está pautada em três noções semânticas básicas: o tempo verbal, o aspecto e o ponto de referência, nesta seção, os grupos de fatores analisados se relacionam diretamente a essas categorias, mais especificamente ao aspecto.

O aspecto entra na análise uma vez que é base da tipologia verbal proposta por Vendler (1967), utilizada para caracterizar alguns grupos de fatores, a ser explicada em seguida. Conforme o autor, o uso dos tempos verbais para representar o conceito de tempo não é meramente limitado à discriminação entre passado, presente e futuro mas pode sugerir o modo particular com que este verbo envolve a noção de tempo. A diferença entre os verbos não pode ser explicada pelo tempo por si só; outros fatores, como a presença de um objeto, condições, estado de coisas pretendido, também entram em jogo (*op.cit.*, p. 97).

1.1.1 - Tipo de verbo da Situação

1.1.1.1 - Caracterização e hipóteses

Para a classificação dos verbos, tanto da situação variavelmente codificada como da situação correspondente ao ponto de referência e da situação codificada imediatamente antes do dado em análise, foi utilizada a tipologia verbal quadripartida proposta por Vendler (1967), assentada em valores aspectuais e constituída pelos seguintes tipos de verbos: *activities*, *accomplishments*, *achievements* e *states*. Essa classificação, conforme Godoi (1992:21), “é ontológica, representa as categorias situacionais que são partes do mundo como nós o percebemos e conhecemos (...) A quadripartição é feita no nível lexical como em Aristóteles²⁵ (1984) e Kenny²⁶ (1963) (...) Mas Vendler parece estar ciente de que suas categorias dizem respeito a expressões sintaticamente complexas sendo exemplar o caso do objeto direto que determina a qual das categorias o verbo pertence.”

²⁵ ARISTOTLE. “Metaphysics”. In: *The Complete Works of Aristotle: The revised Oxford Translation II*, Princeton, 1984.

²⁶ KENNY, A. *Action, Emotion and Will*. London, 1963.

A consideração feita por Godoi (*op.cit.*) a respeito do trabalho de Vendler chama a atenção no sentido de levar em conta as relações estabelecidas no eixo sintagmático, uma vez que um constituinte pode alterar o significado de outro quando imediatamente relacionados. Segundo a autora (*op.cit.*, p.164), “trabalhar com as classes aspectuais isoladas, listando-as no infinitivo ou apresentando-as num único tempo (passado) torna-se uma espécie de círculo vicioso.”

A testagem do tipo de verbo como possível condicionador de uma ou outra variante decorre de nossa expectativa de que deve haver uma forte correlação entre os traços de dinamicidade e duração temporal (com ou sem delimitação) tanto da situação quanto de seu ponto de referência e o tempo verbal utilizado para codificar a situação do passado anterior.

Como a tipologia de Vendler é utilizada no controle de três diferentes variáveis semânticas, a descrição apresentada é válida para os três grupos. Quando tratarmos dos demais grupos, nos limitaremos, basicamente, a apresentar exemplos e discussão dos resultados.

a) Atividade²⁷

Vendler (1967:106) caracteriza os verbos de atividade da seguinte forma: “*For activities: A was running at time t means that time instant t is on a time stretch throughout which A was running.*” Para o autor, atividades não precisam de um término, sendo verdadeiras mesmo quando interrompidas. Godoi (1992), interpretando Vendler, coloca que atividades são situações de duração temporal indefinida, não envolvendo culminação.

²⁷ Preferimos traduzir apenas *activities* e *states* para atividades e estados. *Achievement* e *accomplishment* deixamos na forma original para assegurar a distinção. *Achievement* é entendido como uma realização pontual e *accomplishment* como uma realização.

Um teste para a categorização de atividades provém da relação destas com advérbios temporais. Verbos de atividade, segundo Vendler, não co-ocorrem com advérbios do tipo **em uma hora**, somente com advérbios durativos (**durante uma hora**). Uma pergunta apropriada para considerar uma situação como atividade é aquela que evidencia uma duração no tempo: “**Por quanto tempo...**”.

Também, segundo o autor, é possível testar o verbo de atividade através do acarretamento com o verbo *stop*; assim, **João parou de andar** implica **João andou**, mas **João** não precisa necessariamente ter completado um determinado trecho e inclusive pode ter parado muitas vezes durante a atividade.

Considerem-se dois exemplos em que a situação em análise é variavelmente codificada com um verbo de atividade:

(1) ... Pra entrar na ASTEL, eu entrei quando era pequeno ... Antes de ir pra ASTEL eu JOGUEI²⁸ no AVAÍ. (FLP, Vicente/6)

(2) Aí os vizinhos iam fazer queixa que eu TINHA JOGADO bola. (FLP 18, L 1039)

Nos exemplos (1) e (2), o verbo **jogar** pode ser considerado como atividade porque não implica um término especificado, ou seja, não foi evidenciada uma culminação para **jogar no AVAÍ** ou para **jogar bola**, apesar de sabermos que ambas as situações terminaram. Além disso, podemos dizer que essas situações combinam com advérbios de duração e podem ser testadas pelo acarretamento proposto por Vendler: se alguém parou de jogar é possível dizer que este alguém jogou.

²⁸ Ao longo deste capítulo, as formas que representam os fatores utilizados estão sublinhadas.

b) Accomplishment

Conforme Vendler (*op.cit.*), se “*A was drawing a circle at t means that t is on the time stretch in which A drew that circle.*” Os *accomplishments* referem-se a um segmento inteiro de tempo. Uma situação do tipo *accomplishment* deve necessariamente evidenciar o ponto final. Assim, se alguém estava desenhando um círculo e parou, não podemos dizer que esse alguém desenhou o círculo. Há necessidade de completude. De acordo com Guentner, Hoepelman e Rohrer²⁹ (1978 *apud* Godoi, 1992:152), “a diferença entre atividades e *accomplishments* se deve ao fato que *accomplishments* denotam ações que têm um fim natural.”

É possível testar os *accomplishments*, conforme Vendler, com advérbios temporais do tipo “**em uma hora**”. O autor diz que este tipo de verbo não ocorre com advérbios durativos. A utilização de um advérbio durativo em uma construção do tipo *accomplishment*, conforme Godoi (*op.cit.*), altera o tipo de verbo. Assim, **pintar em “João pintou o quadro durante uma hora”** é uma atividade.

Os exemplos, a seguir, mostram que o verbo **fazer** é um *accomplishment* tanto no pretérito mais-que-perfeito (exemplo 3) quanto no pretérito perfeito (exemplo 4):

(3) Então a gente brincava de casinha, **tinha** a casinha de um curral de porco, né? que o pai **TINHA FEITO** um curral, tinha bastante bichos... (FLP 09, L05)

(4) **Fizeram** uma reconstituição do crime, como é que ele **FEZ**, como é que não **FEZ**. (FLP 04, L1198)

Em (3), **tinha feito um curral** é verdadeiro porque o curral estava pronto. O argumento, neste caso, evidencia o término da situação expressa por **tinha feito**. Ainda, a situação expressa por **tinha feito** somente pode ocorrer com advérbios do tipo **em uma hora** por causa do argumento **um curral**.

²⁹ GUENTNER, F., HOEPELMAN, J., ROHRER, C. “A note on the passé simple”. In C. Rohrer (ed.), *Papers on Tense, Aspect and Verb Classification*. Tübingen, Narr, 1978.

O exemplo (4) também pode ser considerado um *accomplishment* porque **fazer** evidencia algo que realmente aconteceu e que teve um término, entretanto, não aparece imediatamente após a situação expressa por **fez**, mas é recuperado no enunciado anterior (**crime**).

Temos notado que, para uma caracterização verbal adequada, devemos levar em conta o verbo e seus argumentos. Conforme Verkuyl³⁰ (1972 *apud* Godoi, 1992), a natureza aspectual não depende apenas do verbo mas também dos outros constituintes do enunciado (argumentos do verbo). Categorizar formas verbais isoladamente quando em sua maioria se relacionam a outros constituintes do enunciado, parece-nos desconsiderar, em alguns casos, a possibilidade combinatória da língua.

c) *Achievement*

Os *achievements* se referem a situações pontuais. De acordo com Vendler (*op.cit.*), esses verbos captam o começo ou o clímax de uma situação e não podem acontecer em uma extensão temporal. Este tipo verbal pode ser assim caracterizado: “*A won a race between t_1 to t_2 means that the time instant at which A won that race is between t_1 and t_2 .*” (p.106).

Somente é possível dizer que alguém ganhou uma corrida se realmente ganhou em um instante de tempo. A diferença entre *accomplishment* e *achievement* está no tempo envolvido: o primeiro tipo de verbo pode durar em uma extensão de tempo (uma hora); o segundo deve ocorrer em um determinado instante do tempo. Se obtivermos uma resposta apropriada às questões: “**Em que hora...**” ou “**Em que momento...**”, estamos diante de uma situação do tipo *achievement*.

³⁰ VERKUYL, H. J. *On the Compositional Nature of the Aspects*. Doct. Diss., Dordrecht, 1972.

Alguns *achievements* partilham com os estados o traço “**ser capaz de**”. Por exemplo, **ser capaz de reconhecer** implica **reconhecer**. Mas **ser capaz de parar ou começar a correr** não significa **parar ou começar**, embora estas situações sejam claramente *achievements*. A expressão “**ser capaz de**” funciona para *achievements* que não são ações voluntárias.

Na nossa classificação, situações que apresentam os auxiliares aspectuais **começar/acabar** foram consideradas como *achievements*. Possivelmente, sem esses auxiliares, teriam outra classificação.

A seguir, apresentamos dois exemplos desse tipo verbal:

(5) Aí eu peguei, telefonei pra Macarronada e descobri que [ele tinha] - ACONTECEU um acidente. (FLP 03, L867)

(6) Quando as meninas também foram no jogo, eu só senti falta quando elas chegaram. Que eu perguntei pra eles, que eu NOTEI que alguma coisa TINHA ACONTECIDO. (FLP 17, L684)

Nos dois casos, **acontecer** representa uma situação que ocorreu em um instante temporal. **Acontecer** é um *achievement* porque representa o clímax do próprio **acontecer**.

d) Estado

Situações estáticas ocorrem em todos os instantes de um período de tempo. Vendler (*op.cit.*) faz a seguinte caracterização para estados: “*A loved somebody from t_1 to t_2 means that at any instant between t_1 and t_2 A loved that person.*” (p. 106)

O autor também estabelece alguns testes para a classificação dos verbos de estado que mencionamos, a seguir.

Em inglês, verbos de estado não podem ocorrer no gerúndio, o que em princípio diferencia o estado de outras situações. Godoi (1992), entretanto, argumenta que é possível que verbos de estado ocorram no progressivo em português e mesmo em inglês.

Outro teste para detectar verbos de estados é tentar a combinação do tipo **forçar a, persuadir a ou iniciar a** + verbo de estado, que deve ser impossibilitada com este tipo de verbo, já que tal construção implica a existência de sujeito agente. O mesmo vale para a combinação de verbos de estado com advérbios que descrevem ações voluntárias (**deliberadamente, voluntariamente**). O envolvimento de sujeito agente aparece ainda no teste de substituição do sintagma verbal de estado pela expressão **fazer o mesmo**, representando uma ação e não significando, por exemplo, ‘sentir o mesmo’, ‘estar na mesma situação’. (Godoi, 1992)

Ainda, é possível testar os estados pela não co-ocorrência, em alguns casos, com a expressão **acabar de**, uma vez que **acabar** é um *achievement* e indica a entrada em uma fase, não a fase em si mesma. Uma outra possibilidade de diferenciação é considerar a expressão **ser capaz de** associada ao verbo em questão: **ser capaz de correr ou escrever uma carta** não significa **correr ou escrever uma carta**; já **ser capaz de saber, amar, ver** significa **saber, amar, ver**.

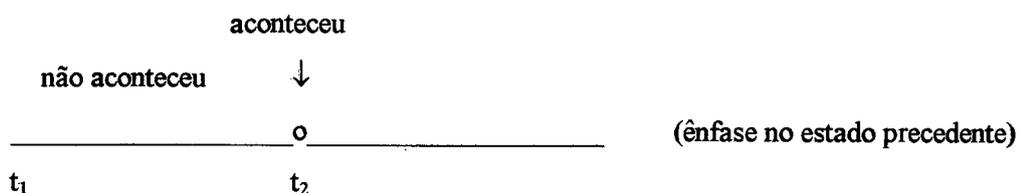
Vendler diz, ainda, que os verbos estativos não ocorrem no imperativo ao que Godoi (1992) contra-argumenta dizendo que é possível encontrar mesmo em inglês, a língua analisada pelo autor, enunciados como “*Be quiet!*”

Como os testes propostos por Vendler (*op.cit.*) nem sempre funcionam, é preciso, na categorização, ter cuidado ao utilizá-los, selecionando os mais adequados aos nossos propósitos. No âmbito deste trabalho, os verbos de estado são classificados conforme exposto a seguir.

Um verbo de estado tem valor de verdade se ocorrer em todos os pontos de um determinado período. A pergunta relevante é, como no caso das atividades, “Por quanto tempo?”, mas, diferentemente das atividades, os estados são situações que perduram por um determinado número de instantes temporais, sem possibilidade de divisão em fases. É claro que se pode, por exemplo, saber sobre um assunto, esquecê-lo e saber sobre ele outra vez mas não é possível dividir os momentos de saber.

Consideramos, nesta análise, as situações negadas também como estado, com base no argumento de que elas não podem ser divididas em fases (assim como os estados). Veja-se, por exemplo, a seguinte situação: quando alguém pergunta: “Aconteceu um acidente?” e outra pessoa responde: “**Não, não aconteceu um acidente**”, se poderia, num primeiro momento, pensar que a resposta nega um momento específico do tempo; entretanto, os não-acontecimentos não se localizam em momentos específicos, mas perduram em todos os instantes ao longo de uma dimensão. A solução para este problema possivelmente esteja em nossa concepção de tempo. Note-se que, quando falamos que uma situação é um estado, enfatizamos que tal situação é verdade se ocorreu em todos os instantes entre t_1 e t_2 . Então, quando dizemos que uma situação não aconteceu, estamos evidenciando que, em todos os instantes de tempo entre t_1 e t_2 , é verdade que essa situação não aconteceu. Observe-se o esquema proposto:

(7)



Acontecer, por exemplo, é um *achievement*; se **nunca aconteceu**, não é o instante que não existiu, a situação como um todo é que não existiu de t_1 a t_2 . Assim, parece-nos muito mais lógico considerar **não aconteceu** como um estado do que como um *achievement*.

A seguir, apresentamos um exemplo que traz ocorrências de verbos de estado:

(8) Porque, quando eu fiquei doente, eu já estava grande, né? Mas em pequena, pequena mesmo, caxumba, essas coisas, eu não TIVE, porque a minha mãe cuidava muito. Aí depois, sabes? começa a crescer, colégio. Aí pronto, né? Aí tu não queres mais nem saber, não come direito, começa a comer um monte de besteira - Mas enquanto eu era pequenininha, eu nunca TINHA TIDO doença de criança. (FLP 01, L996)

-----S-----R-----F-----
 TIVE/TINHA TIDO fiquei

e) Dicendi

Além das quatro categorias verbais apontadas por Vendler (*op.cit.*), consideramos, ainda, os verbos *dicendi* que, em sua maioria, aparecem como retomadas discursivas, quando representam a situação em análise. Esta classificação à parte tem o propósito de captar nuances que tais verbos devem ter e que seriam atenuadas se englobados em outras categorias. Considerem-se, a seguir, exemplos de verbos *dicendi*:

(9) Mas, eu ia muito pra baile também, como eu já TINHA FALADO anteriormente, ia muito pra baile. (FLP 04, L440)

(10) ... nós morávamos numa chácara, como eu FALEI, a chácara era do seu Italino... (FLP 08, L802)

* * *

As hipóteses que temos, relativamente a tipo de verbo da situação representada pelas formas concorrentes, dizem respeito a uma distribuição escalar dos resultados associados aos tipos de verbos, com base nos seguintes traços: duratividade e dinamicidade. Veja-se a escala:

menos durativo/mais dinâmico

- . *achievement* (situação pontual, ocorrida em um instante temporal)
- . *accomplishment* (situação completada, i. é, com ponto final especificado ocorrida em uma pequena extensão temporal)
- . atividade (situação “não delimitada”, i.é, sem o ponto final especificado, ocorrida em uma extensão temporal)
- . estado (situação não delimitada, ocorrida em todos os instantes temporais)

mais durativo/menos dinâmico

Com base nesta distribuição escalar, acreditamos que situações localizadas mais próximas ao topo sejam codificadas com o pretérito mais-que-perfeito, enquanto aquelas mais próximas da base devem ser codificadas com o pretérito perfeito. Tal expectativa justifica-se pelo grau de saliência das situações: aquelas de ocorrência pontual e/ou assinaladas quanto à completude são mais salientes do ponto de vista perceptual, portanto seriam linguisticamente mais marcadas; já aquelas que se desenrolam numa extensão de tempo não delimitada quanto ao seu término são menos salientes, portanto seriam menos marcadas na codificação.

Quanto aos verbos *dicendi*, é possível que a forma menos saliente seja preferida, uma vez que retomadas discursivas (cf. ex. (9) e (10)) entram no enunciado com função coesiva e como forma de reativar um determinado tópico na lembrança do interlocutor.

1.1.1.2 - Resultados e discussão

Os resultados iniciais mostraram que a divisão quadripartida baseada principalmente na duração e delimitação não foi relevante; o que se mostrou pertinente foi a oposição quanto ao traço de dinamicidade. Os percentuais associados a cada tipo de verbo foram: *achievement*, 31%; *accomplishment*, 29%; atividade, 35 %; e estado, 13%. A partir destes resultados, foram amalgamados os tipos atividade, *accomplishment* e *achievement* que representam situações dinâmicas; os estados, que representam situações menos dinâmicas, e verbos *dicendi* permaneceram como anteriormente apresentados.

Nossa hipótese sofre uma reformulação e passa a centrar-se no caráter mais dinâmico da situação prevendo-se que atividades, *accomplishments* e *achievements* favoreçam o pretérito mais-que-perfeito.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos na análise quantitativa. Este grupo de fatores foi o terceiro a ser selecionado no geral, mas o primeiro entre os semânticos.

Tabela 01 - Tipo de verbo da situação do passado anterior e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Situações + dinâmicas</i>	348/107	31%	.63
<i>Situações dicendi</i>	78/08	10%	.35
<i>Situações - dinâmicas</i>	150/26	17%	.29
<i>Total</i>	576/141	24%	

Situações dinâmicas (.63) condicionam o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito. Possivelmente requerem uma forma de codificação marcada, já que são mais salientes por conduzirem a seqüência de ações, normalmente em figura³¹, no fluxo discursivo. Neste caso, a marcação pode ser explicada também pela complexidade estrutural e pela distribuição de freqüência, que são dois dos critérios apresentados por Givón (1991b:106) para analisar a marcação (conforme capítulo II, subseção 2.1).

Por outro lado, situações menos dinâmicas desfavorecem o pretérito mais-que-perfeito. Isso, em princípio, se justifica porque os estados não são salientes do ponto de vista perceptual e normalmente correspondem a informação de fundo na cadeia discursiva. Além disso, estados ocupam uma extensão de tempo maior, sendo, então, mais compatíveis com a utilização do pretérito perfeito, que pode evidenciar uma aproximação com o ponto de referência.

³¹ Koffka (1936/1975) descreve o plano ambiental como duplamente organizado (figura/fundo). A figura constitui o relevo, por isso, é percebida como mais saliente e o fundo aparece como suporte, caracterizando-se como neutro. In: *Princípios da psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix.

Estamos utilizando os critérios de saliência perceptual, complexidade estrutural e distribuição de frequência para considerar o pretérito mais-que-perfeito como a categoria marcada. Note-se, entretanto, que todos os nossos dados em análise (incluindo a variante no pretérito perfeito) são contra-seqüenciais, por isso, marcados por natureza (Givón, 1995). O pretérito mais-que-perfeito representa, pois, a forma verbal mais marcada e não a estrutura sintática mais marcada, em termos de codificação contra-seqüencial (já que no caso das duas variantes a ordem é marcada).

Verbos *dicendi* também desfavorecem o pretérito mais-que-perfeito, de acordo com o previsto. Fortemente caracterizadas como discursivas, retomadas têm por característica lembrar o assunto ao interlocutor e não apresentar uma informação nova.

1.1.2 - Tipo de verbo do ponto de referência

1.1.2.1 - Caracterização e hipóteses

A caracterização com base na proposta de Vendler (1967), utilizada para tipo de verbo da situação representada pelo dado variável, também foi utilizada para categorizar o ponto de referência. Nossa hipótese, agora, baseia-se no traço duratividade, por acreditarmos que situações mais estendidas devam requerer mais marcação com vistas a indicar mais claramente a anterioridade de uma situação em relação à outra. Assim, quanto mais próximo o verbo estiver do topo da escala, maior tendência ao aparecimento do pretérito mais-que-perfeito:

mais durativo

- . estado
- . atividade
- . accomplishment
- . achievement

menos durativo

Uma rodada prévia mostrou que, separadamente, os fatores não são significativos. Os percentuais, porém, mostram o seguinte: estado, 28%; atividade, 50%; *accomplishment*, 17%; e *achievement*, 21% - resultados que nos levaram a amalgamar *accomplishment* com *achievement*.

Antes de discutirmos os resultados, vamos apresentar exemplos para os fatores desse grupo e apontar alguns problemas existentes na categorização do ponto de referência quando formas imperfectivas entram em jogo. O que fazer, por exemplo, quando estamos diante de situações ditas *achievements*, mas codificadas no imperfeito ou no progressivo?

a) Atividades

O ponto de referência do tipo atividade deve apresentar-se favorável à utilização do pretérito mais-que-perfeito na codificação da situação em análise, porque denota uma situação que não apresenta o ponto final especificado, o que pode dificultar a interpretação do dado variável como sendo anterior. Observem-se os seguintes exemplos nos quais os verbos **uivava** e **chiou** funcionam como pontos de referência.

(11) ...ela **uivava** pra caramba porque TINHA TRANCADO ela. (FLP Carlos/02)

(12) ...a turma inteira **chiou** porque **ODIOU** o que aquele cara FALOU (FLP Janaine/01)

b) *Accomplishments/achievements*

Já que serão analisados conjuntamente, estes dois tipos de verbos são apresentados integradamente. Há um problema relativo a pontos de referência cujos verbos são *accomplishment/achievement*: o aparecimento no imperfeito e no progressivo.

Dowty³² (1977 *apud* Godoi, 1992) chama de paradoxo do imperfectivo a possibilidade de utilização de *accomplishments* e *achievements* na forma progressiva, pois, neste caso, não implicam o advento obrigatório do resultado.

Apesar da existência deste paradoxo, acreditamos que o problema, por ora, pode ser solucionado. Para Declerck³³ (1979a *apud* Godoi, 1992), um enunciado como **John was drawing a circle**, não co-ocorrendo com advérbios do tipo **em uma hora**, não representa um sintagma verbal limitado e, portanto, não é um *accomplishment*.

Às vezes, um tipo de verbo pode assumir outra característica quando conjugado a outros elementos do enunciado. Se João parou de correr, por exemplo, **ele correu**, mas se João pretendia correr cem metros e parou antes de terminar, não podemos dizer que **ele correu cem metros**. Há, neste caso, uma mudança de atividade para *accomplishment* (x é verdade em uma extensão de tempo e há um ponto final para x). O verbo **saber**, por exemplo, é tipicamente um verbo de estado, mas em construções como **Agora eu sei a resposta!** é um *achievement* (um acontecimento instantâneo, embora se torne um estado subsequente).

Uma solução seria caracterizar o verbo do tipo *accomplishment/achievement* no imperfeito ou progressivo como pertencente a outra categoria. Mas, às vezes, isso não é possível e, então, recorreremos à iteratividade e classificamos as várias ocorrências de uma situação como *achievements*:

(13) Mas ele chegava em casa, ele descobria que eu TINHA GANHADO bola, ele pegava, cortava a bola todinha em pedaços. (FLP 18, L1045)

Se há iteratividade, então é possível considerar um verbo no imperfeito como *achievement* porque são enfatizadas as várias ocorrências de uma situação, cada qual ocupando um instante temporal. A seguir, apresentamos mais alguns exemplos de ponto de referência do tipo *accomplishment/achievement*:

³² DOWTY, D. "Toward a Semantic Analysis of Verb-Aspect and the English 'Imperfective' Progressive." *Linguistics and Philosophy* 1, 1977.

³³ DECLERCK, R. "On the progressive and the 'imperfective paradox'". *Linguistics and Philosophy*, 3, 1979a.

(14) Aí eu peguei, telefonei pra Macarronada e descobri que [ele tinha] - ACONTECEU um acidente. (FLP 03, L867)

(15) A gente até fez uma ficha de leitura sobre esse livro, né? E eu que ESCOLHI o livro até não FOI a professora. (FLP, Leda/1)

Os verbos desta categoria devem favorecer o aparecimento do pretérito perfeito porque as situações que codificam são bem delimitadas temporalmente e por isso não necessitam que uma forma marcada facilite a delimitação temporal, já que o que segue pode ser perfeitamente interpretável como contra-sequencial.

c) Estados

Considerem-se, a seguir, dois exemplos de ponto de referência do tipo verbo de estado:

(16) Eles acharam que ele TINHA COLADO na prova, não foi? (inint) que realmente, ele não TINHA COLADO. (FLP 04, L1081)

(17) Estava junto com ela. Ela TINHA SAÍDO pra dançar e FOI na casa dele. (FLP 11, L660)

Acreditamos que os pontos de referência correspondentes a estados (e a atividades) favoreçam a variante pretérito mais-que-perfeito na codificação da situação anterior a um desses pontos. Quando o ponto de referência é um estado ou uma atividade, deve requerer mais marcação em virtude da extensão e da falta específica de delimitação. De acordo com Paducera³⁴ (1990 *apud* Godoi, 1992), verbos de estado e de atividade podem ser vistos como prolongados no tempo.

³⁴ PADUCERA, E. V. "Vid i leksiceskoje znacenije glagola" (O aspecto e o significado lexical do verbo). *Russian Linguistics*, 14, 1990.

Na presença desses tipos verbais, devido ao componente duratividade, é mais fácil interpretar uma situação como anterior se ela for codificada no pretérito mais-que-perfeito, do que se estiver no pretérito perfeito que, além de representar duas funções, pode ocorrer como cotemporal principalmente a situações estáticas. A marcação com o pretérito mais-que-perfeito, neste caso, evita possíveis enganos interpretativos.

d) Dicendi

O verbo *dicendi* foi controlado em outro fator, da mesma forma que fizemos para tipo de verbo da situação em análise. Como ponto de referência, entretanto, os verbos *dicendi* desencadeiam discurso indireto, diferentemente do seu comportamento na situação de passado anterior.

Comrie (1990) diz que, em inglês, o discurso indireto aparece codificado com o *past perfect*, mas que em linguagem coloquial pode ocorrer o *simple past*. Em russo, conforme o autor, o verbo na fala indireta permanece no mesmo tempo verbal da fala direta. Isso significa que tempos verbais na fala indireta em russo são interpretados com o centro dêitico do falante original e não do ponto de vista da pessoa que reporta o enunciado. Em inglês, há mudança no tempo do verbo quando há mudança da fala direta para a indireta. Assim, o tempo verbal do argumento do verbo *dicendi* será correspondente ao tempo do verbo do ponto de referência.

Quando o falante do português usa o pretérito mais-que-perfeito privilegia a seqüência de tempos verbais, por outro lado, quando usa o pretérito perfeito se assemelha ao russo.

No português, em discurso indireto, a expectativa é que seja mais freqüente o uso do pretérito perfeito, uma vez que o verbo *dicendi*, seguido de uma forma verbal passada de pretérito perfeito, indicaria que tal situação no passado ocorreu, em tempo real, antes da situação expressa pelo verbo *dicendi*. Neste caso, o português se assemelharia ao russo e assim o centro dêitico seria aquele do falante original. Vejam-se os exemplos:

(18) Ai ele disse que OLHOU e SAIU. (FLP 11, L671)

(19) Ai contou, né? que TINHA se QUEIMADO e tudo. (FLP 03, L916)

Retomando nossa hipótese em relação a este grupo de fatores: verbos de estado e atividade no ponto de referência devem favorecer o pretérito mais-que-perfeito; *accomplishment/achievement* e verbo dicendi devem desfavorecê-lo. Diferentemente do que ocorre para tipo de verbo da situação, o traço mais forte para a classificação do ponto de referência é a duratividade.

1.1.2.2 - Resultados e discussão

O tipo de verbo do ponto de referência foi selecionado pelo VARBRUL em sexto lugar. No conjunto dos fatores semânticos, entretanto, foi o segundo. Vejam-se os resultados:

Tabela 02 - Tipo de verbo do ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fator</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Atividade</i>	08/05	63%	97
<i>Estado</i>	162/45	28%	55
<i>Dicendi</i>	82/28	34%	54
<i>Accompl/achievement</i>	246/50	20%	42
<i>Total</i>	498/128	26%	

O pretérito mais-que-perfeito é favorecido quando há verbo de atividade e estado no ponto de referência. Acreditamos que o fato de estados e atividades possuírem um componente durativo deve favorecer o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito para que as dimensões temporais passadas, envolvendo dado variável e ponto de referência, estejam especificadas. A utilização, por outro lado, do pretérito perfeito poderia, à primeira vista, gerar interpretação de cotemporalidade.

Note-se que o critério da extensão temporal parece dominar e determinar as escolhas. Se o ponto de referência é mais estendido, então predomina o pretérito mais-que-perfeito. Por outro lado, quando o ponto de referência é menos estendido no tempo, ocorre o pretérito perfeito.

Verbo *dicendi* também apresenta um peso relativo favorável ao pretérito mais-que-perfeito, talvez porque estruturas envolvendo discurso indireto sejam aquelas ensinadas formalmente como características de uso de tal forma de pretérito.

A ocorrência de .42 para *accomplishment/achievement* corresponde a nossa hipótese de que verbos deste tipo inclinam-se a favorecer o pretérito perfeito por denotarem situações bem delimitadas temporalmente, não necessitando, portanto, de marcação.

1.1.3 - Animacidade do sujeito

1.1.3.1 - Caracterização e hipóteses

O sintagma nominal sujeito da oração que contém o dado variável foi categorizado a partir do traço animacidade. Considere-se:

a) Sujeito mais animado

Este tipo de sintagma nominal deve favorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito. A animacidade do sujeito deve favorecer a marcação, por estar associada à ação, ou à dinamicidade do verbo. Seguem-se alguns exemplos:

(20) Aí a gente se encontrou oito horas, mas daí eu LEVEI a minha sobrinha junto, né? (FLP, Andreza/1)

(21) Então eu sonhei que meu Pai TINHA FALECIDO, meu esposo também. (FLP, Fabiana/11)

b) Sujeito menos animado

Inversamente, sujeito não animado deve propiciar o uso do pretérito perfeito. Menos animacidade deve requerer menos marcação. A seguir, apresentamos alguns exemplos deste tipo de sintagma nominal sujeito:

(22) ...sei que o meu pai disse que esta casa que nós moramos já TINHA SIDO dos escravos. (FLP 12, L877)

(23) Uma vez eu vim de ônibus, o carro QUEBROU quando eu estava andando. (FLP 10, L899)

1.1.3.2 - Resultados e discussão

Este grupo foi o último selecionado em relação às outras variáveis e também dentre as semânticas.

Tabela 03 - Animacidade do sujeito e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/N° de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Sujeito animado</i>	470/127	27%	54
<i>Sujeito não animado</i>	106/14	13%	34
<i>Total</i>	576/141	24%	

Em relação ao tipo de sujeito, os resultados confirmam nossa crença. Por causa da animacidade envolvida, a situação tende a ocorrer no pretérito mais-que-perfeito. Ainda, situações referentes a sujeitos mais animados parecem ter mais importância no fluxo da informação, no sentido de serem mais recorrentes e permanecerem por mais tempo. Sendo mais importantes, devem ser, naturalmente, mais salientes.

1.1.4 - *Paralelismo Semântico*

1.1.4.1 - *Caracterização e hipóteses*

Novamente, utilizamos a classificação proposta por Vendler. Este grupo de fatores foi analisado com o intuito de verificar se o verbo imediatamente anterior, seja ponto de referência ou não, influencia na escolha entre os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. Desconsideramos, entretanto, aqueles verbos no presente que entram como forma de aproximação do falante ao que está sendo discutido, ou como mero comentário avaliativo (**sabe, acho, é que ...**).

Desta vez, operamos com todos os tipos propostos por Vendler mais a categoria dos verbos *dicendi*. Acreditamos, similarmente ao que foi estabelecido para tipo de verbo do ponto de referência, que *accomplishments* e *achievements* favorecem o pretérito perfeito por causa do ponto final especificado e que atividades e estados possibilitam a utilização do pretérito mais-que-perfeito devido à extensão temporal que representam.

Os verbos *dicendi* devem levar à utilização do pretérito perfeito porque o argumento de um verbo *dicendi* é facilmente percebido como anterior ou posterior; nos nossos dados, em tempo real, é anterior. Os verbos *dicendi* analisados normalmente se relacionam ao dado variável. Desconsideramos formas como **quer dizer** que, em termos de relação temporal com o dado, nada acrescentam.

1.1.4.2 - *Resultados e discussão*

O grupo de fatores denominado paralelismo semântico não foi selecionado como significativo. A seguir, apresentamos apenas os resultados percentuais.

Tabela 04 - Paralelismo semântico e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Dicendi</i>	50/19	38%
<i>Atividade</i>	20/07	35%
<i>Estado</i>	242/66	27%
<i>Achievement</i>	154/34	22%
<i>Accomplishment</i>	110/15	14%
<i>Total</i>	576/141	24%

Os resultados percentuais não mostram muitas diferenças entre os fatores. Podemos, contudo, dizer que os verbos cujo percentual de frequência é maior, antecedendo ao pretérito mais-que-perfeito na cadeia de codificação, são do tipo *dicendi* e atividade. Estes dois tipos já se mostraram relevantes quando o tipo de verbo do ponto de referência foi selecionado.

1.2 - Domínio semântico-estrutural

Encontram-se neste domínio as variáveis ‘advérbio da situação’, ‘tipo de ponto de referência’, ‘relação semântico-sintática’ e ‘advérbio do ponto de referência’ por se referirem a grupos de fatores nos quais há uma mescla semântica e estrutural.

1.2.1 - Advérbio da situação

1.2.1.1 - Caracterização e hipóteses

Neste grupo, pretendemos testar a possível influência dos advérbios na codificação dos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. Os advérbios, conforme Godoi (1992:215), “não só modificam os predicados mas podem desempenhar um papel ativo na determinação da interpretação da sentença.”

Consideramos advérbios de tempo e de negação porque influenciam mais imediatamente a situação do dado variável já que está em foco uma função temporal. Às vezes, duas ou mais expressões adverbiais ocorrem em um mesmo enunciado, então uma delas foi privilegiada para evitar muitos fatores combinatórios. A preferência foi dada às expressões adverbiais na seguinte ordem: **já, nunca, não**, advérbio de tempo e oração temporal.

Selecionamos o advérbio mais imediatamente relacionado com o dado variável. Quando não encontramos tal ocorrência, foi considerado o advérbio do ponto de referência no caso de cobrir este ponto e o dado variável. O advérbio do ponto de referência pode cobrir, também, o dado variável mas normalmente não está junto a este, em termos de proximidade, na cadeia discursiva.

Contemplamos, também, os advérbios iterativos (várias vezes, dez vezes). De acordo com Godoi (1992), estes advérbios se referem ao número de ocorrências da mesma situação (seja um *accomplishment/achievement* ou estado/atividade) como um todo, como se fosse uma única situação onde seu ponto inicial é a primeira ocorrência e seu ponto final é a última ocorrência.

a) Advérbio de tempo

Advérbios de tempo (**antes, ontem, semana passada**) devem desfavorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito. Se há presença de advérbio especificando a localização temporal, não há necessidade de utilizar uma forma de codificação marcada.

(24) **Perdi** o marido cedo, com quarenta e nove anos, estupidamente, DEU um derrame, num sábado que era véspera do dia dos pais, e no dia dos pais ele já faleceu. (FLP 07, L24)

(25) Não, é que eu troquei de carro, então **TINHA TIRADO** antes. (FLP 10, L1233)

O elemento **ainda** ora foi considerado como advérbio de tempo, ora não. Quando ocorre no enunciado como elemento enfático do encadeamento discursivo, não foi considerado (**e ainda**), mas caracteriza-se como advérbio temporal quando faz referência a um período de tempo (**ainda noivo**).

b) Já

Marcas de anterioridade (**já**) também devem desfavorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito. Se a indicação da anterioridade é feita com o advérbio **já**, então, não há necessidade de codificar o tempo anterior com o pretérito mais-que-perfeito. Considere-se:

(26) Porque aí eu não queria mais viver com ele, que aí eu estava revoltada com ele, que eu **já** TINHA VISTO aquilo tudo, né? sobre aquilo tudo que TINHA ACONTECIDO lá no hospital. (FLP 03, L977)

(27) ...primeiro fazer o que eu quero, né? minha casa, porque a gente começou a construir agora. A gente **já** COMPROU material e tudo. (FLP Andreza/09)

c) Oração temporal

Classificamos como oração temporal duas possibilidades de ocorrência desta com o dado variável: quando cotemporal (exemplo 28) e quando inclui o dado (exemplo 29). Acreditamos que este fator favoreça o pretérito mais-que-perfeito para que a anterioridade do dado variável em relação a seu ponto de referência seja mais claramente percebida.

(28) Uma vez eu vim de ônibus, o carro QUEBROU quando eu estava andando. (FLP 10, L899)

(29) Mas eu não sabia exatamente quando que eu TINHA FICADO grávida. (FLP 20, L731)

d) Não

De acordo com Givón (1993), a asserção negada é um ato de fala diferente, uma recusa. Ao usar uma negação, o falante não deseja comunicar informação nova mas corrigir crenças errôneas do interlocutor.

Em princípio, o fato de a informação negada recuperar algum comentário já feito ou uma crença do interlocutor deve favorecer o pretérito perfeito por causa da não necessidade de salientar uma informação velha. Por outro lado, o fato de negar uma situação poderia propiciar uma forma mais saliente no sentido de marcar devidamente a situação negada. Esta tendência ora a um lado, ora a outro deve caracterizar o grupo como neutro, ou seja, não deve influenciar esta ou aquela forma de codificação.

(30) Eu disse: “Ó, só tem uma coisa, né? que eu vou mudar imediatamente.” Hum, olha, mas eu não TINHA PEGO o dinheiro lá ainda, eu disse: “Ó, o dinheiro eu vou pagar tal dia e tal, não tenho.” (FLP 05, L410)

(31) Ai eu pedi desculpa pra ele várias vezes que a intenção minha não FOI OFENDER. (FLP 14, L125)

e) Nunca

O advérbio **nunca** deve favorecer o pretérito mais-que-perfeito, uma vez que associado ao perfeito pode indicar que a situação se estende até o tempo de fala. É mais fácil identificar que a situação negada foi interrompida no tempo passado se aparecer o pretérito mais-que-perfeito do que se aparecer o pretérito perfeito. Associamos a maior probabilidade de ocorrência do advérbio **nunca** ao pretérito mais-que-perfeito em função da maior facilidade no processamento da informação.

(32) E. Ah, qual o filme que o senhor assistiu ontem?

F. Eu sei que um filme de bandido mesmo, que eu nunca VI MATAR tanto.

(FLP 05, L236)

(33) *Aí fui ajudar a trocar ela. Ai meu Deus, eu nunca TINHA VISTO assim uma coisa-
Nunca TINHA ENTRADO naquela coisa ali.* (FLP 03, L1309)

1.2.1.2 - Resultados e discussão

Este grupo de fatores foi o quarto grupo selecionado. No âmbito dos fatores semântico-estruturais testados, foi o primeiro grupo. Os resultados aparecem a seguir:

Tabela 05 - Advérbio da situação e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fator</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Peso Relativo</i>
<i>Já</i>	56/30	54%	88
<i>Nunca</i>	25/10	40%	77
<i>Não</i>	37/06	16%	56
<i>Advérbio de tempo</i>	72/11	15%	18
<i>Oração temporal</i>	19/02	11%	11
<i>Total</i>	209/59	28%	

O advérbio **já** favorece o pretérito mais-que-perfeito. Parece que, em português, há uma forte tendência no sentido de associar o advérbio **já** ao pretérito mais-que-perfeito; um leva ao outro. Esse parece ser também o caso do inglês. Normalmente, o **past perfect** associa-se ao advérbio **already**. Talvez, seja possível falar em especialização de uso em direção a um processo gramaticalização decorrente da recorrência de certas construções.

O advérbio de negação **não** parece ser semelhante ao advérbio **nunca**, já que ambos indicam que o verbo que os acompanha é de estado, porém o peso associado ao advérbio **nunca** é maior que o peso do advérbio **não**. Isso se explica porque o advérbio **nunca**, diferentemente de **não**, pode negar todo o período passado, não apenas um período no passado. Associar o advérbio **nunca** ao pretérito mais-que-perfeito implica marcar a terminação dessa situação antes de outro tempo passado. O fato de o advérbio **não** favorecer ou pelo menos mostrar que tende ao uso do pretérito mais-que-perfeito pode ser justificado pelo interesse do informante de marcar a situação negada, enfatizado, assim, o não acontecimento.

O peso atribuído aos advérbios temporais indica que tais expressões favorecem o pretérito perfeito, o que se justifica pela não necessidade de marcar uma situação já marcada temporalmente. O comentário acima se aplicaria também para os casos de oração temporal, no entanto este último resultado não confirma nossa hipótese.

A partir desta análise, é possível prever uma tendência de uso dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito. O pretérito mais-que-perfeito ocorre quando associado aos advérbios **já** e **nunca**; o pretérito perfeito quando associado a outros advérbios temporais.

1.2.2 - Tipo de ponto de referência

1.2.2.1 - Caracterização e hipóteses

Por ser de grande valia na determinação do dado variável, nesta pesquisa, acreditamos que o ponto de referência tenha um papel importante na escolha entre os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito. Consideramos os seguintes tipos de ponto de referência, quanto à sua codificação: forma verbal flexionada, locução verbal, forma não flexionada, inferência pela negação e discursivo.

a) Forma verbal flexionada

O fator denominado forma verbal flexionada engloba tanto o verbo explícito (a maioria) quanto verbo implícito (dois dados). Nossa expectativa é que o ponto de referência codificado por uma forma verbal simples deve levar à escolha do pretérito perfeito porque dois verbos de tempo absoluto expressos em um enunciado, ou pela organização ou pelo próprio item lexical, já indicam seus papéis temporais (qual é anterior e qual é posterior), não havendo necessidade de uma forma ser mais marcada do que a outra. Observem-se os exemplos, a seguir, em que o último traz um ponto de referência com verbo implícito (disse):

(34) E até saiu sem camisa e tudo que TIRARAM. (FLP, Andreza/4)

(35) Ai contou, né? que TINHA se QUEIMADO e tudo (FLP 03, L916)

(36) Ai eu vim embora. A gente, assim, já TINHA se DISCUTIDO, aí ele [_____] assim: “É, Preta, não tem mulher, não.” Primeiro, ele já TINHA DITO que tinha tudo... (FLP 03, L956)

b) Locução verbal

A previsão de que os pontos de referência do tipo locução verbal influenciem a marcação do passado anterior deve-se basicamente ao fato de um dos elementos da locução possuir tempo relativo. Apesar de haver uma relação entre a forma não flexionada da locução com a flexionada, ou seja, a forma não flexionada é relativa à flexionada e normalmente capta o tempo desta, o processamento requer um pouco mais de esforço mental.

Note-se que, nesses casos, uma das tarefas postas ao ouvinte é a de decodificar o tempo relativo como simultâneo, anterior ou posterior à forma flexionada. Feita esta interpretação temporal, cabe ainda ao interlocutor entender que a forma codificada depois do ponto de referência é, em tempo real, anterior ao conjunto de auxiliar mais forma não flexionada. Sendo, então, o processo mais complexo, a forma predominante para apresentar o tempo anterior deve ser o pretérito mais-que-perfeito. A forma marcada, neste caso, pode facilitar o processamento, demandando, assim, menos esforço.

Consideramos como locução as formas nominais acompanhadas tanto de verbos auxiliares quanto de verbos aspectuais e modais. Vejam-se os exemplos:

- Auxiliar

(37) ... aí fui contar pra elas que não, que eu estava era grávida, que eu TINHA FEITO os exames, que FOI DADO positivo (FLP 20, L1055)

- Aspectual

(38) Aí, depois desse tempo aí, ninguém mais começou andar de bicicleta, depois que eu TIVE a minha quase ninguém começou a andar... (FLP, Everton/9)

(39) Qual a minha surpresa, que nesse ínterim, tá? começou a aparecer várias dívidas que o Osni TINHA CONTRAÍDO. (FLP 23, L205)

- Modal

(40) E aí, de repente, durante esses vinte e quatro anos, eu consegui fazer a minha casa lá em Itaguaçu. COMPREI um terreno lá, que foi uma luta muito grande porque a mulher já estava me pedindo o apartamento... (FLP 23, L328)

(41) Eu consegui comprar um terreno. Ali TINHA SIDO ABERTO o loteamento. (FLP 23, L339)

c) Forma não flexionada

Este fator deve favorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito pelas mesmas razões apontadas para os casos de ponto de referência do tipo locução verbal. A forma não flexionada apresenta tempo relativo, então, tem de captar o tempo de outra forma verbal que, diferentemente dos casos de locução, nem sempre está próxima. Este processo pode pôr em dúvida, para o interlocutor, alguns casos de pretérito perfeito, por isso a expectativa de que a preferência deve ser dada ao pretérito mais-que-perfeito. Considerem-se alguns exemplos:

(42) Comprei alguns livros, na época, pra ler e procurar entender o que que era administração hospitalar pra procurar pelo menos não **surpreender** negativamente aqueles que HAVIAM me CONVIDADO pro cargo. Até porque não PEDI pra ser. (FLP 21, L238)

(43) ...muito sábado e muito domingo a família saiu pra passear e eu ficava em casa estudando, pra não **decepcionar** nem a mim mesmo, nem os que me CONVIDARAM e os que me ELEGERAM. (FLP 21, L249)

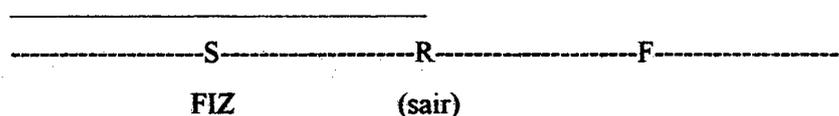
(44) Eu me lembro bem que ainda em mil novecentos setenta e oito, antes do Esperidião **sair** da prefeitura, primeiro mandato dele de prefeito, eu FIZ um ofício pedindo a abertura ali... (FLP 21, L839)

Incluimos no fator forma não flexionada tanto as formas nominais seqüenciais à forma flexionada anterior mais próxima como ocorre com **surpreender** e **decepcionar** nos exemplos (42) e (43) como aquelas de infinitivo que especificam uma referência temporal (exemplo 44).

Inicialmente, identificamos o caso (44) como inferência pela referência temporal, porque a oração em que a forma **sair** aparece especifica a referência temporal passada em que ocorre a situação expressa por **fiz**. Esta identificação fica mais clara quando colocada em um esquema temporal como o que segue:

(45)

...antes do Esperidião sair da prefeitura



A especificação da referência temporal passada (...antes do Esperidião sair da prefeitura) faz com que o interlocutor pressuponha um momento, ainda no passado, em que o Esperidião realmente **saiu**. Como no exemplo (44) a forma não flexionada **sair** ganha, contextualmente, uma nuance de tempo passado, passamos a considerar, então, esta forma não flexionada como ponto de referência. Não abrimos uma categoria exclusivamente para tal tipo de dado porque, no total, encontramos apenas dois casos.

d) Inferência pela negação no passado

Considerem-se os exemplos a seguir:

(46) Ah, tem um monte assim, porque assim, tem samba, um samba. Eu *nunca* VI aquela brincadeira. *Nunca* VI, eu acho que era... (FLP Andreza/08)

(47) F. Eu nasci em setenta e quatro então -

E. Não existias³⁵ ainda?

F. Não, *nunca* TINHA PRESENCIADO. (FLP Leda/11)

Os casos aqui arrolados são em número de dez. Receberam tal categorização porque fazem parte de um grupo restrito que tem características próprias. Cabe ao interlocutor inferir o ponto de referência pela própria constituição do enunciado. A negação, neste caso, é o fator desencadeador da inferência. Quando uma situação é negada com o advérbio **nunca**, pode ser que a negação seja até o momento presente, incluindo este momento, mas pode ser, também, que a situação seja negada até um ponto passado. Como o enunciado analisado não traz o momento passado especificado, cabe ao interlocutor, nesses casos, considerar o contexto discursivo precedente. A contextualização do enunciado no tópico discursivo é que torna possível interpretá-lo como anterior no passado.

O entrevistador sabe, com relação ao enunciado (46), que o informante estava vendo uma brincadeira, logo, a negação se refere ao tempo passado anterior ao tempo em que o informante via a brincadeira. No enunciado (47), o assunto em questão é a Copa do Mundo. O interlocutor sabe, quando o informante diz que **nunca tinha presenciado**, que ele **presenciou** a última Copa. Nos dois casos, é possível, pelo tópico discursivo e pela negação, inferir o ponto de referência.

³⁵ A situação expressa por existias não pode ser considerada como ponto de referência porque é cotemporal a **nunca TINHA PRESENCIADO**.

Casos de inferência devem propiciar o pretérito mais-que-perfeito para que ocorra uma exata interpretação temporal já que o ponto de referência não está explícito. Se há um pretérito mais-que-perfeito no enunciado então a situação por ele codificada deve ter ocorrido antes de outro tempo passado mas o pretérito perfeito pode gerar dúvidas nos casos em que o interlocutor não conhece apropriadamente o contexto.

e) Discursivo

O ponto de referência discursivo ocorre, nesta análise, unicamente com casos de retomada discursiva. Pensamos que tal ponto deve favorecer o aparecimento do pretérito perfeito porque, em linguagem corrente, é provável que os falantes usem mais a forma menos marcada, não no sentido de enfatizar uma repetição mas de manter o assunto já abordado aceso na mente do interlocutor. Vejamos alguns exemplos:

(48) ... em vez de tocar a mão no dinheiro do grande, ele pegou aquele do coitadinho que tinha uma poupança de cento e cinquenta mil, que estava querendo comprar um terreninho e confiscou. (L288)

Ficou o do coitado, e eu não tinha, mas o coitado que tinha lá... É como eu já TINHA FALADO anteriormente: quem tinha lá cento e cinquenta mil cruzeiros, quer dizer, foi confiscado. (FLP 02, L358)

(49) Olha, não é o meu forte. Não sou muito chegada na cozinha, mas dá pra quebrar um galhinho. (L587)

Minha irmã é, assim, uma cozinheira de mão cheia. Eu não sou muito chegada não. (L674)

Então eu, como nunca fui chegada, mas sempre tive irmã e tinham aquelas metidinhas que gostavam de cozinhar. (L717)

É um pessoal legal. Seus problemas sempre assim, mas é uma família bem legal. E da comida, bom, eu já FALEI, né? não sou muito chegada nesse negócio de comida. (FLP 01, L917)

1.2.2.2 - Resultados e discussão

Inicialmente, os fatores 'forma não flexionada' e 'locução verbal' foram rodados separadamente. Resolvemos, contudo, amalgamá-los (presença de forma não flexionada) pois demonstraram comportamentos estatísticos aproximados (.84/.75) e ambos podem ser explicados pela noção de tempo relativo.

O tipo de ponto de referência, ao longo de nossas análises estatísticas, tem se revelado altamente significativo. Foi o quinto grupo selecionado no total e o segundo no domínio semântico-estrutural. Na análise dos dados, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 06 - Tipo de ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Inferência pela negação</i>	10/05	50%	83
<i>Presença de forma não-flex.</i>	107/44	41%	75
<i>Forma flexionada</i>	395/87	22%	58
<i>Discursivo</i>	64/05	08%	02
<i>Total</i>	576/141	24%	

O tipo 'inferência pela negação' (.83) favorece o pretérito mais-que-perfeito, possivelmente, por causa do não aparecimento de uma forma verbal para este ponto no discurso. Assim, é mais fácil processar a informação na presença do pretérito mais-que-perfeito do que no caso do pretérito perfeito que muitas vezes indica duração até o tempo de fala.

O alto peso associado a 'presença de forma não-flexionada' (.75) deve ter ocorrido porque há no ponto de referência um tempo relativo. Em princípio, o processo de interpretação gira em torno da especificação do tempo relativo, o que torna o processo mais lento. Esse processamento é facilitado quando a forma seguinte é um pretérito mais-que-perfeito.

É possível que a inclinação ao uso do mais-que-perfeito, sendo o ponto de referência uma forma verbal flexionada (.58), ocorra quando a relação entre o dado variável e o ponto de referência não se apresenta claramente.

Os casos envolvendo ponto de referência discursivo (.02) retomam uma situação já mencionada que por ser velha não necessita ser marcada formalmente. Assim, o pretérito mais-que-perfeito é desfavorecido.

Os dados demonstram que os tipos de ponto de referência arrolados para esta análise, menos o discursivo, favorecem o pretérito mais-que-perfeito, com forte condicionamento pela inferência pela negação e pela presença de forma não-flexionada.

1.2.3 - Relação semântico-sintática

1.2.3.1 - Caracterização e hipóteses

Consideramos, neste grupo de fatores, a relação entre uma situação codificada por um dado variável e seu ponto de referência. Em muitos casos coincide a relação semântica entre dado e ponto de referência (complementação) com a relação sintática (oração principal/oração subordinada objetiva direta), mas em alguns casos predomina a relação semântica, já que o dado não está diretamente relacionado a seu ponto de referência. Assim, se C está sintaticamente ligado a B e B a A, sendo A o ponto de referência e C o dado variável, então a relação considerada é a que ocorre entre A e C.

A conexão sintática entre a situação de passado anterior e seu ponto de referência pode ser via subordinação, coordenação ou justaposição. No primeiro caso, temos as chamadas adverbiais, substantivas e adjetivas. No caso de circunstanciais, a relação semântica é mais evidente: temporalidade, causalidade, comparação, por exemplo. As substantivas funcionam como complementação e as adjetivas como modificadoras. Esses fatos foram considerados na organização dos fatores.

a) Causalidade

A relação de causalidade pode ser vista tanto em orações ligadas por conector como em justapostas, mas, conforme Paiva (1991), é preferencialmente realizada através da presença de um conector que assinala a relação semântica, já que há uma ambigüidade inerente à justaposição. Quando justapostas, as orações deveriam seguir na mesma ordem em que ocorrem no mundo real: causas precedem seus efeitos.

De acordo com Paiva (*op. cit.*), os conectores **que** e **porque** estão associados a contextos em que não há seqüencialidade temporal e iniciam um ato de fala distinto do que é realizado pelo outro segmento do enunciado. Isso, em princípio, justificaria o aparecimento do pretérito perfeito. Se a estrutura já é marcada, não há necessidade de uma outra marcação.

Orações justapostas, por outro lado, deveriam apresentar o pretérito mais-que-perfeito. Assim, a ausência de um elemento indicador da relação semântica seria suprida, já que o pretérito mais-que-perfeito é um índice do tipo de relação pretendida. Ocorre, porém, que, em muitos casos de contra-seqüencialidade em que as orações estão justapostas, aparecem em ambas as orações o pretérito perfeito. A relação de contra-seqüencialidade é percebida, nestes casos, porque causas precedem os efeitos. Se a causa aparece contra-seqüencial ao efeito, mesmo assim, sabemos qual é a causa e qual o efeito. A seguir, apresentamos dois exemplos de relação por causalidade:

(50) Então ali a gente tomava um sorvete e **vinha** embora, super contente porque ASSISTIU ao filme e FOI à missa. (FLP 12, L343)

(51) E. Tu **perdeste** dinheiro?

F. Não, porque eu não TINHA GUARDADO. (FLP 02, L293)

b) Temporalidade

A oração temporal, quando contra-seqüencial, deve favorecer o pretérito mais-que-perfeito. Esse tempo verbal evitará possíveis associações cotemporais por parte do interlocutor. Apesar de termos desconsiderado, anteriormente (capítulo IV), todos os casos de orações temporais ligadas pelo conectivo **quando** que não possibilitavam a leitura com o pretérito perfeito, a carga cotemporal trazida por este conector deve impedir o aparecimento do pretérito perfeito.

Considerem-se os seguintes exemplos:

(52) Mas eu não **sabia** exatamente quando que **TINHA FICADO** grávida. (FLP 20, L731)

(53) Porque naquele tempo, antes de eu nascer, pelo menos aqui, **FORAM AGLOMERADOS** muitos escravos. (FLP 12, L872)

As expressões **antes de** e **depois de** seguidas de uma forma verbal no infinitivo foram consideradas como orações temporais reduzidas. Tanto as reduzidas quanto as desenvolvidas encaixam-se neste fator de análise. Classificamos também como temporais todas as orações que, na ausência de um elemento conectivo qualquer, apresentam advérbios temporais, os quais facilitam a interpretação do dado variável como anterior no passado.

c) Complementação

Orações completivas representam um único ato de fala. A interseção entre as duas orações em tempo passado deve possibilitar a interpretação da segunda como anterior à primeira, em tempo real. O complemento no passado, normalmente, ocorreu antes do seu ponto de referência. Tal fato deve favorecer o aparecimento do pretérito perfeito. Considerem-se alguns exemplos:

(54) Aí ele disse que OLHOU e SAIU. (FLP 11, L671)

(55) Aí os vizinhos iam fazer queixa que eu TINHA JOGADO bola. (FLP 18, L1039)

d) Comparação

Os casos de comparação são, em sua maioria, retomadas discursivas. A retomada de uma informação velha para manter acesa a informação na mente do interlocutor pode desfavorecer o uso da forma marcada.

Ocorrem, entretanto, mais algumas construções comparativas³⁶ que não se constituem como casos de retomada. Contudo, acreditamos que não influenciam no desfavorecimento do pretérito mais-que-perfeito já que a maioria dos casos é de retomada discursiva. Vejamos alguns exemplos:

(56) Eu fui a Porto Alegre e tal, entreguei todo o material, todo como estava, como eu TINHA RECEBIDO. (FLP 23, L804)

(57) ...na época, quando eu casei, eu trabalhei até no pesado, mas depois foi indo, desenvolvendo, com a boa vontade eu passei, tirei a carteira. (L217)

Há um tempo eu enfrentei, na época, como eu te FALEI quando eu casei... (L253)

Que aí, até então eu já tinha a minha esposa. E aí como eu te FALEI, eu me sujeitei, trabalhei pesado. (FLP 02, L1245)

e) Modificação

Consideramos a relação de modificação somente quando o complemento do verbo anterior ao dado variável é modificado pelo próprio dado variável.

³⁶ Chamamos de comparativas tanto as orações comparativas quanto as conformativas.

(58) Ele botou o pessoal todo que TINHA JOGADO basquete na frente e deu uma geral. (FLP 13, L329)

(59) Ai entregaram o dinheiro tudo que ele GANHOU. (FLP 06, L551)

Orações do tipo ‘modificação’ devem desfavorecer o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito porque o elemento modificado foi modificado antes do seu aparecimento no enunciado, como complemento do verbo do ponto de referência.

f) Encadeamento

Deparamo-nos, na codificação dos dados, com alguns casos de contra-seqüencialidade nos quais as orações são encadeadas temporalmente por conectivos típicos da coordenação seqüencial (**aí, e**). Paiva (1991), com base em Haiman³⁷ (1985), argumenta que a coordenação é o processo mais adequado para expressar a ordenação temporal seqüencial. Como então explicar que é possível coordenar situações contra-seqüenciais? Acreditamos que a relação temporal de ocorrência das situações no mundo real é que torna possível interpretá-las como encadeadas mesmo quando estruturalmente contra-seqüenciais.

O encadeamento deve favorecer a ocorrência do pretérito mais-que-perfeito visando a não interpretação de seqüencialidade, já que esta é a interpretação natural para orações justapostas ou ligadas por elementos do tipo **aí**. Considerem-se os exemplos, a seguir:

(60) Apareceu na segunda-feira, aí eu já TINHA VINDO do serviço, estava passando uma vassoura na casa... (FLP, 03 L713)

(61) Parece que o carro que ele bateu, ele TINHA GANHADO num bingo do Avai. (FLP Andreza/14)

³⁷ HAIMAN, J. *Iconicity in syntax*. Amsterdam: Benjamins, 1985

g) **Contraste**

A relação do tipo ‘contraste’ engloba orações adversativas, concessivas e alguns casos de justapostas. Incluímos também, nesta categoria, as orações que têm ponto de referência inferível (se dizemos “**nunca tinha visto...**” é porque **vimos**, então, podemos dizer que **vimos mas nunca tínhamos visto**, caso tivéssemos necessidade de explicitar o ponto de referência).

Os exemplos que seguem mostram dois casos de contraste, um no pretérito perfeito, outro no mais-que-perfeito.

(62) Então existia segundo grau ali, depois que **foi transferido** pro prédio novo, mas eu ESTUDEI FOI naquele Instituto ali. (FLP 18, L467)

(63) Aí a enfermeira, que era minha amiga, chegou lá e **contou** pra ele mas a gente já TINHA COMBINADO que se fosse menina, ia ser Camila. (FLP 20, L891)

Nossa hipótese, neste caso, diz respeito a maior probabilidade de ocorrência do pretérito mais-que-perfeito. A apresentação de um contraste em relação ao ponto de referência deve possibilitar a utilização da forma marcada.

1.2.3.2 - Resultados e discussão

A relação semântico-sintática foi o oitavo grupo selecionado estatisticamente. Neste domínio, foi o terceiro. Os fatores anteriormente arrolados apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 07 - Relação semântico-sintática e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fator</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Comparação</i>	69/08	12%	.73
<i>Encadeamento</i>	44/13	30%	.69
<i>Complementação</i>	99/40	40%	.66
<i>Temporalidade</i>	40/10	25%	.49
<i>Modificação</i>	55/12	22%	.43
<i>Causalidade</i>	176/30	17%	.36
<i>Contraste</i>	93/28	30%	.35
Total	576/141	24%	

Em princípio, o resultado atribuído à comparação parece ser contraditório, já que os enunciados que têm ponto de referência discursivo foram categorizados como comparação. A contradição diz respeito ao fato de ponto de referência discursivo desfavorecer o pretérito mais-que-perfeito (.02 (tabela 06)) e a comparação, por outro lado, favorecer (.73). Observe-se que há um enviesamento nos resultados se compararmos o percentual (12%) com o peso relativo (.73) e por conta disso não é possível concluir com segurança que comparação favorece o pretérito mais-que-perfeito.

Inicialmente, o peso atribuído ao fator comparação era baixo mas, ao interagir com o grupo 'tipo de ponto de referência', teve forte alteração, o que evidencia o poder condicionante de tal grupo. A fim de confirmar um enviesamento, realizamos nova rodada estatística, desta vez sem o grupo denominado 'tipo de ponto de referência'. Assim, o peso relativo atribuído à comparação caiu de .73 para .28.

O encadeamento discursivo (.69) favorece o uso do pretérito mais-que-perfeito por duas razões: evitar a interpretação de cotemporalidade e de seqüencialidade. Duas situações justapostas nas quais nenhuma relação circunstancial é percebida podem evidenciar cotemporalidade, assim aparece o pretérito mais-que-perfeito para, de imediato, demonstrar a relação de anterioridade. Quando as orações são ligados por conectivos do tipo (*e, aí*), normalmente, indicam seqüencialidade temporal, a fim de evitar tal interpretação, entra a forma marcada.

O resultado associado à complementação (.66) não correspondeu a nossa hipótese. A relação de complementação favorece o pretérito mais-que-perfeito. Orações completivas são mais comumente ensinadas como contextos prototípicos de ocorrência do pretérito mais-que-perfeito, o que pode ter sido relevante para esse resultado. Talvez, haja mais do que isso. A relação de complementação, normalmente, ocorre na presença de verbo *dicendi* ou verbo de estado, ambos favorecedores do pretérito mais-que-perfeito, que fazem parte de um grupo selecionado antes da relação semântico-sintática (tipo de verbo do ponto de referência).

Em relação à temporalidade, o resultado (.49) não corresponde a nossa hipótese de que orações temporais favorecessem o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito.

A modificação (.43) favorece o pretérito perfeito porque quando falamos sobre alguma coisa modificada, essa modificação ocorreu antes do processo de enunciação do ponto de referência. Logo, não há necessidade de utilização da forma marcada visto que as relações devem estar bem definidas.

Relação de efeito/causa (.36) favorece o pretérito perfeito já que efeito pressupõe causa. A relação pode ser assinalada pelo conector e/ou pelo próprio item lexical que demonstra qual é a causa que antecede o efeito evidenciado no discurso. Assim, o pretérito mais-que-perfeito não precisa entrar no enunciado como marcador da relação semântica.

Contraste (.35) também desfavorece o pretérito mais-que-perfeito, contrariando nossa expectativa inicial. Aqui também parece ocorrer enviesamento nos resultados, a exemplo do acontecido com o fator ‘comparação’ em função da presença do ponto de referência. Uma rodada sem o grupo ‘tipo de ponto de referência’, entretanto, não demonstrou a significância do fator contraste embora o peso relativo tenha subido (.46).

As hipóteses levantadas com relação ao grupo de fatores ‘relação semântico-sintática’ foram confirmadas em parte. Pode-se dizer que situações de encadeamento favorecem o aparecimento do mais-que-perfeito, conforme previsto. A complementação também favorece a forma verbal marcada, porém contrariamente ao esperado. Modificação e causalidade desfavorecem o mais-que-perfeito, conforme as hipóteses formuladas. Por fim, temporalidade apresenta um comportamento neutro.

1.2.4 - Advérbio do ponto de referência

1.2.4.1 - Caracterização e hipóteses

Este grupo de fatores, além de buscar possíveis motivações para o uso do pretérito perfeito e mais-que-perfeito, tem por objetivo comprovar uma argumentação apresentada no capítulo III, na seção sobre ponto de referência. Argumentamos, com base em Comrie (1990), que advérbios frequentemente especificam as referências temporais, raramente funcionando eles mesmos como ponto de referência.

Este grupo apresenta três fatores que são especificados a seguir. Os advérbios que entraram na constituição de cada fator são todos temporais (já, advérbio de tempo e oração temporal).

a) Mesmo advérbio para ponto de referência e dado variável

Este fator corrobora nossa proposta de que os advérbios frequentemente especificam as referências temporais. Se um mesmo advérbio cobre dado variável e ponto de referência, então este advérbio não deve funcionar sozinho para indicar um tempo passado posterior ao da ocorrência do dado variável.

A ocorrência de um mesmo advérbio para cobrir dado variável e ponto de referência deve favorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito. Se as duas situações (dado e ponto de referência) se situam em uma extensão específica da referência temporal passada, talvez, seja mais propício marcar o dado variável, assim, as delimitações temporais ficam logo nítidas ao interlocutor.

(64) Ontem eu não assisti porque FUI pra festa. (FLP, Andreza/2)

(65) Apareceu na segunda-feira, aí eu já TINHA VINDO do serviço, estava passando uma vassoura na casa... (FLP 03, L713)

b) Presença de advérbio no ponto de referência

A presença do advérbio no ponto de referência especifica a referência temporal passada em que ocorre o ponto de referência. Outra vez, notamos que o advérbio não aparece sozinho mas como especificador do tempo do ponto de referência. A presença do advérbio deve desfavorecer o pretérito mais-que-perfeito porque a delimitação temporal já é marcada adverbialmente. Considerem-se os seguintes exemplos:

(66) Isso foi em janeiro, depois de dezembro, que eu já TINHA DADO aquela chance dele vir pra casa. (FLP 03, L969)

(67) ...com quatro meses que ele conheceu a Rafaela. porque, nesse meio tempo, a minha família FICOU muito, assim, abalada... com ele. FICARAM muito chateados... (FLP 20, L92)

(68) Aí ele disse pra mim, quando a gente chegou aqui, que FEZ super bem... (FLP 20, L334)

Há dois casos de ponto de referência adverbial (23/1288 e Janaine/2) que foram retirados da análise quantitativa porque não ocorreu variação. Estes casos encontram-se no pretérito mais-que-perfeito. Num universo de 576 dados, a probabilidade de ocorrência de ponto de referência adverbial é mínima. Isso, de certa forma, comprova a consideração apresentada no capítulo III: advérbios freqüentemente especificam a referência temporal. As formas verbais é que normalmente funcionam como ponto de referência.

c) Ausência de advérbio no ponto de referência

A ausência de advérbio especificador da referência temporal não impede a realização do ponto de referência. Logo, o verbo parece ser mais importante do que o advérbio. Essa importância é comprovada pelo constante aparecimento do verbo na codificação do ponto de referência.

É possível que a ausência do advérbio especificador da referência temporal favoreça o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito.

(69) E ele disse que então o rapaz FICOU, assim, abaladíssimo também. (FLP 11, L679)

(70) ...todo mundo gostava muito daquela iniciativa que a gente TINHA TOMADO. (FLP 23, L1057)

1.2.4.2 - Resultados e discussão

O tipo de advérbio do ponto de referência não foi selecionado pelo programa estatístico mas, dentre os descartados, é o que tem mais chance de seleção. Abaixo, apresentamos os resultados percentuais obtidos:

Tabela 08 - Advérbio do ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Ausência de advérbio</i>	345/99	29%
<i>Mesmo advérbio para R e S</i>	40/09	22%
<i>Presença de advérbio</i>	110/19	17%
<i>Total</i>	495/127	26%

Os resultados percentuais demonstram que a ausência de advérbio para especificar em que ponto da referência temporal passada está a situação do ponto de referência favorece o pretérito mais-que-perfeito. Essa tendência pode ser justificada pela necessidade de delimitar temporalmente dado variável e ponto de referência visto que se situam na mesma referência temporal e não há nenhum especificador temporal em jogo. Assim, a interpretação da anterioridade é facilitada.

Reiteramos que este grupo de fatores serviu também para demonstrar que advérbios especificam as referências temporais, não tendo, na maioria dos casos, autonomia para o preenchimento da função de ponto de referência. Essa função cabe, normalmente, ao verbo.

1.3 - Domínio estrutural

Nesta seção, analisamos motivações predominantemente estruturais que influenciam na escolha entre o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito. Pretendemos mostrar, também, que tais motivações, além de competirem com as semânticas e as sociais, competem entre si.

1.3.1 - Paralelismo Formal

1.3.1.1 - Caracterização e hipóteses

Nossa intenção, na categorização deste grupo, foi testar se o paralelismo formal condiciona o aparecimento de uma das variantes. Muitas pesquisas lingüísticas (Poplack, 1979; Scherre, 1988, por exemplo) têm mostrado a forte influência desse grupo de fatores sobre as variantes em análise: “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” (Poplack, 1979:80).

Algumas formas verbais não foram consideradas no paralelismo formal, nem no paralelismo semântico, porque são expressões ou de natureza modal ou discursiva (**não sei, parece, é, quer dizer, segundo dizem**).

Os tempos verbais considerados na análise são os seguintes:

a) Formas de imperfeito

Consideramos neste fator tanto as formas de pretérito imperfeito quanto as de pretérito mais-que-perfeito que trazem uma forma de imperfeito no auxiliar. Nossa hipótese se refere ao aparecimento do pretérito mais-que-perfeito quando o verbo da oração imediatamente anterior aparecer com uma forma de imperfeito.

(71) Tinha uma moça antes de mim, que TINHA ESTOURADO a bolsa, e eles simplesmente botaram um papel e me colocaram em cima. (FLP 20, L859)

(72) Então ela acabou até saindo do serviço, ela trabalhava lá, que ela PERDEU muito serviço, depois acabou até pedindo as contas. (FLP 03, L1187)

(73) ...ela foi lá falar com a Telma que TINHA DADO POSITIVO, que TINHA FICADO bem azulzinho. (FLP 20, L1204)

b) Pretérito Perfeito

Neste caso, a ocorrência do pretérito perfeito antes do dado deve levar ao uso do pretérito perfeito na codificação do dado variável. Novamente, o aparecimento de uma determinada marca, seja na oração que contém o ponto de referência, seja em outra anterior, deve favorecer sua ocorrência na oração seguinte.

(74) Consegui na espera, em sexto lugar, porque DESISTIRAM dezessete crianças... (FLP 09, L619)

(75) Aí ele me perguntou como é que TINHA SIDO o meu parto, bem interessado. (FLP 20, L145)

c) Forma não flexionada

As formas não finitas devem influenciar na escolha do pretérito mais-que-perfeito para que a relação entre o dado variável e o ponto de referência seja mais visível. Mas neste caso, o paralelismo não deve estar atuando. Pode, entretanto, ocorrer paralelismo com a forma flexionada que determina o tempo da forma não flexionada que naturalmente apresenta tempo relativo. Mas, neste caso, já entra em jogo a distância.

(76) Pra entrar na ASTEL, eu entrei quando era pequeno... Antes de ir pra ASTEL, eu JOGUEI no AVAÍ. (FLP Vicente/06)

(77) Mas ele não parou nada pra falar com a mulher e a minha vizinha TINHA FALADO que achava que era ele porque era igual... (FLP Sara/09)

d) Outros

Esta categoria engloba formas de futuro do pretérito e presente do indicativo e imperfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo. Estas formas devem favorecer o pretérito mais-que-perfeito para que a relação de anterioridade fique bem evidenciada. Entretanto, sendo impossível o paralelismo direto, já que variam apenas os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, a escolha deve ser fruto de outros fatores.

(78) Eu vivo realmente esses dezessete anos à vereança, administração hospitalar. Como eu já lhe FALEI, eu fui dos primeiros diretores administrativos do Hospital Celso Ramos. (FLP 21, L229)

(79) Ele disse: “Não, eu vou inaugurar.” Mas TINHA DADO uns dois dias antes, muita chuva. (FLP 23, L838)

1.3.1.2 - Resultados e discussão

O paralelismo formal foi o primeiro grupo a ser selecionado no conjunto de variáveis testadas e o primeiro dentro do grupo estrutural. Seguem-se os resultados:

Tabela 09 - Paralelismo formal e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fator</i>	<i>Total/N.º de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Formas de Imperfeito</i> ³⁸	150/65	43%	.67
<i>Outros</i>	57/15	26%	.67
<i>Forma não flex.</i>	33/09	27%	.53
<i>Pretérito Perfeito</i>	336/52	15%	.39
<i>Total</i>	576/141	24%	

A utilização do pretérito mais-que-perfeito paralela a formas de imperfeito se justifica pelo paralelismo (marcas levam a marcas). A baixa ocorrência, por outro lado, do pretérito perfeito igualmente comprova o paralelismo (pretérito perfeito leva ao pretérito perfeito).

Os verbos categorizados como “outros” favorecem o pretérito mais-que-perfeito. O que está em jogo é a delimitação temporal e não o paralelismo já que, neste caso, não funciona. Forma não flexionada, similarmente, não se atém ao paralelismo. A inclinação ao uso do pretérito mais-que-perfeito ocorre, possivelmente, em função desta forma apresentar tempo relativo.

³⁸ Uma rodada prévia com as formas de imperfeito separadas (imperfeito do verbo *ter*, outras formas de imperfeito e pretérito mais-que-perfeito) demonstrou que os dois primeiros fatores favorecem o pretérito mais-que-perfeito e que o mais-que-perfeito apresenta um comportamento neutro, por isso resolvemos amalgamá-las.

1.3.2 - Saliência morfológica

1.3.2.1 - Caracterização e hipóteses

A consideração desse grupo de fator foi proposta pelo professor Gregory Guy (comunicação pessoal, 1996). Guy acredita que verbos irregulares devem favorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito. Ele diz que a forma composta do pretérito mais-que-perfeito apresenta **tinha/tinhas/tínhamos/tinham**³⁹ como auxiliar e isso é basicamente simples de lembrar e processar, mas as formas do pretérito perfeito são mais variáveis em tempo e modo. Assim, pode ocorrer uma tendência em usar o pretérito mais-que-perfeito com verbos com o perfeito irregular (fizeram/puseram) e o pretérito perfeito com verbos regulares.

Nas locuções, consideramos a primeira forma verbal para categorizar a saliência já que esta é que pode variar (foi passado/tinha sido passado).

A seguir, apresentamos alguns exemplos com as respectivas hipóteses.

a) Verbo Regular

A partir dos comentários feitos por Guy (1996), acreditamos que os verbos regulares favorecem o uso do pretérito perfeito porque as formas regulares não apresentam marcação acentuada e não variam muito quando em outros tempos e modos.

(80) Agora se eles falassem de outro jeito daí eu ia ficar **perguntando** sempre a mesma coisa, o que eles **FALARAM**. (FLP, Jurema/5)

(81) ...todo mundo gostava muito daquela iniciativa que a gente **TINHA TOMADO**. (FLP 23, L1057)

³⁹ O verbo *ter* quando forma juntamente com um particípio o pretérito mais-que-perfeito, na primeira pessoa do plural, normalmente, não traz a marca de plural no verbo (nós tínhamos feito = nós *tinha* feito).

b) Verbo Irregular

Novamente, com base nos comentários de Guy (1996), acreditamos que o pretérito mais-que-perfeito seja a forma preferida quando associado a verbos irregulares. Neste caso, é mais fácil processar a mudança, dependendo da pessoa gramatical em jogo, ocorrida no auxiliar **ter** do que a mudança no verbo principal.

(82) Tanto que o meu pai escutou que ela disse que eu FUI um dos alunos primeiros colocados. (FLP 02, L922)

(83) Aí ele me **perguntou** como é que TINHA SIDO o meu parto, bem interessado. (FLP 20, L145)

1.3.2.2 - Resultados e discussão

O grupo em questão foi selecionado em sétimo lugar mas, no conjunto dos estruturais, foi o segundo. Considerem-se os resultados:

Tabela 10 - Saliência morfológica e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Regular</i>	344/101	29%	58
<i>Irregular</i>	232/40	17%	39
<i>Total</i>	576/141	24%	

Os resultados não correspondem às hipóteses já que é o verbo regular que favorece o pretérito mais-que-perfeito.

Acreditamos que, neste caso, os resultados talvez não se justifiquem pela saliência mas pela interferência de outra variável, podendo ser justificados pela diferenciação entre ação/estado. Verbos de estado são na maioria irregulares (**ser**, **estar**, **ter**), como favorecem o pretérito perfeito, devem influenciar no peso relativo associado ao verbo irregular. O tipo de verbo da situação foi selecionado antes, logo, deve ter uma influência maior.

Em termos percentuais, 63% dos verbos de estado são irregulares e 63% dos verbos dinâmicos são regulares. Assim, se verbos de estado desfavorecem o pretérito mais-que-perfeito, verbos irregulares, por estarem fortemente correlacionados aos estativos, também tendem ao desfavorecimento. Por outro lado, a correlação entre situação dinâmica e verbo regular deve interferir na probabilidade de ocorrência de pretérito mais-que-perfeito quando o verbo for regular.

1.3.3 - Tempo do verbo do ponto de referência

1.3.3.1 - Caracterização e hipóteses

Este grupo será analisado para testar uma possível influência do tempo do verbo do ponto de referência já que no paralelismo entrou na análise a forma imediatamente anterior que nem sempre é a do ponto de referência.

Apenas três fatores foram considerados aqui. Considerem-se:

a) Pretérito perfeito

(84) Após quinze dias que ela estava de vida, acho eu, e tenho quase certeza que ela adquiriu uma infecção hospitalar. Porque a Marli, a minha mulher, FEZ uma cesariana. (FLP 23, L1102)

b) Formas de pretérito imperfeito do Indicativo:

(85) ...todo mundo gostava muito daquela iniciativa que a gente TINHA TOMADO. (FLP 23, L1057)

c) Outros

(86) E. Batesse aonde?

F. Ah, numa parede no lugar daquele que TINHA CONTADO. (FLP, Fabiana/2)

Acreditamos que formas de pretérito perfeito no ponto de referência levem a codificação do pretérito perfeito no dado variável e que formas de pretérito imperfeito devem favorecer o uso do pretérito mais-que-perfeito que apresenta o auxiliar **ter** com forma de imperfeito. Esse possível paralelismo pode indicar que a forma do ponto de referência é mantida acesa para o relacionamento com o dado variável e por isso repetida. As formas verbais classificadas como ‘outros’ (imperfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo, futuro do pretérito, forma não flexionada) devem propiciar o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito por causa da dimensão temporal que precisa ser especificada.

1.3.3.2 - Resultados e discussão

O grupo de fatores ‘tempo do verbo do ponto de referência’ foi descartado pelo VARBRUL. Observem-se, a seguir, apenas os resultados percentuais obtidos:

Tabela 11 - Tempo do verbo do ponto de referência e uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fator</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Outros</i>	05/03	60%
<i>Formas de imperfeito</i>	91/41	45%
<i>Pretérito perfeito</i>	377/72	19%
<i>Total</i>	473/116	25%

A porcentagem de ocorrência de tempos verbais classificados como ‘outros’ no sentido de favorecer o pretérito mais-que-perfeito é relativamente grande se observarmos o percentual de pretérito perfeito. O pretérito mais-que-perfeito, neste caso, deve entrar na cadeia discursiva para marcar o tempo anterior e facilitar o processamento linguístico, às vezes, dificultado por uma ou outra oração intermediária.

Em relação aos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, acreditamos que os resultados, embora percentuais, reforçam a atuação do paralelismo (efeito mecânico).

1.4 - Conclusões parciais

A seguir, apresentamos um quadro comparativo entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito a partir dos resultados obtidos na análise lingüística. Os grupos de fatores estão arranjados por ordem de seleção estatística.

Quadro 02 - Quadro comparativo entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito a partir dos resultados obtidos na análise de grupos de fatores lingüísticos:

Grupos de fatores	Pretérito mais-que-perfeito	Pretérito perfeito
Paralelismo formal	Formas de imperfeito	Pretérito perfeito
Tipo de verbo da Situação	Situação mais dinâmica	Situação menos dinâmica Verbo <i>dicendi</i>
Advérbio da Situação	Já Nunca Não	Oração temporal Advérbio de tempo
Tipo de Ponto de Referência	Inferência pela negação Forma não-flex./flex.	Discursivo
Tipo de verbo do Ponto de Referência	Atividade Estado <i>Dicendi</i>	<i>Accompl./achievement</i>
Saliência morfológica	Verbo regular	Verbo irregular
Relação semântico-sintática	Encadeamento Complementação	Causalidade Modificação Temporalidade
Animacidade do sujeito	Sujeito mais animado	Sujeito menos animado

O quadro acima demonstra os contextos preferenciais para o uso do pretérito mais-que-perfeito e do pretérito perfeito. Não utilizamos o pretérito perfeito pelo pretérito mais-que-perfeito, simplesmente, porque essas formas estão disponíveis no sistema; pressões semânticas e estruturais estão, freqüentemente, determinando nossas escolhas.

Em termos de motivações em competição, o quadro acima (através das cores) mostra a distribuição dos grupos concorrentes por domínios e a ordenação, a concorrência de um com outro. Há dois grupos estruturais (paralelismo formal e saliência morfológica), três semânticos (tipo de verbo da situação, tipo de verbo do ponto de referência e animacidade do sujeito) e três semântico-estruturais (advérbio da situação, tipo de ponto de referência e relação semântico-sintática) em competição na utilização do pretérito mais-que-perfeito.

2 - VARIÁVEIS SOCIAIS

Arrolamos, neste trabalho, as variáveis externas estratificadas, idade, sexo e escolaridade, as quais foram controladas na organização do banco de dados do Projeto VARSUL e igualmente consideradas na constituição do *corpus* deste trabalho, com o objetivo de testar sua influência na escolha das variantes em estudo. Acreditamos, de acordo com Du Bois (1987), que as motivações sociais se confrontam e interagem com as motivações internas com profundas conseqüências. E que o contínuo da evolução lingüística depende da oscilação entre processos internos de generalização estrutural e sua interação com o sistema social externo. (Labov, 1970 *apud* Du Bois *op. cit.*)⁴⁰

2.1 - Idade

2.1.1 - Caracterização e hipóteses

Os dados em análise estão distribuídos por três faixas etárias, respectivamente, informantes com idade entre quinze e vinte e quatro anos, vinte e cinco e quarenta e nove anos e mais de cinquenta anos. Nossa hipótese, neste caso, se refere a uma possível mudança, captada em tempo aparente, no sentido de que os mais jovens devem tender à inovação (entendida como uso mais freqüente do pretérito perfeito) e os mais velhos à preservação da forma mais antiga (predominância do pretérito mais-que-perfeito), enquanto que os indivíduos de meia idade devem demonstrar um comportamento neutro.

Conforme Labov (1994), para se afirmar que existe mudança, é preciso observar dois estados de uma língua e ter a garantia de alguma continuidade entre os dois; verificar se as pessoas observadas nasceram na comunidade e cresceram com seus pais nativos; e se a diferença na fala não resulta de algum empréstimo ou de uso de dialeto de prestígio. No caso de não haver na comunidade de fala observações em tempo real, deve-se estudar o presente e ver o que se pode depreender em termos de mudança em progresso a partir da análise das distribuições em tempo aparente. É importante, entretanto, deixar claro que a técnica de análise em tempo aparente, apesar de eficaz em alguns casos, não é totalmente precisa em outros (Labov, 1981).

⁴⁰ LABOV, W. "The study of language in its social context." *Studium Generale* 23, 1970.

A tendência ao uso da forma “nova” pelos mais jovens foi observada em estudos sociolinguísticos clássicos. Labov (1972), por exemplo, verificou a importância do fator idade em pesquisa sobre a centralização do núcleo do ditongo na ilha de Martha’s Vineyard. O autor revelou que os velhos preservavam mais a forma original não centralizada e os mais jovens utilizavam cada vez mais a centralização. A comprovação da importância deste grupo de fatores (idade) por Labov veio corroborar um outro estudo (pioneiro) feito por Gauchat⁴¹ (1905 *apud* Labov, 1994) que levantou a importância da idade na utilização da lateral palatal.

Na análise de dados do banco do Projeto VARSUL, algumas pesquisas já têm demonstrado a importância da variável idade no português falado na região Sul do Brasil. Os resultados obtidos por Dias (1996) em estudo sobre a *Concordância de número nos predicativos e nos participios passivos* e por Loregian (1996) ao estudar a *Concordância verbal com o pronome sujeito de segunda pessoa (tu)*, por exemplo, apontam a liderança dos mais jovens no processo de mudança.

Resultados relativos à faixa etária podem apontar uma possível tendência à mudança na língua, o que instiga a análise da influência da variável idade. A seguir, apresentamos os resultados obtidos e correlacionamos esta variável com sexo e escolaridade.

⁴¹ GAUCHAT, L. “L’unité phonétique dans le patois d’une commune”. In: *Aus Romanischen Sprachen und Literaturen: Festschrift Heinrich Morf*, 1905.

2.1.2 - Resultados e discussão

O grupo de fatores idade foi o segundo selecionado pelo programa estatístico, o que demonstra que sua influência na escolha das variantes pretérito perfeito e mais-que-perfeito é bastante relevante no português falado em Florianópolis. Scherre (1996), em estudo sobre a *Concordância de número entre os elementos do sintagma nominal*, atesta que dentre as variáveis tradicionais estratificadas em sua amostra (sexo, escolarização e idade), idade sempre se mostrou menos relevante, até mesmo em relação a variáveis não estratificadas como o mercado ocupacional (p.250). Nesta pesquisa, ao contrário do que aconteceu nos estudos de Scherre (*op.cit.*), a significância da idade tem persistido em todas as rodadas realizadas ao longo do estudo, o que comprova a importância desta variável no emprego das formas de pretérito em estudo. Os resultados obtidos para faixa etária encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 12 - Atuação da idade no uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>+ de 50 anos</i>	156/34	22%	59
<i>25-49 anos</i>	204/78	38%	70
<i>15-25 anos</i>	216/29	13%	26
<i>Total</i>	576/141	24%	

Os números comprovam em parte a nossa hipótese. Os falantes mais jovens tendem à utilização da forma de pretérito perfeito, enquanto os mais velhos inclinam-se ao emprego do pretérito mais-que-perfeito. Destaque-se, porém, que os que mais usam a forma considerada “padrão” são os de meia idade. Acreditamos ser possível, em função dos resultados, aventar a possibilidade de estar ocorrendo uma mudança em tempo aparente, conforme argumentamos a seguir.

Naro (1992) coloca que a mudança em progresso pode ser vista mesmo quando os mais jovens e os mais velhos apresentam um comportamento contrastante com a faixa intermediária. Cita o trabalho de Chambers & Trudgill (1980)⁴² sobre o estudo da variável (ng) em Norwich, na Inglaterra, no qual estes autores demonstram um aumento do uso da forma padrão quando o indivíduo entra no mercado de trabalho. Nesta etapa, valores sociais se impõem. Quando, entretanto, o indivíduo se retira do mercado de trabalho, as pressões do próprio mercado e da sociedade deixam de agir.

O que ocorre no fenômeno de variação entre os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito é uma tendência ao aumento significativo da forma padrão ou mais marcada na faixa de idade intermediária (de .26 para .70), justamente quando os indivíduos entram ou se fixam no mercado de trabalho. No nosso estudo, entretanto, os mais velhos (+ de 50 anos) não apresentam um comportamento tão contrastante com os indivíduos da faixa intermediária (.59). Mesmo que esse resultado acerca da idade possa ser explicado pelo mercado de trabalho, é difícil fazer essa associação em virtude de nenhuma das variantes ser estigmatizada.

Labov chama a atenção para as correlações entre idade e variáveis lingüísticas na seguinte direção: em casos de correlação é preciso decidir se estamos lidando com mudança em progresso ou com gradação etária (Hockett⁴³, 1950 *apud* Labov, 1994), que caracterizaria uma mudança regular do comportamento lingüístico de acordo com a idade, que se repete a cada geração (como ocorre com a gíria, por exemplo). Julgamos que o caso aqui delineado forneça indícios de mudança, o que se justifica pela possibilidade de variação mais acentuada percebida entre os indivíduos mais velhos e pela predominância de uso de uma das formas entre os mais jovens.

⁴² CHAMBERS, J. K. & TRUDIGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

⁴³ HOCKETT, C. F. "Age-grading and linguistic continuity". *Language* 26, 1950.

Um argumento adicional em favor dessa posição é encontrado em Labov (1994), quando o autor afirma não haver mudança se esta não for aceita como parte da língua, por outros falantes. No fenômeno de variação ora analisado não se constata nenhum tipo de rejeição pelo uso de uma das variantes. E mais: devido a não estigmatização da variável em questão, os falantes parecem não perceber as diferenças de uso, alternâncias estas, diga-se de passagem, já previstas e aceitas na língua, conforme atesta Camara Jr. (1972).

Numa tentativa de esclarecer melhor o comportamento lingüístico dos indivíduos de faixa intermediária, examinamos atentamente o arquivo de dados e verificamos que havia um grande número de ocorrências de pretérito mais-que-perfeito na fala de dois informantes justamente nessa faixa de idade (FLP 03 e FLP 20) em relação aos demais entrevistados. Realizamos, então, nova rodada estatística excluindo esses dois informantes, e a idade continuou sendo selecionada como estatisticamente significativa (mantendo-se a distribuição relativa dos pesos), embora a ordem de seleção dos grupos de fatores tenha se alterado e a idade caído da segunda para a quarta posição. Interpretamos tal resultado como comprobatório da influência efetiva da idade sobre a variação em estudo, mantendo-se os valores quantitativos associados aos dados de todos os informantes, conforme mostrado na tabela 12.

2.2 - Idade e sexo

A variável sexo não foi selecionada pelo programa VARBRUL como significativa no estudo de variação entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, embora muitos estudos já tenham comprovado a relevância de tal variável (Fischer⁴⁴, 1958; Wolfram⁴⁵, 1969; Laberge⁴⁶, 1977; Labov⁴⁷, 1966; Scherre⁴⁸, 1985; e Callou⁴⁹,

⁴⁴ FISCHER, J. L. "Social influences on the choice of a linguistic variant". *Word* 14, 1958.

⁴⁵ WOLFRAM, W. A. "A sociolinguistic description of Detroit Negro speech". Washington, D. C., *Center for Applied Linguistics*, 1969.

⁴⁶ LABERGE, S. *Étude de la variation des pronoms définis et indéfinis dans le français parlé à Montréal*. Université de Montréal, Montréal, 1977. Thèse présentée à la Faculté des Études Supérieures, mimeo.

⁴⁷ LABOV, W. "The social stratification of English in New York city". Washington, D. C., *Center for Applied Linguistics*, 1966.

⁴⁸ SCHERRE, M. M. P. "A regra de concordância de número entre os elementos dos SNs". In: NARO, A. J. *et alii*. Relatório final de pesquisa apresentado ao INEP. Rio de Janeiro. UFRJ, Faculdade de Letras, 1985. mimeo.

⁴⁹ CALLOU, D. M. I. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1987 (Tese de Doutorado em Lingüística).

1987; *apud* Paiva, 1992), no sentido de as mulheres tenderem mais ao uso da forma padrão. Dias (1996), analisando a concordância em dados do Projeto VARSUL, também demonstra que as mulheres favorecem a forma de prestígio. De acordo com nossos resultados, o que podemos dizer, com base em percentuais, é que as mulheres usam o pretérito mais-que-perfeito um pouco mais do que os homens. Veja-se a tabela:

Tabela 13 - Atuação do sexo no uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/N° de dados</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Feminino</i>	309/89	29%
<i>Masculino</i>	267/52	19%
<i>Total</i>	576/141	24%

Devido ao fato de a variável idade ter sido selecionada, cruzamos idade e sexo para verificar a atuação da variável idade por sexo, com a expectativa de que a tendência à obediência das normas aparecesse mais saliente nos dados de mulheres mais velhas, enquanto que, entre os jovens, a maior aproximação de homens e mulheres se refletisse também no uso da língua (Paiva, *op. cit.*).

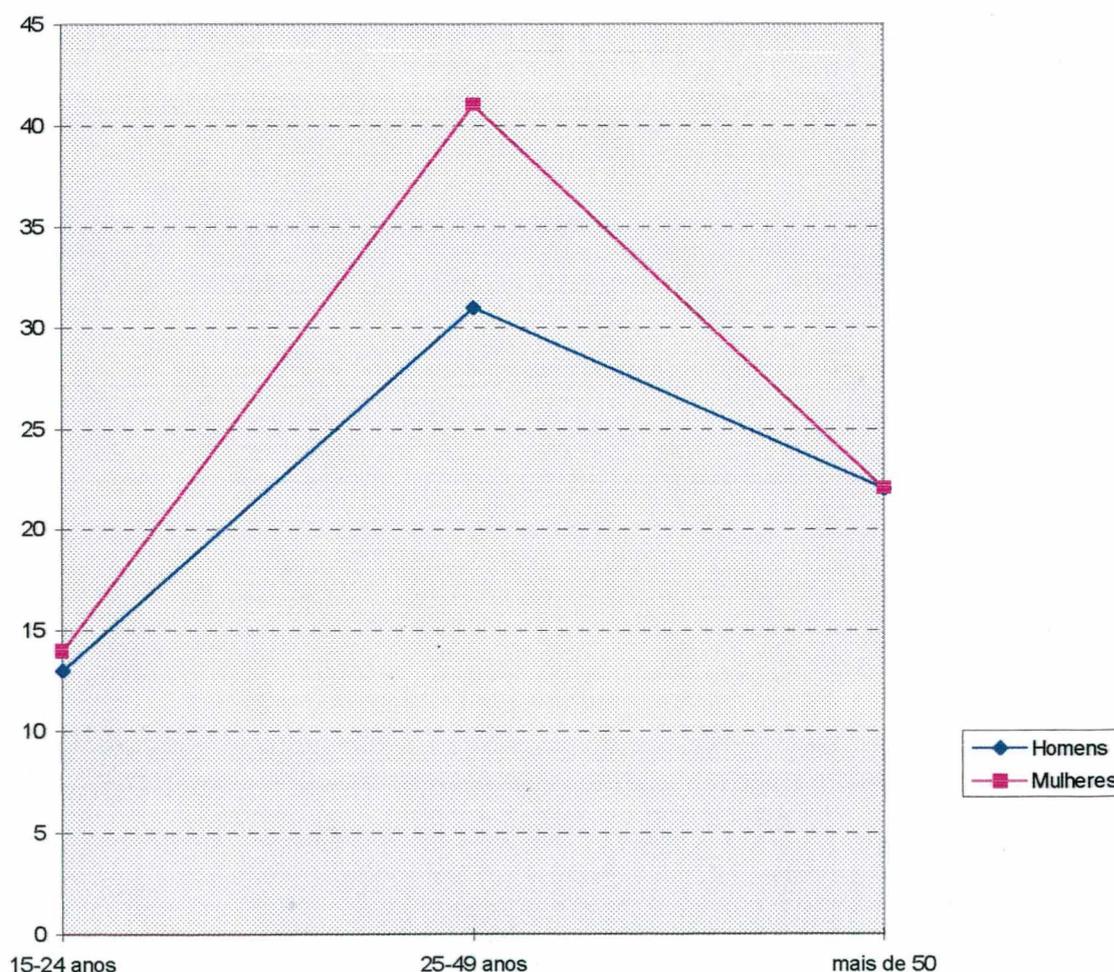
Com a introdução dessa variável cruzada, os fatores lingüísticos, já apresentados como significativos, foram novamente selecionados na mesma ordem; apenas a idade, segundo grupo anteriormente selecionado, caiu agora para a quarta posição. Considerem-se os resultados:

Tabela 14 - Atuação da idade por sexo no uso do pretérito mais-que-perfeito

	<i>Masculino</i>			<i>Feminino</i>		
	<i>Total/apl.</i>	<i>%</i>	<i>PR</i>	<i>Total/apl.</i>	<i>%</i>	<i>PR</i>
<i>15-24 anos</i>	112/14	13	26	104/15	14	24
<i>25-50 anos</i>	49/15	31	76	155/63	41	70
<i>+ de 50 anos</i>	106/23	22	60	50/11	22	54
<i>Total</i>	267/66	25		309/89	29	

Os resultados demonstram um comportamento semelhante entre homens e mulheres nas três faixas etárias. Isso, em princípio, significa que as mulheres, no fenômeno de variação entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, não são mais sensíveis à norma, possivelmente por não ser este um fenômeno estigmatizado. O comportamento de homens e mulheres fica melhor evidenciado na figura abaixo.

Curvas de frequência de uso do pretérito mais-que-perfeito por homens e mulheres diretamente relacionadas com a idade



2.3 - Idade e Escolaridade

A variável escolaridade tem se mostrado relevante em estudos de variação no português falado na região sul, especialmente em Florianópolis (Dias, 1996; Fernandes, 1996; Loregian, 1996; Naumann, 1996). Embora o fenômeno por nós investigado não se apresente estigmatizado, conforme temos reiterado no decorrer do trabalho, tínhamos a expectativa de que houvesse um comportamento diferenciado dos informantes de acordo com seu grau de escolaridade. Nossa hipótese, porém, não se confirmou, uma vez que este grupo de fatores não se mostrou estatisticamente significativo. Os resultados de frequência são apresentados a seguir.

Tabela 15 - Atuação da escolaridade no uso do pretérito mais-que-perfeito

<i>Fatores</i>	<i>Total/Nº de dados</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Primário</i>	177/49	28%
<i>Ginásial</i>	185/35	19%
<i>Colegial</i>	214/57	27%
<i>Total</i>	576/141	24%

Os resultados percentuais demonstram que a taxa maior de uso do pretérito mais-que-perfeito concentra-se nos níveis extremos de primário e colegial, evidenciando a não relevância da atuação da escola no que diz respeito ao fenômeno investigado.

A variável escolaridade também foi cruzada com idade. A exemplo do que ocorreu com o cruzamento de idade e sexo, não houve alteração na seleção das variantes lingüísticas coocorrentes e a variável social também caiu para a quarta posição na ordem de seleção dos grupos. Os resultados são apresentados a seguir:

Tabela 16 - Atuação da idade com escolaridade no uso do pretérito mais-que-perfeito

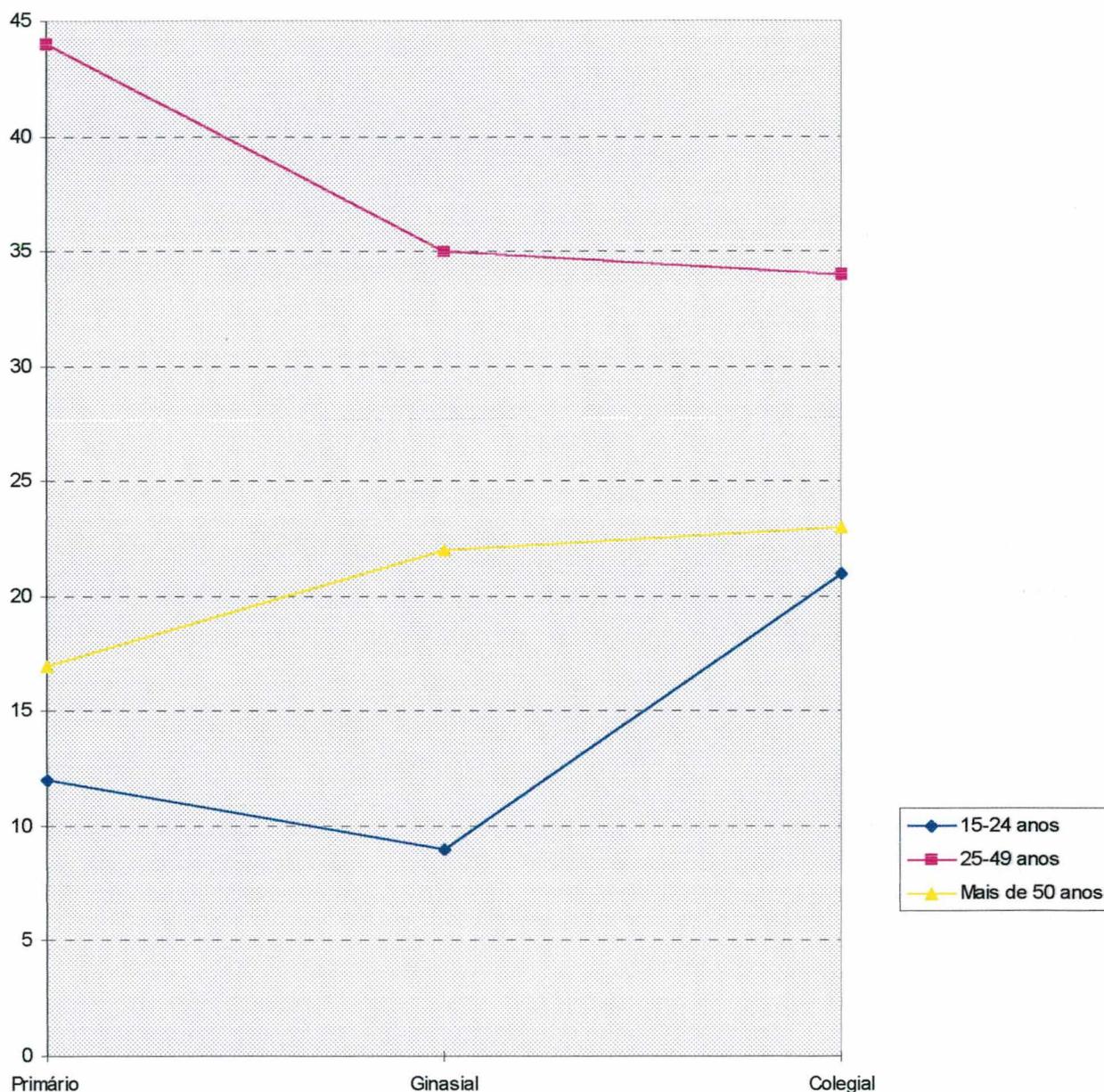
	<i>Primário</i>			<i>Ginásial</i>			<i>Colegial</i>		
	<i>Total/apl.</i>	<i>%</i>	<i>PR</i>	<i>Total/apl.</i>	<i>%</i>	<i>PR</i>	<i>Total/apl.</i>	<i>%</i>	<i>PR</i>
<i>15-24 anos</i>	69/08	12	.19	86/08	09	.17	61/13	21	.48
<i>25-49 anos</i>	85/37	44	.76	40/14	35	.72	79/27	34	.66
<i>+ de 50 anos</i>	23/04	17	.61	59/13	22	.52	74/17	23	.62
<i>Total</i>	177/49	28		185/35	19		214/57	27	

Informantes com nível de escolaridade primário e ginásial apresentam um comportamento muito semelhante entre si, mantendo as distâncias já evidenciadas entre as faixas de idade: uma alteração de comportamento abrupta entre os mais jovens e a faixa intermediária dos adultos (uma diferença em torno de .55), com uma sensível redução da diferença entre os adultos e os mais velhos (em torno de .20). Já os informantes de nível colegial apresentam um comportamento mais aproximado entre as diferentes faixas etárias (com uma diferença de .18 entre jovens e adultos e .04 entre estes e os mais velhos).

Por outro lado, é na faixa dos mais jovens que se observa que a escola parece exercer algum efeito, pois os pesos relativos sobem de .19/.17 (primário/ginásio) para .48 (colegial). Este resultado é perfeitamente justificado, visto que os jovens de nível colegial entrevistados estavam concluindo o segundo grau, ou já haviam concluído e encontravam-se em fase de preparação para o vestibular. Em contrapartida, os jovens com escolaridade até a oitava série, ou abandonaram a escola há algum tempo ou apresentavam algum índice de repetência.

A seguir, mostramos a frequência de uso do pretérito mais-que-perfeito por idade e escolaridade:

Curvas de frequência de uso do pretérito mais-que-perfeito de acordo com idade e escolaridade



Para finalizar esta subseção, cito as palavras de Votre (1992:78), que provocam algumas reflexões sobre o papel da escola:

“...não cabe à escola o que não lhe é específico. As formas não analisadas pela tradição gramatical e que, apesar disso, são dominadas pelos usuários da língua com alta taxa de regularidade, são componentes de uma gramática interna, resultante de pressões e regularidades do uso, que só o uso compartilhado permite dominar.”

2.4 - Idade e variáveis lingüísticas

Dada a importância da variável idade, resolvemos realizar rodadas separadas para as três faixas etárias, procurando observar que grupos de fatores lingüísticos se associam a cada faixa etária. A seguir, apresentamos um quadro comparativo dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito.

Quadro 03 - Atuação das variáveis lingüísticas e sociais por idade no uso do pretérito mais-que-perfeito

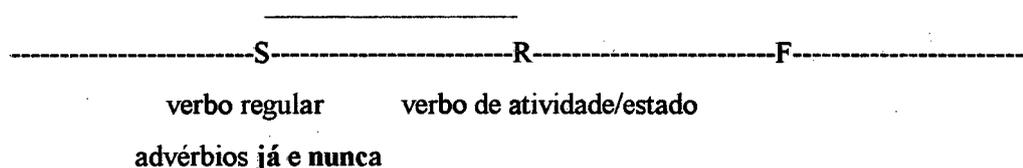
<i>Ordem de seleção</i>	<i>15-24 anos</i>	<i>25-49 anos</i>	<i>+ de 50 anos</i>
1	Saliência morfológica	Tipo de Ponto de Referência	Paralelismo formal
2	Advérbio da Situação	Advérbio da Situação	Tipo de verbo da Situação
3	Tipo de verbo do Ponto de Referência	Tipo de verbo da Situação	Advérbio da Situação
4	Relação semântico-sintática	Relação semântico-sintática	Tipo de Ponto de Referência
5	Escolaridade	Saliência morfológica	
		Paralelismo formal	

Comparando os resultados para as diferentes faixas etárias, pode-se dizer que os informantes apresentam um comportamento praticamente homogêneo quanto à influência exercida pelo *advérbio da situação* na codificação da anterioridade a um ponto de referência passado. Os informantes da faixa intermediária compartilham com os mais velhos a influência do *tipo de verbo da situação*, *tipo de ponto de referência* e *paralelismo formal* e com os mais jovens a *relação semântico-sintática* e a *saliência morfológica*. Por fim, a faixa de idade mais jovem apresenta um comportamento particular no que diz respeito ao *tipo de verbo do ponto de referência* e à *escolaridade*.

Os mais jovens usam preferencialmente o pretérito mais-que-perfeito quando: o verbo da situação é regular (.74); há presença de advérbio **já** (.94) e **nunca** (.80) junto à situação; o verbo do ponto de referência é de atividade (.98) ou estado (.57), portanto, mais estendido; a relação semântico-sintática é de encadeamento (.86), complementação (.74), modificação (.72) e temporalidade (.58); e o nível de escolaridade é colegial (.74). Observem-se os fatores lingüísticos mais significativos distribuídos em um esquema temporal para a faixa etária dos mais jovens, caracterizando o contexto preferencial para emprego do pretérito mais-que-perfeito.

(1) *15-24 anos*

relação de encadeamento/complementação/modificação/temporalidade



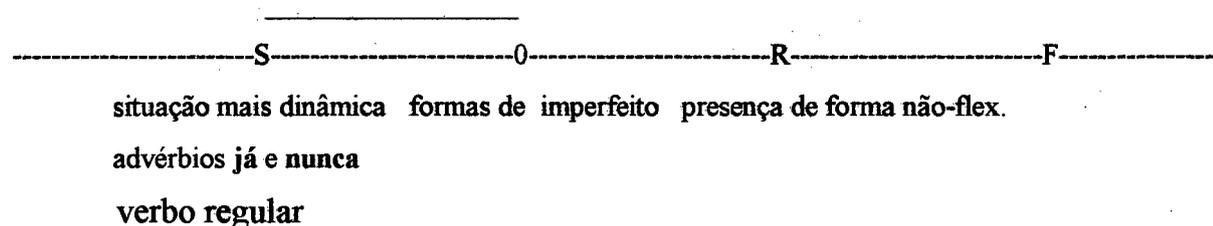
Percebe-se a influência de uma variável estrutural associada à (S), de uma variável semântica relativa ao ponto de referência (R) e de duas variáveis semântico-estruturais, uma ligada à (S) e outra percebida na relação entre a situação e seu ponto de referência. Não vamos retomar as interpretações já atribuídas à influência das diferentes variáveis (para eventuais esclarecimentos, remetemos ao início deste capítulo); entretanto, destacamos o que nos parece ser mais significativo neste momento, qual seja, a presença marcante da saliência morfológica representada pela força da regularidade verbal sobre a escolha da variante pretérito mais-que-perfeito.

Enquanto na rodada geral, cujos resultados foram apresentados e apreciados na seção *Variáveis Lingüísticas*, estabelecíamos uma forte correlação entre verbo regular da situação (forma) e tipo de verbo mais dinâmico (função), atribuindo ao último maior poder condicionante, nesta rodada específica com dados de jovens não podemos estabelecer tal correlação visto que a variável semântica em questão sequer foi selecionada. Neste caso, parece que se deve admitir a força de atuação de fatores estruturais associados à situação codificada de modo variável: verbo regular acompanhado das formas **já** e **nunca**.

Para os adultos (25-49 anos), o contexto preferencial para a utilização do pretérito mais-que-perfeito é com ponto de referência do tipo 'presença de forma não-flexionada' (.75); advérbio do tipo **já** (.82) e **nunca** (.80); verbo mais dinâmico na situação (.66); relação semântico/sintática do tipo encadeamento (.76), complementação (.72) e temporalidade (.66); com verbo regular na situação (.58); e com alguma forma de imperfeito na codificação do verbo anterior ao dado variável (.65). Veja-se esta distribuição no esquema temporal a seguir:

(2) 25-49 anos

relação de encadeamento/complementação/temporalidade



Os resultados associados à rodada estatística apenas com os indivíduos da faixa intermediária demonstram que variáveis semântico-estruturais (tipo de ponto de referência e advérbio da situação) são estatisticamente mais determinantes, diferentemente do que ocorre com a faixa mais jovem na qual a variável mais forte é estrutural (saliência morfológica).

Por fim, os mais velhos (+ de 50 anos) usam preferencialmente o pretérito mais-que-perfeito quando há paralelismo formal (.80); quando o verbo da situação é dicendi (.71) e mais dinâmico (.60); ocorre advérbio do tipo **já** (.97) e **nunca/não** (.60) junto à situação; e o ponto de referência é verbal (forma não-flexionada (.70)/forma flexionada (.64)). Observe-se a distribuição dos fatores no esquema temporal:

(3) +50 anos

-----S-----O-----R-----F-----
 situação mais dinâmica/dicendi formas de imperfeito forma verbal não-flex./flex.
 advérbio já e nunca/não

A presença de formas de imperfeito (primeiro grupo selecionado nesta rodada) influenciando a escolha do pretérito mais-que-perfeito demonstra a força da atuação do princípio do paralelismo (“Marcas levam a marcas” - Poplack, 1979:80).

2.5 - Conclusões parciais

A partir dos resultados obtidos na análise dos fatores sociais, podemos apontar algumas tendências em relação ao uso dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito. Primeiramente, comparamos esses dois tempos verbais em relação à variável idade, a única selecionada:

Quadro 04 - Idade e uso dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito

<i>Grupo de fatores sociais</i>	<i>Pretérito mais-que-perfeito</i>	<i>Pretérito perfeito</i>
<i>Idade</i>	25-49 anos (.70) + de 50 anos (.59)	15-24 anos (.74)

Os mais jovens parecem estar desencadeando um processo de mudança no sentido de intensificar o uso do pretérito perfeito em lugar do mais-que-perfeito. Tal tendência se verifica especialmente em comparação aos mais velhos cujo comportamento parece mostrar um quadro de variação estável nesta faixa etária. Já a faixa intermediária comporta-se em direção oposta aos jovens, fato este que poderia ser explicado pela inserção destes indivíduos no mercado de trabalho caso uma das variantes fosse estigmatizada.

A explicação do uso mais intenso da forma do pretérito mais-que-perfeito em decorrência da inserção social dos indivíduos no mercado de trabalho traz em seu bojo o pressuposto de que tal variante seja valorizada como forma padrão e de prestígio. Esta explicação poderia não se sustentar ao observarmos os resultados estatísticos para sexo (variável não selecionada como significativa), uma vez que é sabido que o sexo feminino costuma ser mais conservador e utilizar mais as formas padronizadas da língua. Entretanto, uma olhada nos resultados de frequências de uso (tabela 13) revela que a taxa de emprego do mais-que-perfeito pelas mulheres (29%) é superior a dos homens (19%), o que mostra uma resistência maior do sexo feminino à mudança, embora não tão acentuada a ponto de receber significância estatística. Se observarmos o resultado do cruzamento de sexo com idade (tabela 14), notamos que a diferença percentual mostrada acima se concentra justamente na faixa etária intermediária (41% para as mulheres e 31% para homens). É possível que esse comportamento mais “frouxo” (contrariamente ao esperado) por parte das mulheres se deva ao traço de variante não estigmatizada que caracteriza o pretérito perfeito.

Quanto ao cruzamento de idade com escolaridade, o resultado mais significativo indica alguma influência da escola sobre o comportamento lingüístico dos jovens, no sentido de que o grau mais alto de escolaridade se correlaciona a uma tendência mais forte para o uso do pretérito mais-que-perfeito.

Em relação à associação da variável idade com os grupos de fatores lingüísticos, os resultados apontam uma mescla de fatores estruturais e semânticos em todas as três faixas etárias. Para os jovens e velhos a variável mais importante é estrutural (saliência morfológica/paralelismo formal) e para os de idade intermediária, é semântica/estrutural (tipo de ponto de referência). Em um aspecto, porém, há convergência de uso por todas as faixas etárias: trata-se da co-ocorrência de **já** e da forma verbal de pretérito mais-que-perfeito (.94 para jovens; .82 para adultos; e .97 para indivíduos mais velhos). Estes resultados podem revelar que: ou a forma **já** se especializou como marcadora de anterioridade a um ponto de referência passado, sempre vinculada à morfologia verbal de mais-que-perfeito; ou pode estar sofrendo um processo de gramaticalização em que perde sua função comunicativa e transforma-se numa espécie de afixo fortemente vinculado ao verbo.

Há convergência de uso, independentemente da idade, também na conjugação de **nunca** com verbo no mais-que-perfeito (.80 para os jovens; .80 para os adultos; e .60 para os mais velhos). A explicação para este uso é de outra natureza: a combinação de **nunca** com verbo no pretérito perfeito pode provocar ambigüidade, ocasionando a interpretação da forma verbal em questão como uma situação negada que ocorre até o momento de fala. É preciso que o tempo verbal seja marcado como mais-que-perfeito para que a interpretação não seja equivocada.

Por fim, podemos dizer que a significância associada a fatores estruturais, semânticos e sociais confirma que forças de diferentes naturezas interagem e condicionam a escolha das variantes pretérito mais-que-perfeito e pretérito perfeito para codificar a função de anterioridade a um ponto de referência passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, retomamos sumariamente o que foi tratado em cada capítulo anterior e sintetizamos as principais conclusões já delineadas no decorrer da dissertação, propondo algumas generalizações. Destacamos pontos que julgamos de maior relevância no trabalho, indicamos aspectos que nos parecem ainda problemáticos e sugerimos possíveis desdobramentos para a pesquisa.

No primeiro capítulo, foram expostas e discutidas algumas definições para o pretérito mais-que-perfeito encontradas nas gramáticas normativas, assumindo-se que o pretérito mais-que-perfeito prototípico é um tempo verbal passado perfectivo anterior a um ponto de referência passado. Em seguida, o estudo foi enquadrado dentro da Teoria da Variação e do Funcionalismo Lingüístico, aventando-se a possibilidade de lidar com pressupostos funcionalistas de cunho cognitivo-discursivo quando da análise de formas variantes para uma mesma função comunicativa.

O capítulo a seguir foi dedicado à discussão das noções de tempo, aspecto e ponto de referência, inerentes à definição do fenômeno em estudo. Como frutos desta discussão, estabeleceram-se formas alternantes - pretérito mais-que-perfeito *versus* pretérito perfeito anterior; especificou-se o aspecto perfectivo em pontual, durativo e iterativo a partir da visão da situação como um todo único; estabeleceu-se uma diferenciação entre ponto de referência e referência temporal; e foi proposta uma tipologia de pontos de referência para operacionalizar esta noção na codificação dos dados.

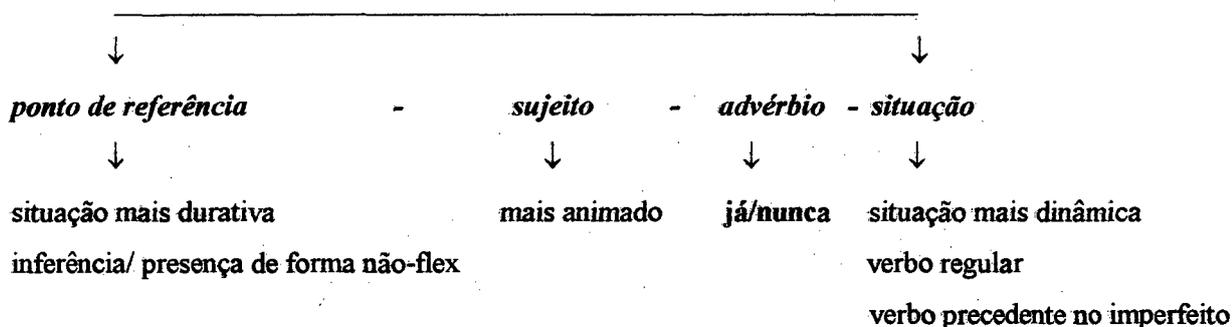
Depois, foram apresentados os procedimentos metodológicos, enfatizando-se a necessidade de restringir a variável em estudo através de critérios, com o intuito de identificar as variantes como portadoras do mesmo significado representacional. No último capítulo, a combinação de fatores semânticos, estruturais e sociais permite delinear o contexto prototípico de ocorrência dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito, bem como mostrar que as escolhas lingüísticas decorrem de pressões de diferentes naturezas que interagem e lutam constantemente.

A análise realizada mostrou que o uso do pretérito mais-que-perfeito, para codificar uma situação anterior a um ponto de referência passado, é condicionado por fatores lingüísticos semânticos e estruturais e pelo fator extralingüístico idade (e, no caso dos jovens, também pelo fator escolaridade), configurando-se o fenômeno como uma variável estratificada.

A seguir, diagramamos os contextos discursivos preferenciais para o aparecimento das variantes, distribuindo os fatores condicionantes numa linha que relaciona ponto de referência à situação:

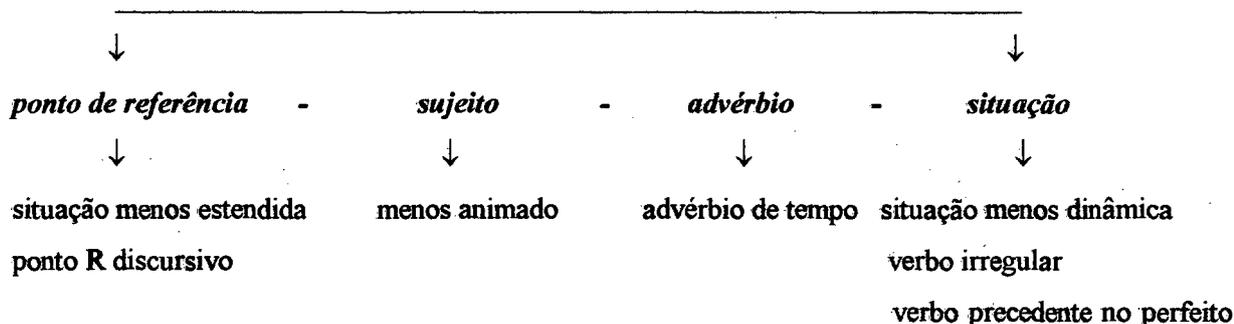
a) Pretérito mais-que-perfeito

Relação semântico-sintática do tipo 'encadeamento e complementação'



b) Pretérito perfeito

Relação semântico-sintática do tipo 'causalidade, modificação e temporalidade'



Numa perspectiva funcionalista, a análise evidenciou a existência de “motivações em competição”, situando-se o fenômeno investigado num domínio funcional complexo, sofrendo atuação de forças de naturezas distintas. A correlação função-forma foi bastante significativa se observarmos os contextos prototípicos ao aparecimento das variantes.

Quando o ponto de referência apresenta o traço mais durativo e é codificado por uma forma que indica tempo relativo, aparece o pretérito mais-que-perfeito para delimitar a anterioridade da situação em relação a seu ponto de referência, por natureza estendido. Por outro lado, ponto de referência menos durativo é temporalmente delimitado, logo, não há necessidade de marcar a situação, assim o pretérito perfeito tende a ocorrer.

Em relação à situação, quando é mais dinâmica favorece o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito, preferencialmente com formas verbais regulares, com a presença dos advérbios **já** e **nunca** e com formas de pretérito imperfeito precedentes. Por outro lado, quando a situação é menos dinâmica, codificada por verbo irregular, associada a advérbio temporal e precedida de formas no pretérito perfeito, aparece o pretérito perfeito para indicar o passado anterior.

Entre dado variável e ponto de referência, as relações semântico-sintáticas do tipo ‘encadeamento’ e ‘complementação’ favorecem o aparecimento do pretérito mais-que-perfeito. Já relações do tipo ‘causalidade’, ‘modificação’ e ‘temporalidade’ favorecem o pretérito perfeito.

Do ponto de vista da mudança lingüística, os resultados indicam uma queda acentuada do peso relativo associado ao pretérito mais-que-perfeito na fala dos mais jovens (.26) em relação à fala dos adultos (.70) e velhos (.59), o que nos autoriza a falar em possível tendência à mudança.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, parece-nos lícito considerar que, a exemplo da simplificação que vem acontecendo na morfologia verbal de número e pessoa (em decorrência da redução do paradigma pronominal, conforme Duarte, 1996), também o paradigma verbal temporal vem sofrendo uma gradativa redução no português falado no Brasil: o pretérito mais-que-perfeito cedendo lugar para o pretérito perfeito; o futuro do pretérito perdendo espaço para o pretérito imperfeito do indicativo (Bezerra, 1980); o futuro do presente sendo substituído pelo presente do indicativo (Baleeiro, 1988)⁵⁰.

Para efeitos de “encaixamento estrutural da mudança”, de acordo com a orientação teórica variacionista, é importante que outras pesquisas investiguem as categorias verbais, em *corpus* do Projeto VARSUL e em outros *corpora*, permitindo análises comparativas e generalizações, em termos de mudanças em cadeia, que propiciem uma sistematização adequada do encaixamento. Do ponto de vista do “encaixamento social”, seria interessante controlar nova faixa etária, incorporando à amostra desta pesquisa dados de crianças, para verificar se há realmente tendência à mudança; nesta direção, de particular interesse, seria analisar também dados diacrônicos. Por outro lado, seria bastante produtivo ampliar a coleta de dados para a zona não urbana, com o intuito de contrapor os resultados em termos de localização geográfica dos informantes da ilha. Ainda, em termos de localização espacial, outras regiões do estado de Santa Catarina e/ou dos demais estados do Sul do Brasil poderiam ser controladas, especialmente do ponto de vista da etnia, já que o VARSUL dispõe desses dados.

A discussão proposta neste trabalho e o encaminhamento dado forneceram algumas contribuições, das quais as que julgamos mais relevantes estão elencadas abaixo:

⁵⁰ Os resultados desses dois últimos estudos dizem respeito ao *corpus* do projeto NURC/SP.

__ Descrição do português falado na região Sul, especificamente em Florianópolis. Os resultados obtidos podem ser comparados a estudos realizados em outras regiões do Brasil, e até mesmo a outras línguas como, por exemplo, o inglês.

__ Estudo da variação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito na codificação de um tempo passado perfectivo anterior a um ponto de referência passado. Não se tem conhecimento de nenhum outro trabalho sobre este fenômeno de variação no português. Neste sentido, o trabalho parece ser pioneiro.

__ Demonstração da viabilidade de operacionalizar, através de critérios objetivos, noções semânticas que condicionam a variação entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito.

__ Discussão sobre as noções de ponto de referência e referência temporal e proposta de uma tipologia de pontos de referência para operacionalizar esta noção a partir dos dados.

__ Estabelecimento de critérios para a delimitação de um fenômeno morfo-sintático-discursivo variável.

__ Evidência da correlação função/forma dentro do quadro teórico do Funcionalismo Lingüístico atual. Motivações funcionais de natureza semântica e formais interagem e competem na escolha das variantes.

__ Reflexão sobre tendência verificada a decréscimo de uso do pretérito mais-que-perfeito de acordo com a idade e o papel da escola. Os resultados obtidos e a discussão podem orientar os professores quanto ao ensino do pretérito mais-que-perfeito.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações, tais como:

__ Não se pode falar ainda em mudança efetiva, pois não dispomos de dados em tempo real e a tendência à mudança fica condicionada já que, também, não dispomos de dados de crianças.

__ O número de dados é relativamente reduzido embora tenham sido analisadas trinta e seis horas de gravação.

__ A tipologia de pontos de referência proposta serve para os nossos dados. Existem, entretanto, outros tipos possíveis. Precisariamos, também, de mais dados para controlar o ponto de referência e assim rever a discussão de que advérbios freqüentemente especificam as referências temporais.

A partir do que foi observado no decorrer de nosso estudo, sugerimos alguns desdobramentos possíveis:

__ Verificar em que medida o fenômeno variável aparece na escrita. Observamos que em jornais, mais especificamente na seção de esportes e política, o fenômeno variável ora investigado também ocorre.

__ Testar atitudes com relação ao uso e interpretação de enunciados variáveis; por exemplo, utilizar passagem do discurso direto para o indireto, oferecer enunciados para a escolha do “melhor”, para organizar e interpretar, entre outros.

__ Verificar dados diacrônicos no sentido de mostrar mudança lingüística com a progressiva queda do pretérito mais-que-perfeito simples.

Esperamos que a análise e a discussão apresentadas neste trabalho possam incentivar outros pesquisadores a refletir sobre a questão do tempo verbal e investigar suas formas de ocorrência tanto em outros *corpora* do português quanto em outras línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva, 1982.
- BALEEIRO, M. I. *O futuro do presente no português culto de São Paulo*. Campinas, Unicamp, 1988 (Dissertação de Mestrado).
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- BENTIVOGLIO, P. "A Variação nos Estudos Sintáticos". *Estudos Linguísticos XIV. Anais de Seminários do GEL*. Campinas, UNICAMP, 1987.
- BEZERRA, A. M. C. *A forma em -ria no português culto de São Paulo*. Moji das Cruzes, UMC, 1980 (Dissertação de Mestrado).
- BRESCANCINI, C. R. *A Palatalização da fricativa alveolar não-morfêmica em posição de coda no português falado em três regiões de influência açoriana no município de Florianópolis - Uma abordagem não-linear*. Florianópolis, UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- CALLOU, D., OMENA, N. e PAREDES SILVA, V.L. "Teoria da variação e suas relações com a semântica, a pragmática e a análise do discurso". *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, Jan./Jun. 1991.
- CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- , *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CEDERGREN, H. & SANKOFF, D. "Variables rules: Performance as a statistical reflection of competence". *Language*, 1974.

COMRIE, B. *Aspect* (3ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

----- *Tense* (4ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.

CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares S. A., 1971.

----- e CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

DIAS, J. F. V. *A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos na fala de Florianópolis*. Florianópolis, UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio: "evite pronome" no português brasileiro*. Campinas, Unicamp, 1996 (Tese de Doutorado - resumo).

FERNANDES, M. *Concordância nominal na região Sul*. Florianópolis, UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).

GIVÓN, T. "Tense-Aspect-Modality". In: *Syntax: A functional-typological introduction*. Vol 1, Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1984.

----- *Syntax - A functional - typological introduction*. V. II. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1990.

----- *Functionalism and grammar: a prospectus*. University of Oregon, 1991a.

- "Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations". In: *Studies in language*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1991b.
- "Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation". In: *English Grammar: A functional-based introduction*. Vol I e II. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1993.
- *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- GODOI, E. *Aspectos do aspecto*. Campinas, 1992 (Tese de Doutorado).
- GONÇALVES, C. A. V. "Falara-se mais-que-perfeito: estudo presente do tempo pretérito". *ALFA* 37, São Paulo, 1993.
- IKEDA, S. N. "O pretérito imperfeito: a importância da superestrutura na sua compreensão". *D.E.L.T.A.* Vol. 8, nº 1, São Paulo, EDUC, 1992.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972 b.
- "Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera". *Sociolinguistic Working Paper*, 44. Texas, 1978.
- "Resolving the neogrammarian controversy". *Language*, 57, 1981.

----- *Principles of Linguistic Change*. Cambridge: Black Well, 1994.

LAVANDERA, B. "Where does the Sociolinguistic variable stop?" *Language in Society*, 1978.

LOREGIAN, L. *Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil*. Florianópolis, UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).

LUFT, C. P. *Gramática Resumida*. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

LUISE, T. B. *Entre o português europeu e o português brasileiro: o falar açoriano de Florianópolis*. Florianópolis, UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATEUS, M. H. M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MELO, G. C. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

MOLLICA, M. C. (org.). *Introdução à Sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

NARO, A. J. "Modelos quantitativos e tratamento estatístico". In: Mollica (org.), 1992.

----- "Variação e Funcionalidade". *I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul*, Porto Alegre, 1996.

NAUMANN, I. M. L. *Construções bi-transitivas em português: forma e função*. Florianópolis, UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).

PAIVA, M. C. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991 (Tese de Doutorado).

----- “Sexo”. In: Mollica (org.), 1992.

PAREDES DA SILVA, V. L. “A abordagem laboviana”. Mesa redonda: *Os estudos de variação no Brasil: situação atual. Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*. Goiânia, 1993.

PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. 1988. mimeo.

POPLACK, S. *Function and process in a variable phonology*. (University of Pennsylvania dissertation), 1979.

REICHENBACH, H. “The tenses of verbs”. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The Macmillan Company, 1947.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SCHERRE, M. M. P. “Pressupostos teóricos e suporte quantitativo”. In: Scherre e G. M. Oliveira e Silva (orgs.), 1996.

----- *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988 (Tese de Doutorado).

----- e OLIVEIRA e SILVA, G. M. (orgs.). *Padrões Sociolingüísticos*.
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1994.

VENDLER, Z. "Verbs and Times". *Linguistics and Philosophy*. Ithaca, New York:
Cornell University Press, 1967.

VOTRE, S. *Lingüística Funcional*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

WEINER, E.J. & LABOV, W. "Constraints on the agentless passive". *Journal of
Linguistics*, 1977.

WEINREICH, U. , LABOV, W. e HERZOG, M. "Empirical foundations for a theory
of language change". In W. Lehmann and Y. Malkiel (eds.), *Directions for
Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.